

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
CURSO DE MESTRADO EM ECONOMIA RURAL

MIGUEL HENRIQUE DA CUNHA FILHO

**COMPETIVIDADE DA FRUTICULTURA BRASILEIRA NO
MERCADO INTERNACIONAL**

FORTALEZA

2005

MIGUEL HENRIQUE DA CUNHA FILHO

**COMPETIVIDADE DA FRUTICULTURA BRASILEIRA NO MERCADO
INTERNACIONAL**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Economia Rural da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia Rural.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Rosemeiry Melo Carvalho

FORTALEZA

2005

C978c Cunha Filho, Miguel Henrique da.
Competitividade da Fruticultura Brasileira no Mercado Internacional/ Miguel Henrique da Cunha Filho. – Fortaleza, 2005.
106 f.
Orientadora: Prof^a Dr^a Rosimeiry Melo Carvalho
Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Agrícola.

1. Competitividade; 2. Comércio Internacional; 3. Fruticultura. I. Competitividade da Fruticultura Brasileira no Mercado Internacional.

CDD. 338.6048

MIGUEL HENRIQUE DA CUNHA FILHO

**COMPETIVIDADE DA FRUTICULTURA BRASILEIRA NO MERCADO
INTERNACIONAL**

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Mestrado em Economia Rural, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Economia Rural.

Aprovada em __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª Rosemeiry Melo Carvalho (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. José Newton Pires Reis
Universidade Federal do Ceará - UFC

Ph.D. José Ednilson de Oliveira Cabral
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA

A minha família, que sempre acreditou em mim e que agora começa a colher os resultados dessa dedicação: A meu pai, Miguel Henrique da Cunha (*in memoriam*), e a minha mãe, Maria Salete Lima, pelo amor, envolvimento e suporte constante na minha formação. Aos meus irmãos Carlos, Milene, Milânia, Marcos, Mônica e Mara por incentivarem e acreditarem na minha dedicação.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

A DEUS, por me indicar o caminho, me dar força e proteção em todos os momentos na conclusão de mais uma etapa de minha vida.

A Universidade Federal do Ceará (UFC), especialmente ao Departamento de Economia Agrícola pela infra-estrutura oferecida para os estudos e o desenvolvimento deste trabalho, pelos contatos e as amizades que me proporcionou e por me incentivar a uma vocação: a pesquisa.

A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), através do Departamento de Economia do Campus Avançado "Prof.^a Maria Elisa de Albuquerque Maia" e da pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPEG), pela oportunidade a mim proporcionada na realização deste Curso de Mestrado em Economia Rural.

A todos os professores do curso de mestrado, em particular a José Newton, Luis Artur, Patrícia, Saeed, Irlés, César e Rosemeiry, pelos ensinamentos, amizade e atenção e por repartirem conosco os seus conhecimentos.

A prof^a Dr^a Rosemeiry Melo Carvalho, meus sinceros agradecimentos pelo apoio, por sua dedicação, reconhecida capacidade técnica na orientação do trabalho e pela marcante presença acadêmica, pelo incentivo a seguir nesta linha, por compartilhar e confiar na minha capacidade e me fazer sentir mais participante. *“Mestres são aqueles que participam, que compartilham. Mestres são os que se dedicam, que se preocupam. Com esses Mestres que praticam a arte de ensinar, é que desejamos compartilhar essa vitória.”*

Ao prof. Dr. José Newton Pires Reis, pelas valiosas sugestões e correções necessárias ao trabalho; pela sua compreensão, amizade, força e estímulo, que muitas vezes ultrapassavam os aspectos profissionais para aspectos de formação pessoal, muito valiosos e necessários nesses dois anos de convivência.

Ao Dr. Ednilson de Oliveira Cabral, pela sua disponibilidade e presteza em aceitar o convite, pelas sugestões dadas no exame de qualificação e as correções sugeridas na versão final. Meus agradecimentos pelo apoio e por sua amizade.

Aos colegas de turma pela convivência, incentivo e amizade, em particular a “turma do 34” pelo verdadeiro trabalho em equipe feito – aprender fazendo – pelas “pelejas” e insistências, a partir do nivelamento (rir para não chorar), pelas reuniões, pelos estudos, pelas brincadeiras, etc. Dessa turma, meus agradecimentos especiais a Etevaldo, o apaziguador, a Araguacy (Ará), a mediadora, e a Júlia, a “entusiasmada.” Acho que soubemos exercer com equilíbrio o valor da verdadeira amizade.

Em fim, a todas as pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização deste trabalho, meu MUITO OBRIGADO!

RESUMO

Neste trabalho, faz-se um estudo sobre a evolução da competitividade da fruticultura brasileira no mercado internacional no período de 1990 a 2003, utilizando-se como base teórica os modelos de comércio internacional e o conceito de competitividade. Nesta análise, foram buscados os principais produtos exportados, bem como os mais importantes mercados de destino. A metodologia utilizada baseou-se na análise tabular e gráfica e no cálculo dos indicadores de participação do saldo comercial do setor no PIB, posição relativa do setor no mercado mundial, vantagem comparativa revelada, taxa de cobertura, índice de concentração e indicador de desempenho. Foram aplicadas, ainda, as taxas anuais de crescimento, calculadas com base na média aritmética. Os resultados apontaram para um crescimento e uma acentuada inserção da fruticultura brasileira no mercado internacional, com ganhos relativos de competitividade. Este setor, porém, ainda apresenta uma estrutura bastante concentrada tanto no plano de produto quanto em relação ao mercado de destino de suas exportações. Neste sentido, faz-se necessário resolver alguns entraves internos e externos na busca de opções para aumentar as exportações e, conseqüentemente, a competitividade da fruticultura brasileira.

ABSTRACT

In the present study, we work with evolution of Brazilian fruit-growing competitiveness in international market from 1990 to 2003, adopting as theoretical basis the international trade models and the competitiveness concept. To this analysis we searched the primary exported products as well as the most important bound market. The used methodology was based on tabular and graphical analysis and on the participation indicators of commercial liquidation in the GDP sector calculation, relative position of the sector on world's market, revealed comparative advantage, covering tax, concentration index and performance indicator. Were applied yet annual growing rates, calculated based on arithmetics average. The results pointed out a growth and a proeminent insertion of Brazilian fruit-growing in the international market, with relative competitiveness gains. This sector, though, still presents a very concentrated structure so with respect to the product as with respect to the bound market of its exportations. In this way, it is necessary to solve some internal and external encumbrances in order to search options to increase exportations and consequently Brazilian fruit-growing competitiveness.

LISTA DE FIGURAS

	Pág.
FIGURA 1 - Brasil: Evolução da participação do saldo comercial de setor de frutas no PIB agrícola (1990 a 2003).....	55
FIGURA 2 - Brasil: Evolução do indicador de posição relativa do setor de frutas no mercado mundial (1990 a 2003).....	57
FIGURA 3 - Brasil: Evolução do indicador de vantagem comparativa revelada para a castanha de caju (1990 a 2003).....	60
FIGURA 4 - Brasil: Evolução do indicador de vantagem comparativa revelada para a manga (1990 a 2003).....	63
FIGURA 5 - Brasil: Evolução do indicador de vantagem comparativa revelada para o melão (1990 a 2003).....	65
FIGURA 6 - Brasil: Evolução do indicador de vantagem comparativa revelada para a laranja (1990 a 2003).....	66
FIGURA 7 - Brasil: Evolução do indicador de vantagem comparativa revelada para a maçã (1990 a 2003).....	68
FIGURA 8 - Brasil: Evolução do indicador de vantagem comparativa revelada para a banana (1990 a 2003).....	69
FIGURA 9 - Brasil: Evolução do indicador de vantagem comparativa revelada para a uva (1990 a 2003).....	71
FIGURA 10 - Brasil: Evolução do índice de concentração por produto das exportações de frutas (1990 a 2003).....	75
FIGURA 11 - Brasil: Evolução do índice de concentração por país de destino das exportações de frutas (1990 a 2003).....	78
FIGURA 12 - Brasil: Evolução do desempenho comercial da castanha-de-caju nos principais mercados consumidores do produto(1990 a 2003)..	81
FIGURA 13 - Brasil: Evolução do desempenho comercial da manga nos principais mercados consumidores do produto (1990 a 2003).....	83
FIGURA 14 - Brasil: Evolução do desempenho comercial do melão nos principais mercados consumidores do produto(1990 a 2003).....	85

	Pág.
FIGURA 15 - Brasil: Evolução do desempenho comercial da laranja nos principais mercados consumidores do produto (1990 a 2003).....	86
FIGURA 16 - Brasil: Evolução do desempenho comercial da maçã nos principais mercados consumidores do produto(1990 a 2003).....	87
FIGURA 17 - Brasil: Evolução do desempenho comercial da banana nos principais mercados consumidores do produto (1990 a 2003).....	88
FIGURA 18 - Brasil: Evolução do desempenho comercial da uva nos principais mercados consumidores do produto (1990 a 2003).....	90

LISTA DE TABELAS

	Pág.
TABELA 1 - Brasil: Estrutura do comércio exterior de frutas (1990 a 2003).....	38
TABELA 2 - Brasil: Coeficiente de participação relativa do valor exportado das principais frutas, nas exportações totais.....	39
TABELA 3 - Brasil: Coeficiente de participação relativa do valor exportado das principais frutas, nas respectivas exportações mundiais.....	41
TABELA 4 - Brasil: Coeficiente de participação relativa do valor importado das principais frutas, nas importações totais.....	42
TABELA 5 - Brasil: Coeficiente de participação relativa do valor exportado das frutas para os principais destinos.....	43
TABELA 6 - Brasil: Coeficiente de participação relativa dos principais países de origem das importações de frutas.....	44
TABELA 7 - Brasil: Coeficiente de participação relativa dos principais países de destino no valor exportado da castanha de caju.....	45
TABELA 8 - Brasil: Coeficiente de participação relativa dos principais países de destino no valor exportado da manga.....	46
TABELA 9 - Brasil: Coeficiente de participação relativa dos principais países de destino no valor exportado do melão.....	47
TABELA 10 - Brasil: Coeficiente de participação relativa dos principais países de destino no valor exportado da laranja.....	49
TABELA 11 - Brasil: Coeficiente de participação relativa dos principais países de destino no valor exportado da maçã.....	50
TABELA 12 - Brasil: Coeficiente de participação relativa dos principais países de destino no valor exportado da banana.....	52
TABELA 13 - Brasil: Coeficiente de participação relativa dos principais países de destino no valor exportado da uva.....	53
TABELA 14 - Brasil: Indicador de participação do saldo comercial da fruticultura no PIB agrícola, (1990 a 2003).....	54

	Pág.
TABELA 15 - Brasil: Indicador de participação relativa da fruticultura no mercado mundial, (1990 a 2003).....	57
TABELA 16 - Brasil: Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) da castanha de caju, (1990 a 2003).....	60
TABELA 17 - Volume exportado da castanha de caju pelos principais concorrentes brasileiros – (1990 a 2003).....	61
TABELA 18 - Brasil: Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) da manga, (1990 a 2003).....	62
TABELA 19 - Brasil: Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) do melão, (1990 a 2003).....	64
TABELA 20 - Brasil: Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) da laranja, (1990 a 2003).....	66
TABELA 21 - Brasil: Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) da maçã, (1990 a 2003).....	67
TABELA 22 - Brasil: Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) da banana, (1990 a 2003).....	69
TABELA 23 - Brasil: Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) da uva, (1990 a 2003).....	70
TABELA 24 - Brasil: Indicador de Taxa de Cobertura das principais frutas.....	72
TABELA 25 - Brasil: Indicador de concentração por produto do setor de frutas.....	74
TABELA 26 - Brasil: Índice de concentração por frutas (1990 a 2003).....	76
TABELA 27 - Brasil: Indicador de concentração por destino do setor de frutas (1990 a 2003).....	78
TABELA 28 - Brasil: Índice de concentração para os principais destinos (1990 a 2003).....	79
TABELA 29 - Brasil: Indicador de desempenho da castanha de caju para os principais mercados de destino (1990 a 2003).....	81
TABELA 30 - Brasil: Indicador de desempenho da manga para os principais mercados de destino (1990 a 2003).....	83

	Pág.
TABELA 31 - Brasil: Indicador de desempenho melão para os principais mercados de destino (1990 a 2003).....	84
TABELA 32 - Brasil: Indicador de desempenho da laranja para os principais mercados de destino (1990 a 2003).....	85
TABELA 33 - Brasil: Indicador de desempenho da maçã para os principais mercados de destino (1990 a 2003).....	87
TABELA 34 - Brasil: Indicador de desempenho da banana para os principais mercados de destino (1990 a 2003).....	88
TABELA 35 - Brasil: Indicador de desempenho da uva para os principais mercados de destino (1990 a 2003).....	89

LISTA DE TABELAS DO APÊNDICE

	Pág.
TABELA 1A - Estrutura das exportações e importações mundiais de frutas e a participação brasileira nesse mercado.....	99
TABELA 2A - Brasil: valor exportado das principais frutas (1990 a 2003).....	99
TABELA 3A - Evolução do comércio mundial e brasileiro de frutas (1990 a 2003).....	100
TABELA 4A- Brasil: Evolução do valor e da quantidade exportada da castanha de caju (1990 a 2003).....	100
TABELA 5A - Brasil: Evolução do valor e da quantidade exportada da manga (1990 a 2003).....	101
TABELA 6A - Brasil: Evolução do valor e da quantidade exportada do melão (1990 a 2003).....	101
TABELA 7A - Brasil: Evolução do valor e da quantidade exportada da laranja (1990 a 2003).....	102
TABELA 8A - Brasil: Evolução do valor e da quantidade exportada da maçã (1990 a 2003).....	102
TABELA 9A - Brasil: Evolução do valor e da quantidade exportada da banana (1990 a 2003).....	103
TABELA 10A- Brasil: Evolução do valor e da quantidade exportada da uva (1990 a 2003).....	103
TABELA 11A- Evolução da produção, área colhida e produtividade da castanha de caju, 1990 a 2003 (1990 = 100).....	104
TABELA 12A- Evolução da produção, área colhida e produtividade da manga, 1990 a 2003 (1990 = 100).....	105
TABELA 13A- Evolução da produção, área colhida e produtividade do melão, 1990 a 2003 (1990 = 100).....	106
TABELA 14A- Evolução da produção, área colhida e produtividade da laranja, 1990 a 2003 (1990 = 100).....	107
TABELA 15A- Evolução da produção, área colhida e produtividade da maçã, 1990 a 2003 (1990 = 100).....	108
TABELA 16A- Evolução da produção, área colhida e produtividade da banana, 1990 a 2003 (1990 = 100).....	109
TABELA 17A- Evolução da produção, área colhida e produtividade da uva, 1990 a 2003 (1990 = 100).....	110

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APEX - Agência de Promoção de Exportações

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada

DES - Indicador de Desempenho

EUA - Estados Unidos da América

FAO - Food and Agriculture Organization of the United Nations

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisa Econômica

FOB - Free on Board

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBRAF - Instituto Brasileiro de Frutas

ICD - Indicador de Concentração por País de Destino

ICP - Indicador de Concentração por Produto

IOBC - International Organization for Biological Control

IPC - Índice de Preço ao Consumidor

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

NCM - Nomenclatura Comum do Mercosul

PIB - Produto Interno Bruto

PIF - Produção Integrada de Frutas

SECEX - Secretaria de Comércio Exterior

TC - Taxa de Cobertura

EU - União Européia

VCR - Vantagem Comparativa Revelada

VCRB - Vantagem Comparativa Revelada de Balassa

SUMÁRIO

	Pág.
LISTA DE FIGURAS	8
LISTA DE TABELAS.....	10
LISTA DE TABELAS DO APÊNDICE.....	13
LISTA DE ABREVIATURAS.....	14
1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 Considerações Gerais.....	16
1.2 O Comércio agrícola mundial e a inserção do Brasil: Panorama atual e tendências para a fruticultura.....	17
1.3 Problema e sua Importância	20
1.4 Objetivos.....	21
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1 A Evolução das Teorias de Comércio Internacional.....	23
2.2 Comércio Internacional e Competitividade.....	24
2.3 A Competitividade e suas Abordagens.....	26
3 METODOLOGIA.....	29
3.1 Fonte dos Dados.....	29
3.2 Tipo de Pesquisa.....	29
3.3 Métodos de Análises.....	30
3.3.1 Indicador de Participação do Saldo Comercial do Produto no PIB.....	31
3.3.2 Indicador de Posição Relativa do Brasil no Mercado Mundial (POS).....	32
3.3.3 Indicador de Vantagem Comparativa Relativa de Balassa (VCRB).....	33
3.3.4 Indicador de Taxa de Cobertura (TC).....	34
3.3.5 Indicador de Concentração – Coeficiente de Gini-Hirschman.....	34
3.3.6 Indicador de Desempenho.....	36
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	37
4.1 A Estrutura do Comércio Exterior Brasileiro de Frutas.....	37
4.1.1 Evolução do Comércio Brasileiro de Frutas.....	37
4.1.2 O Mercado Internacional para as Frutas Brasileiras.....	42
4.2 Indicadores de Competitividade da Fruticultura Brasileira no Mercado internacional.....	53
4.2.1 Indicador de Participação do Saldo Comercial do Produto no PIB.....	53
4.2.2 Indicador de Posição Relativa no Mercado Mundial (POS).....	56
4.2.3 Indicador de Vantagem Comparativa Revelada de Balassa (VCRB).....	59
4.2.4 Indicador de Taxa de Cobertura (TC).....	71
4.2.5 Índice de Concentração das Exportações: Coeficiente de Gini-Hirschman.....	73
4.2.5.1 Índice de Concentração por Produto (ICP).....	73
4.2.5.2 Índice de Concentração por País de Destino (ICD).....	77
4.2.6 Indicador de Desempenho (DES).....	80
5 CONCLUSÕES.....	91
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
APÊNDICES.....	98

1 INTRODUÇÃO

1.1 Considerações Gerais

A partir da década de 1980, a economia mundial foi marcada por intensa integração comercial e pela especialização das economias. São fenômenos irreversíveis, decorrentes de fortes incrementos no intercâmbio mundial de mercadorias, serviços, fatores de produção, tecnologias, informações e capitais. Tais fenômenos afetaram a evolução do comércio internacional com reflexos sobre a competitividade dos países.

A competitividade do setor agrícola é de fundamental importância para muitos países em desenvolvimento. No Brasil, a fruticultura é um dos segmentos mais importantes da agricultura, sendo responsável por aproximadamente 40% do valor total das exportações. Nesse contexto, tem-se dado grande destaque à comercialização de frutas brasileiras no mercado internacional, como estratégias para originar divisas para o País.

Conforme estudos do Instituto Brasileiro de Frutas (IBRAF, 2004), o setor de fruticultura no Brasil movimenta anualmente US\$ 5,8 bilhões, com valor bruto de produção na ordem de US\$ 9,6 bilhões em 2002, correspondente a 25% do valor da produção nacional agrícola. O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas, com uma produção superior a 38 milhões de toneladas. A base agrícola da cadeia produtiva das frutas abrange uma área de 3,4 milhões de hectares e emprega mais de cinco milhões de pessoas. Para cada US\$ 10 mil investidos no setor, é possível ofertar três empregos diretos e dois indiretos (FRUTIFATOS, 2004).

Mudanças ocorridas nos últimos anos no cenário internacional tornaram a integração comercial um fator irreversível, restando ao Brasil maior integração no mercado internacional na busca do aumento da competitividade e da promoção da fruticultura brasileira. Neste cenário, as projeções do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) são de elevar as exportações da fruticultura brasileira. A expectativa é de que as vendas externas tenham um aumento, em 2005, de 20% no volume embarcado em relação a 2004¹ e que sejam elevadas as exportações de frutas a um patamar de US\$ 1 bilhão até 2010.

¹ A fruticultura brasileira fechou o ano de 2004 com um novo recorde de exportação: crescimento de 10% em valores e 5% em volume, em relação a 2003 (AGROANALYSIS, 2005).

1.2 O Comércio Agrícola Mundial e a Inserção do BRASIL: Panorama Atual e Tendências para a Fruticultura

Em razão da importância crescente do comércio internacional, os países passaram a dar maior ênfase ao desempenho comercial, visando à geração de superávits, advindos tanto do aumento das exportações quanto da redução da necessidade de importar.

Neste contexto, nos últimos 20 anos, a economia brasileira passou por profundas transformações e desequilíbrios. As baixas taxas de crescimento registradas nos últimos anos reacenderam as discussões sobre os possíveis caminhos do crescimento.

No início dos anos de 1980 foi dada grande ênfase ao desempenho das exportações brasileiras com o objetivo de originar superávits comerciais para financiar o balanço de pagamentos. A partir da metade desta década, as exportações ficaram subordinadas aos desdobramentos das tentativas de estabilização da economia por intermédio dos planos de governos.

A partir de 1990, com o aprofundamento da abertura comercial, a intensificação das negociações e a criação do Mercosul, o setor externo da economia passou a desempenhar papel relevante na política econômica do País, a qual enfatizou o incremento da competitividade e da produtividade nacional, objetivando o aumento das exportações. Esta integração entre as economias também facilitou a modernização da indústria e da agricultura, em decorrência, principalmente, das reduções nos custos de importação de máquinas e equipamentos.

No Brasil, as contas externas representam um dos pontos mais discutidos no âmbito da política econômica, com especial atenção para a balança comercial, a que se tem mantido relativamente concentrada em produtos agropecuários². Para Tachinardi (2004), as negociações internacionais podem melhorar ainda mais a balança comercial do agronegócio brasileiro que, em 2003, registrou um saldo positivo de US\$ 25,8 bilhões, com exportações de US\$ 30,6 bilhões e importações no valor de US\$ 4,8 bilhões.

Entre 1990 e 2003, o valor das exportações agrícolas brasileiras cresceu a uma taxa média de 5,8% ao ano. Embora os Estados Unidos (EUA) sejam os primeiros do *ranking* em valor e participação de mercado, o aumento das vendas americanas no período foi quase

² O termo agropecuária é utilizado tradicionalmente na economia brasileira como sinônimo de agricultura. Esses termos referem-se ao setor produtivo baseado na atividade rural, que tem na terra um fator de produção essencial. O IBGE, desde a década de 70, prefere utilizar o termo agropecuário em vez de agricultura. Este órgão passou a elaborar os Censos Agropecuários a partir da década de 70, os quais antes eram denominados de Censos Agrícolas. Diversos textos e livros também empregam os termos como sinônimos (BACHA, 2004).

70% inferior às do Brasil. A União Européia (UE) e a China são o segundo e o terceiro maiores exportadores com crescimento médios anuais de, respectivamente, 3% e 4,3%. (TACHINARDI, 2004).

Ainda segundo Tachinardi (2004), desde a década de 1990, a produção agrícola brasileira apresenta desempenho muito superior à dos EUA. O crescimento da produção total americana entre 1990 e 1999 resultou em uma taxa média anual de crescimento de 1,57% enquanto a do Brasil foi quase o dobro, 3%, no período. O resultado ainda foi melhor entre 2000 e 2002, quando a produção brasileira saltou para um índice de expansão de 5,9% ao ano.

As principais explicações para esse *boom* exportador foram: (i) as fortes relações comerciais estabelecidas com a China, importante importador de soja; (ii) a ampliação das vendas de frangos para a Rússia; (iii) a diversificação dos mercados, exportando açúcar, carne suína e frutas para os países do Oriente Médio e Indonésia.

Neste contexto, em virtude das transformações decorrentes da globalização e da abertura econômica, o modelo agrícola exportador brasileiro passa por algumas transformações estruturais. Desta forma, a articulação entre o setor público e privado torna-se cada vez mais importante para a mobilização da infra-estrutura nacional no sentido de prover a capacitação necessária para a manutenção e o incremento da competitividade do agronegócio brasileiro.

Esse desempenho favorável do setor agrícola decorreu, em grande parte, do comportamento da fruticultura brasileira, que movimenta anualmente em valor US\$ 5,8 bilhões e um volume correspondente a 25% da produção agrícola nacional (FRUTIFATOS, 2004).

As projeções mundiais para a fruticultura são bastante otimistas. Atualmente a produção/comercialização mundial de frutas encontra-se numa fase de expansão com perspectivas de incremento ainda maior para os próximos anos. Além do aumento quantitativo ocorreram também ganhos qualitativos nos produtos, em virtude, principalmente, das inovações na qualidade das sementes, das máquinas e o desenvolvimento de pesquisas nas áreas de nutrição do solo, adaptação do plantio ao clima e resistência dos frutos às doenças.

Adicionalmente, por se tratar de um produto perecível, foram consideradas também algumas condições importantes para a comercialização, dentre as quais podem ser destacadas as técnicas que permitem identificar com precisão o período ótimo de maturação das frutas e condições ideais para o maior período de conservação.

Martinelli & Camargo (2001) observaram que, na década de 1990, a quantidade exportada de frutas frescas cresceu 39% e o valor em dólares aumentou 46% (taxa média de

crescimento próximo a 5% ao ano). O comércio mundial de frutas movimentou, nessa década, em quantidades médias, 28,5 milhões de toneladas e US\$ 17,8 bilhões anuais.

Em 2002, os principais produtores de frutas foram a China, com produção de aproximadamente 133,077 mil toneladas, com destaque para a produção de melancia, maçã, melões e pêra. Em segundo lugar, a Índia, com produção total de 58,970 mil toneladas, destacando-se banana, manga e coco, seguida pelo Brasil, com produção de 38,125 mil toneladas, sendo grande produtor de manga, banana, coco e melão (SECEX, 2004).

Nos últimos anos, observa-se um significativo crescimento da produção e do consumo mundial de frutas. De acordo com Cardoso & Souza (2000), o crescimento no consumo mundial *per capita* de frutas e seus produtos derivados, no período de 1985 a 1995, foi de aproximadamente 13%. No Brasil, o consumo de frutas cresceu 21,03% (passando de 95,6 para 115,7 kg/hab/ano), com uma taxa média de crescimentos de 2,76% ao ano.

Os fatores relacionados à expansão da fruticultura ocorreram tanto do lado da demanda quanto da oferta. Pelo lado da demanda, destacam-se principalmente as mudanças no comportamento de consumo das pessoas; as mudanças nos hábitos alimentares da população mundial, com maior conscientização para uma alimentação saudável, tornando-a mais exigente quanto à qualidade dos produtos. Deste modo, o conhecimento das exigências dos consumidores tornou-se importante trunfo competitivo para as empresas ou setores produtivos (FIORAVANÇO, 2000).

As decisões de comprar, que antes se baseavam apenas nos aspectos de variedade, conveniência, estabilidade de preços e valor, agora envolvem avaliações de características adicionais intrínsecas do produto, como qualidade, nutrição, segurança alimentar e aspectos ambientais. O consumidor passou a ter maior influência no processo produtivo mediante as suas decisões de compra, as quais estão fundamentadas não apenas na sua disposição a pagar, mas também em informações quanto aos atributos de qualidade dos produtos.

Do lado da oferta, destacam-se os progressos tecnológicos ocorridos na produção e na pós-colheita e as mudanças nos sistemas de comercialização. O setor de distribuição, tanto no atacado quanto no varejo, procurou se adequar ao novo padrão de qualidade exigido pelo mercado, dando importante salto qualitativo no aprimoramento das cadeias produtivas de frutas mediante o estabelecimento de procedimentos de pós-colheitas e a implementação de sistemas de certificação de origem.

No Brasil, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) criou o Programa de Desenvolvimento da Fruticultura (PROFRUTA), tendo como objetivo principal elevar os padrões de qualidade e competitividade do segmento. Essa ação faz parte da

estratégia de atingir o patamar de excelência requerido pelo mercado internacional, em bases voltadas para o sistema integrado de produção, a sustentabilidade do processo e a expansão da produção, emprego e renda (KOSOKI & ANDRIGUETO, 2003).

As exportações brasileiras de frutas possuem enorme potencial de crescimento, desde que se dirijam ao encontro de algumas tendências. Uma ferramenta importante para aumentar a competitividade da cadeia produtiva e melhorar a qualidade das frutas, com vistas a uma maior participação da fruticultura brasileira no comércio global, é o sistema de Produção Integrada de Frutas (PIF)³. A IOBC (International Organization for Biological Control) definiu esse sistema como: “A produção econômica de frutas de alta qualidade, priorizando o uso de métodos ecologicamente seguros que minimizam as aplicações de agroquímicos, e evitando os efeitos secundários negativos desses produtos, o que promove a preservação do meio ambiente e da saúde humana”.

Atualmente a Produção Integrada de Frutas (PIF) está presente em muitos países, e na maioria dos países europeus produtores de maçãs. A Produção Integrada de Frutas no Brasil teve início em 1998, com a cultura macieira. A comercialização desse produto com o selo PIF foi iniciada em março de 2003, destinada ao mercado de dez estados brasileiros e três países da UE.

O sistema consiste numa orientação integrada e de livre adesão por parte de produtores e empacotadores, constituindo-se uma ferramenta importante para concorrer nos mercados nacional e internacional, e tem como pilares a base produtiva, sustentabilidade, monitoramento e informação.

Deve-se ressaltar que a introdução da PIF nos países exportadores é fundamental para a manutenção da competitividade no mercado externo e, desse modo, um desafio para a fruticultura nacional.

1.3 O Problema e sua Importância

O Brasil é um dos países que apresenta elevada vantagem na produção mundial de frutas, porém um problema de extrema relevância é que, apesar do potencial produtivo brasileiro, as vendas externas do País ocupam posições pouco expressivas no cenário mundial.

³ A PIF surgiu na Europa, na década de 1980, para ser utilizada em fruteiras de clima temperado, visando a avançar na redução de agroquímicos obtidos pelo uso isolado do manejo integrado das pragas (MIP). A razão para a mudança foi a constatação de que o MIP não impunha nas recomendações as práticas de manejo do solo, água, planta, nutrição e doenças, tornando-o um sistema incompleto e insuficiente para atingir metas de sustentabilidade da atividade (OLIVEIRA, 2002).

Esses resultados, de alguma forma, revelam que o perfil da estrutura produtiva e do comércio exterior brasileiro está relacionado diretamente a dificuldades estruturais, o que, por sua vez, cria sérios obstáculos ao crescimento do comércio externo do País.

Isso leva a se acreditar que a inserção dinâmica e duradoura no mercado internacional de frutas depende também do cumprimento de uma série de requisitos técnicos que estão estreitamente ligados às políticas comerciais adotadas pelos países. As práticas protecionistas, tais como as elevadas tarifas e outras barreiras não tarifárias às importações, ainda constituem importantes obstáculos para o acesso aos novos mercados. Pimentel (2000) aponta como principais entraves ao comércio internacional as barreiras não tarifárias associadas ao controle de qualidade, a emissão de certificado de origem, as inspeções pré-embarques, os controles sanitários e ecológicos, os direitos *antidumping* e os subsídios à produção e à exportação.

Para conquistar mercados, no entanto, é necessário implementar medidas que visem ao crescimento da competitividade das frutas brasileiras no mercado internacional.

A essas preocupações está subjacente a seguinte questão: considerando as vantagens de produção e as restrições às exportações, está o Brasil avançando em competitividade no mercado internacional de frutas?

A importância de se estudar a competitividade da fruticultura brasileira reside em identificar os produtos que aumentaram sua participação no comércio mundial do setor. Por outro lado, este assunto afigura-se importante crescente, em razão, principalmente, do aumento do volume de comércio entre os países, decorrente da integração econômica e acordos comerciais nos últimos anos.

1.4 Objetivos

Considerando o grande potencial para a comercialização de frutas brasileiras no mercado internacional, o objetivo geral desse estudo é analisar a evolução da competitividade da fruticultura brasileira no mercado internacional no período entre 1990 e 2003. Especificamente pretende-se:

- a) verificar a evolução e a estrutura do comércio exterior brasileiro de frutas;
- b) estudar a evolução da participação relativa do saldo comercial da fruticultura no PIB agrícola;
- c) examinar a intensidade da participação do saldo comercial da fruticultura brasileira no comércio internacional desse setor;

- d) encontrar as vantagens comparativas reveladas das principais frutas brasileiras no comércio internacional;
- e) identificar os produtos que constituem “pontos fortes” no comércio internacional para esse setor;
- f) verificar o grau de concentração, por produtos e por países de destino das exportações brasileiras de frutas; e
- g) avaliar o desempenho das exportações de frutas brasileiras nos principais mercados de destino.

Além desta introdução e do delineamento dos objetivos, o presente estudo traz mais quatro capítulos. No segundo capítulo, apresenta-se um embasamento teórico sobre o assunto. Inicialmente, relacionam-se os fundamentos teóricos sobre comércio internacional e competitividade, abordando a evolução das principais teorias de comércio internacional, o papel da integração sobre a competitividade das economias e os diversos aspectos sob os quais a competitividade pode ser tratada.

O terceiro capítulo focaliza a metodologia utilizada para a realização do trabalho. Faz-se inicialmente uma apresentação do tipo de pesquisa e de análise do estudo. Em seguida, apresentam-se os principais indicadores de comércio calculados para verificar a competitividade da fruticultura brasileira.

O quarto capítulo exhibe os resultados e discussões obtidas no estudo. Faz-se inicialmente uma discussão da estrutura do comércio exterior brasileiro de frutas e, na seqüência, são expressos os resultados calculados para os indicadores de comércio da fruticultura do País. Por fim, o quinto capítulo contém as principais conclusões obtidas a partir da análise dos dados expostos no trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A Evolução das Teorias do Comércio Internacional

Os fundamentos teóricos em que se baseia esta pesquisa repousam nas abordagens de comércio internacional e competitividade. Segundo Krugman & Obstfeld (2001), há duas razões básicas para que os países participem do comércio internacional. A primeira decorre das diferenças entre os países e a segunda refere-se às possibilidades de obtenção de economias de escala na produção.

Se cada país produz apenas uma quantidade limitada de bens, ele pode produzir cada um desses bens em uma escala maior. Fatores como a especialização provocada pela divisão do trabalho e a redução de custo de produção em consequência da produção em grande escala, permitem que a produção seja conduzida de forma mais eficiente.

Segundo Souza (1999), o comércio foi fundamental para o crescimento dos países desenvolvidos. A abertura de mercados em outros países, associada às inovações tecnológicas redutoras de custos e geradoras de novos produtos, expandiram a oferta dos bens para os quais esses países apresentaram vantagens comparativas. A combinação desses fatores traduziu-se na expansão do mercado e no desenvolvimento econômico.

Alguns economistas, como Adam Smith, David Ricard, Heckscher e Ohlin, tentaram explicar a importância e os efeitos do comércio. Adam Smith (1776) afirmava que, se um país pode produzir determinada mercadoria com custos relativos menores, ele poderá se beneficiar exportando essa mercadoria e importando aquelas em que seus custos de produção se apresentam relativamente mais elevados, proporcionando vantagens recíprocas aos países que participam do processo de trocas.

Para David Ricardo (1817), se cada país se especializasse no produto em que possui vantagem comparativa, o comércio seria capaz de aumentar a produção e o bem-estar mundial. Essa análise, no entanto, considera apenas o fator trabalho como elemento básico para a definição dos custos de produção.

De acordo com Krugman & Obstfeld (2001), o modelo ricardiano de comércio internacional é uma ferramenta extremamente útil para pensar nas razões da ocorrência do comércio e acerca dos efeitos do comércio internacional sobre o bem-estar nacional. Embora as trocas sejam particularmente explicadas, porém, por diferenças na produtividade da mão-de-obra, elas também refletem diferenças entre os recursos dos países.

Neste sentido, Heckscher e Ohlin⁴ procuraram explicar o comércio entre os países pelas diferenças na dotação de trabalho, de capital e de recursos naturais, de modo que um país com elevada relação capital/trabalho exportaria bens intensivos em capital e importaria bens intensivos em trabalho.

O modelo de comércio internacional proposto por Heckscher e Ohlin é conhecido na literatura econômica como “Teoria das Proporções dos Fatores”. Essa teoria ficou assim conhecida por assumir a idéia de que o padrão de comércio entre os países dar-se-ia em função da interação das proporções nas quais diferentes fatores de produção estão distribuídos em diferentes países e em que proporções esses fatores são utilizados para produzir diferentes bens.

Os rendimentos crescentes de escala também representam um elemento fundamental para a fundamentação dos modelos de comércio internacional. As teorias mais recentes de comércio enfatizam as economias de escala, a concorrência imperfeita e a diferenciação dos produtos (ARBACHE, 2002).

2.2 Comércio Internacional e Competitividade

A partir dos anos 1980, com a intensificação da abertura das economias, modernização tecnológica, maiores fluxos de informações, novos padrões de consumo e, principalmente, a maior integração entre os mercados, ocorreram intensas modificações na estrutura e organização do setor agrícola. Tais mudanças afetaram a evolução do comércio internacional, com reflexos sobre a competitividade entre os países.

De acordo com Gasques & Conceição (2002), a competitividade internacional pode ser definida como a habilidade dos empresários criarem, produzirem e comercializarem mercadorias e serviços com maior eficiência do que seus rivais nos mercados domésticos e internacionais. Por outro lado, a competitividade das unidades de produção é determinada pelo dinamismo macroeconômico, financeiro, comercial, elementos de infra-estrutura e recursos humanos das firmas.

Para Coutinho & Ferraz (1993), a competitividade pode ser entendida como a capacidade da empresa formular e implementar estratégias concorrentes que lhe permitam conservar, de forma duradoura, uma posição sustentável no mercado, ou seja, sustentam uma

⁴ A divulgação desta teoria ocorreu após a tradução, para o inglês, da tese de doutorado de Bertil Ohlin, em 1933, discípulo de Heckscher. Em 1977, Ohlin recebeu o Prêmio Nobel de Economia, por esta teoria.

abordagem sistêmica, que tanto os fatores internos quanto os externos à empresa influenciam no seu desempenho. Assim, o sistema macroeconômico, político institucional, a infraestrutura e as características socioeconômicas dos mercados domésticos influenciam no desempenho empresarial.

Zoellick apud Cuellar (2004) acentua que os elementos-chaves para que as economias se tornem mais competitivas são: investimentos públicos e privados em educação e inovação; instituições governamentais livres de corrupção; construção e sustentação de infraestrutura moderna e abertura e integração da economia.

Para Gonçalves et. al. (1995) a competitividade refere-se à capacidade de uma empresa ou nação de construir dinamicamente uma posição competitiva sustentável no tempo para determinados produtos ou grupos de produtos no mercado internacional. Ela não decorre de posições herdadas, mas de condições criadas a partir de estratégias consistentes e sustentáveis no tempo frente à concorrência. Assim a análise de competitividade para determinado produto permite formular estratégias capazes de manter ou elevar sua posição competitiva no mercado internacional.

A competitividade é fortemente incentivada pela integração comercial. A superposição de acordos e negociações traz à evidência a necessidade de adequação dos países aos novos padrões de comércio. Neste cenário, para participar do comércio internacional, os países devem se adequar aos padrões internacionais de qualidade e de produtividade, acelerando a dinâmica de suas estruturas produtivas.

Os novos padrões de regulação internacionais (qualidade, sanidade, ecologia etc.) e a maior abertura do mercado doméstico às importações podem aumentar rapidamente os patamares de competitividade, além de expor fragilidades, sobretudo nas áreas de controle de qualidade e formação profissional (COUTINHO & FERRAZ, 1993).

Por outro lado, o ambiente competitivo nos mercados domésticos dos países industrializados, bem como a competitividade internacional, são sustentados basicamente por políticas setoriais. Toda a modernização dos sistemas alimentares foi amparada por uma combinação variada de protecionismo e subsídios, principalmente na União Européia e nos Estados Unidos.

A internacionalização dos mercados aumentou ainda mais o nível de incerteza e complexidade das decisões administrativas dos países. Neste sentido, parece imperativo o direcionamento das economias na busca de esforços humanos, tecnológicos e financeiros, com o objetivo de maior sintonia com a demanda pretendida. Afinal, ganhar desempenho e

eficiência interna é o alvo perseguido por todos os países que participam neste novo cenário competitivo.

Em mercados mais integrados, a competitividade dos setores econômicos é determinada pela sua capacidade de crescer frente aos melhores concorrentes internacionais. Isto envolve tanto a construção de um *mix* de políticas públicas pró-competitivas, tais como a obtenção de ganhos contínuos de eficiência por parte dos agentes, em termos de redução dos custos, diferenciação de produtos, inovação tecnológica, entre outros.

A busca por competitividade tornou-se, certamente, uma das maiores preocupações e um importante desafio para a integração comercial das economias. Para uma nação participar desse novo cenário do comércio internacional, torna-se necessário que ela seja competitiva, ou seja, que passe a explorar sua capacidade de forma a almejar posições mais consistentes interna e externamente para os setores de sua economia.

2.3 A Competitividade e suas Abordagens

Na literatura econômica, a competitividade é abordada sob vários aspectos, no entanto, dentro desta variedade de abordagens, estão os indicadores de desempenho, eficiência e capacitação.

Os indicadores de desempenho analisam a competitividade do agente estudado no mercado nacional e internacional, enquanto os indicadores eficiência e capacitação se referem aos fatores explicativos do desempenho econômico de empresas, setores e países. Os indicadores de eficiência relacionam-se aos preços e custos dos bens e serviços comercializados, incluindo a produtividade dos fatores; enquanto os indicadores de capacitação incorporam os avanços tecnológicos em produtos e processos.

Para Coutinho & Ferraz et al. (1993), uma diferença fundamental no tratamento das diversas acepções de competitividade diz respeito ao grau de agregação das variáveis, as quais podem ser utilizadas para empresas específicas, indústrias ou países. Outro aspecto refere-se à natureza dos indicadores utilizados. Os indicadores de natureza analítica têm o objetivo de testar hipóteses teóricas vinculadas aos determinantes do comércio e do padrão de especialização internacional, enquanto os de natureza descritiva analisam apenas o grau de competitividade das diferentes economias.

Segundo Cabral et al. (2003), é possível perceber uma clara distinção entre as abordagens que tratam de competitividade. Algumas procuram identificar os fatores responsáveis pelas vantagens competitivas de um determinado grupo de produtos no mercado

internacional. Outras procuram determinar o desempenho competitivo do país no comércio internacional. Para Ferraz, Kupter e Haguemuer (1995), o primeiro grupo está associado às medidas de eficiência (competitividade potencial) e o segundo às medidas de desempenho (competitividade revelada).

Além da variedade de significados atribuídos à competitividade, há também considerável diversidade nos indicadores utilizados para mensurá-la. Deste modo, uma das principais distinções que podem ser estabelecidas está relacionada ao caráter absoluto ou relativo dos indicadores utilizados para determinar a competitividade de um determinado país em setores industriais específicos.

Os indicadores absolutos comparam o desempenho competitivo do país em relação aos seus concorrentes no comércio mundial dos produtos, ao passo que os indicadores relativos medem a relação entre o desempenho do setor em questão e os demais setores do mesmo país. Por outro lado, os indicadores relativos incorporam os resultados da teoria ricardiana do comércio internacional e suas extensões neoclássicas baseadas no modelo de Heckscher-Ohlin.

De acordo com essas teorias, a participação dos países nos fluxos totais de comércio pode ser explicada pelo fato de que estes se especializam na produção de bens para os quais possuem “vantagens comparativas” em relação à produtividade da mão-de-obra ou na dotação relativa dos fatores de produção.

No Brasil, alguns estudos analisaram a competitividade de setores e produtos nacionais tanto no mercado interno quanto no mercado internacional. Cabral et al. (2003) utilizaram o indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) para analisar a evolução da competitividade do agronegócio brasileiro da amêndoa de castanha-de-caju no mercado internacional. O estudo revelou que, no período de 1980 a 2001, o País manteve uma posição competitiva nesse agronegócio, porém, em um mercado bastante concentrado.

Gasques & Conceição (2002) estimaram um conjunto de indicadores de competitividade de comércio exterior da produção agropecuária brasileira, no período de 1990 a 2001. Os indicadores utilizados foram: a Participação do Saldo Comercial do Produto no PIB, a Posição no Mercado Mundial, as Vantagens Comparativas e o Índice de Desempenho, entre outros.

Silva et. al. (2001) analisaram os indicadores de Posição Relativa (POS), de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR) e de Desempenho (DES) dos produtos agrícolas e agroindustriais brasileiros no mercado internacional, no período de 1996 a 1998, procurando destacar a evolução e os possíveis obstáculos para a manutenção da posição do Brasil como

fornecedor dos principais países/blocos de países. Os resultados mostraram que a formação do Mercosul contribuiu de forma positiva para a manutenção e ampliação da posição do Brasil no mercado internacional.

Hidalgo (1998) utilizou indicadores de desempenho para identificar os setores produtivos da Região Nordeste do Brasil, procurando verificar em quais produtos a região apresenta vantagens comparativas e as fontes sobre as quais estas vantagens estavam assentadas.

Gonçalves et al. (1995) procuraram analisar a realidade dos complexos de frutas frescas e hortaliças do Brasil com base na teoria das vantagens competitivas, destacando como os condicionantes da criação de posição competitiva no mercado internacional interferem na produção brasileira.

Coutinho & Ferraz et al. (1993) analisaram a competitividade do complexo agroindustrial brasileiro no contexto dos novos padrões de concorrência internacional. A finalidade do estudo foi propor um conjunto de políticas para o incremento da competitividade do setor e identificar os indicadores mais relevantes para o acompanhamento de sua evolução.

3 METODOLOGIA

3.1 Fonte dos Dados

Os dados relacionados à produção mundial e nacional de frutas, ao comércio mundial e às importações de frutas dos principais parceiros comerciais do Brasil, foram obtidos da *Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO)*.

Os dados sobre o comércio internacional da fruticultura brasileira (valor e volume das exportações e importações), bem como os valores para os principais mercados de destinos das exportações e de origem das importações brasileiras, foram adquiridos junto ao banco de dados do Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (Sistema ALICE), da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Tal Sistema disponibiliza as informações referentes às exportações e importações brasileiras, por países de destino e de origem.

As informações referentes ao PIB Agrícola⁵ foram obtidas junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados até 1994 foram convertidos em real, com base no IPC/FIPE e em seguida transformados em dólares americanos, pelas taxas de câmbio disponibilizadas pelo IPEA.

Os dados utilizados referem-se aos valores FOB (*Free on Board*) das exportações e importações brasileiras expressos em dólares americanos (US\$), no período de 1990 a 2003. Para classificação das mercadorias, foi utilizada a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM).

3.2 Tipo de Pesquisa

Neste estudo, serão apresentados elementos exploratórios e descritivos⁶. Os estudos exploratórios são definidos como investigações empíricas que têm por finalidade formular um problema, esclarecer questões e desenvolver hipóteses (DENCKER & VIA, 2001).

⁵ Neste trabalho, o uso da expressão PIB Agrícola refere-se a lavouras (temporárias e permanentes), com o objetivo de maior desagregação dos dados com vistas a uma aproximação real dos resultados.

⁶ Os três tipos de pesquisas – experimental, descritiva e exploratória – não são exclusivos. Embora tenha sido efetuada, em termos didáticos, uma divisão, a fim de dar uma idéia geral dos procedimentos que ocorrem com certa regularidade, na prática, as pesquisas podem utilizar-se de todos os tipos para esclarecer a questão que está sendo investigada (DENCKER & VIA, 2001).

A opção por este tipo de pesquisa tem como objetivo principal, ensejar sugestões que possam ser utilizadas para formular programas com aplicações práticas e intervenções dirigidas à solução de problemas relacionados à competitividade. Segundo Dencker & Via (2001), do ponto de vista dos procedimentos, a pesquisa exploratória pode utilizar métodos quantitativos e qualitativos.

De acordo com Rudio (1989), a pesquisa descritiva está interessada em descobrir e observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los.

3.3 Métodos de Análises

Na análise dos dados, optou-se pelos métodos de análise tabular, gráfica e descritiva, a partir de alguns indicadores de comércio internacional. Para Cervo (1983), a análise tabular e descritiva possibilita analisar as características de uma população ou fenômeno específico sem manipulá-lo, ou seja, livre da influência do pesquisador.

O trabalho se propõe a estudar a fruticultura brasileira no entanto, neste estudo, serão consideradas apenas as frutas não processadas do grupo frutas, cascas de cítricos e de melões, do Ministério do Desenvolvimento Integração e Comércio Exterior (MDIC), as quais representaram em média 95,26% das exportações brasileiras (grupo), ao longo do período analisado. Para o cálculo de alguns indicadores, foram consideradas as sete principais frutas da pauta de exportação brasileira: castanha-de-caju⁷, manga, melão, laranja, maçã, banana e uva. Essas frutas, representaram no período em análise, em média, 87,09% das exportações do setor de frutas e 82,96% das exportações do grupo⁸. Além da boa representatividade da fruticultura brasileira, a utilização das amostras se justifica em razão das dificuldades de se encontrar dados agregados da fruticultura mundial compatíveis com a nomenclatura local. Foi utilizado ainda o índice taxas anuais de crescimento (TAC), calculadas com base na média aritmética.

No estudo, os dados serão analisados com base em indicadores de desempenho, os quais são bastante utilizados como indicadores de competitividade das exportações brasileiras, o que expõe em geral a participação de um setor estudado no mercado nacional e principalmente internacional. Do ponto de vista do desempenho, as exportações de um setor são competitivas se são capazes de ampliar sua participação na oferta internacional de determinados produtos (HAGUENAUER, 1989). A performance externa do setor será vista

⁷ Essa fruta entra na nomenclatura do MDIC como fruta fresca ou seca.

⁸ A utilização do termo grupo, no trabalho, refere-se às exportações de frutas, cascas de cítricos e de melões.

pela óptica específica da competitividade revelada, tendo em vista o resultado do comércio exterior. Assim, a competitividade refere-se à capacidade de um país ou região em manter e em expandir sua participação nos mercados internacionais.⁹

Para atender os objetivos pretendidos, serão calculados os Indicadores de Participação do Saldo Comercial do Produto no PIB Agrícola (Lavoura), Índices de Posição Relativa do Comércio Brasileiro de Frutas no Mercado no Mundial (POS), Indicador de Vantagens Comparativas Reveladas (VCR), Taxa de Cobertura (TC), Índice de Concentração por produto e por país de destino e, por último, o Indicador de Desempenho.

A construção desses indicadores é de indiscutível importância para fundamentar as decisões de caráter privado e as políticas governamentais que visem a melhorar a participação da fruticultura brasileira no cenário internacional (SILVA et. al., 2002).

3.3.1 Indicador de Participação do Saldo Comercial do Produto no PIB

O objetivo deste Indicador é verificar a participação do Saldo Comercial da fruticultura brasileira no PIB Agrícola. A evolução deste indicador mostra se a importância da fruticultura para o PIB agrícola do País vem aumentando ou diminuindo ao longo do tempo, o qual pode ser calculado por:

$$IPSC^t = 100 * \frac{(X^t - M^t)}{Y^t} \quad (1)$$

onde:

$IPSC^t$ = Indicador de Participação do Saldo Comercial das frutas no PIB agrícola (lavouras) brasileiro;

X^t = Valor total das exportações brasileiras de frutas;

M^t = Valor total das importações brasileiras de frutas;

Y^t = Valor do PIB agrícola (lavouras) do Brasil;

$t = (1, \dots, 14)$ = período.

Quanto maior for o valor desse indicador, maior será o impacto positivo ou negativo do seu saldo comercial sobre o PIB Agrícola (Lavoura) brasileiro.

⁹ Tendo isso em vista, não se trata, neste trabalho, de analisar ou apresentar os motivos (no plano sistêmico) que possam ter originado a competitividade.

Gasques & Conceição (2002) utilizaram esse indicador para medir a participação do saldo comercial da agropecuária brasileira no período de 1990 a 2001.

3.3.2 Indicador de Posição Relativa do Brasil no Mercado Mundial (POS)

Para Boulhosa & Amin (2004), a posição relativa de um país no comércio internacional pode ser calculada com base no saldo comercial (exportações menos importações) do produto (j), no tempo (n) do país (k), em relação ao total do referido produto (j) comercializado no mundo (exportações mais importações mundiais do produto) em um determinado período.

Desse modo, o Indicador de Posição Relativa da Fruticultura Brasileira no Mercado Internacional será calculado da seguinte forma:

$$POS^t = 100 * \frac{(X^t - M^t)}{W^t} \quad (2)$$

onde:

POS^t = Indicador de Posição Relativa no Mercado Mundial, do setor de frutas brasileiro no t-ésimo período;

W^t = Valor total do comércio mundial (exportações mais importações) de frutas;

O objetivo deste indicador é discutir a evolução da participação do saldo comercial brasileiro da fruticultura no mercado mundial deste setor. Valor positivo do indicador significa que o país é um exportador líquido, por outro lado, valor negativo caracteriza o país como importador líquido do produto.

O indicador pode ser calculado para um produto¹⁰ ou setor específico. No caso específico deste estudo, o indicador foi calculado para o setor brasileiro de frutas.

A evolução deste indicador mostra se as exportações/importações líquidas do País estão crescendo a taxas superiores ou inferiores às do comércio mundial do produto.

Ressalta-se que, de acordo com Lafay et al. (1999), este indicador pode ser influenciado por variáveis macroeconômicas, pelas características estruturais do consumo do produto, pelas distorções que podem ser introduzidas pelo Poder público e pelo peso da economia do país no mundo.

¹⁰ Ao longo do trabalho o termo produto será usado como correspondente a fruta.

3.3.3 Indicador de Vantagem Comparativa Revelada, de Balassa (VCR)

Balassa (1965) procurou facilitar a quantificação dos fatores responsáveis pelas vantagens comparativas dos países. A idéia do índice de Vantagem Comparativa Revelada configura-se no fato de que o comércio “revela” vantagens comparativas, uma vez que seu cálculo está baseado em dados após verificada a ocorrência do comércio.

Esse indicador calcula a participação das exportações de um dado produto em uma determinada economia, em relação às exportações de uma zona de referência desse mesmo produto, e compara esse quociente com a participação das exportações totais agrícolas do país com as exportações agrícolas totais da zona de referência. A evolução das VCRs, permite caracterizar a especialização seguida pela economia regional (HIDALGO, 1998).

O indicador de Vantagem Comparativa, de Balassa, pode ser apresentado como:

$$VCR^t_j = (X^t_j / X^t_{jw}) / (X^t / X^t_w) \quad (3)$$

onde:

VCR^t_j = indicador de Vantagem Comparativa Revelada, de Balassa, da *j-ésima* fruta brasileira no *t-ésimo* período;

X^t_j = é o valor total das exportações brasileiras da *j-ésima* fruta;

X^t_{jw} = é o valor total das exportações mundiais da *j-ésima* fruta;

X^t_w = é o valor total das exportações mundiais de frutas;

($j = 1, \dots, 7$) principais frutas.

Este indicador é usado, neste trabalho, como sendo o quociente entre a participação das exportações da *j-ésima* fruta do Brasil nas exportações mundiais dessa e a participação das exportações totais de frutas do Brasil em relação às exportações totais mundiais. Se $VCR_j > 1$, significa que o País apresenta VCR na produção do produto e, se $VCR_j < 1$, a produção do produto apresenta desvantagem comparativa revelada para o Brasil.

Segundo Hidalgo (1998), a presença de distorções no comércio internacional, tais como restrições tarifárias e não tarifárias, subsídios à exportação, acordos comerciais, podem invalidar os resultados obtidos pelo índice de VCR. Em virtude das distorções protecionistas

que afetam as importações, Balassa calculou a VCR com base exclusivamente no valor das exportações.

Por último, vale lembrar que o indicador de Vantagem Comparativa Revelada, de Balassa, reflete a capacidade competitiva em um dado momento (análise estática), não permitindo capturar eventuais mudanças que venham a ocorrer no grau de competitividade setorial do País (análise dinâmica).

3.3.4 Indicador de Taxa de Cobertura (TC)

Para complementar o indicador de VCR, será calculada, também, a Taxa de Cobertura (TC). De acordo com Gutman & Miotti (1996), apud Hidalgo (1998), os produtos que simultaneamente apresentarem VCR e TC superior à unidade, constituem os chamados “pontos fortes” da economia. Por outro lado, os produtos que mostrarem simultaneamente desvantagem comparativa revelada e taxas de coberturas menores do que a unidade serão considerados como “pontos fracos” da economia.

Considerando-se um determinado produto (j) do estado/região ou país, tem-se que a Taxa de Cobertura (TC) pode ser definida como o quociente entre as exportações e importações desse produto (j) no referido país, como segue:

$$TC^t_j = \frac{X^t_j}{M^t_j} \quad (4)$$

onde:

TC_j = Taxa de Cobertura da j-ésima fruta brasileira no t-ésimo período;

M^t_j = representa o valor das importações da j-ésima frutas pelo Brasil;

(j = 1,...,7) principais frutas;

3.3.5 Indicador de Concentração – Coeficiente de Gini-Hirschman.

Quanto mais concentradas estiverem as exportações, em poucos países de destino e em poucos produtos, mais a economia local estará sujeita às flutuações de demanda, o que pode implicar mudanças bruscas nas suas receitas de exportação. O Coeficiente de Gini-Hirschman é o indicador mais utilizado para a análise de concentração das exportações, tanto em nível de produto, quanto ao mercado de destino.

Para o cálculo do Índice de Concentração por Produto (ICP), procurou-se verificar o índice de concentração das exportações do setor de frutas e saber em quais frutas as exportações se concentram e, para o Índice de Concentração por Países de Destino (ICD), o objetivo foi verificar o grau de concentração das exportações das frutas brasileiras, nos principais mercados compradores e saber em quais países as exportações estão mais ou menos concentradas.

O índice de Concentração por Produto (ICP), é dado por:

$$ICP^t = \sqrt{\sum_j \left(\frac{X^t_j}{X^t} \right)^2} \quad (5.1)$$

onde:

ICP^t = O índice de Concentração por Produto no t -ésimo período.

($j = 1, \dots, 7$) Principais frutas.

O valor deste índice assume valores no intervalo entre zero e um ($0 \leq ICP \leq 1$). Um índice ICP elevado significa que as exportações do País estão concentradas em poucos produtos. Por outro lado, uma diversificação maior na pauta de exportação do País é refletida quando este apresenta um índice ICP baixo.

O Índice de Concentração por País de Destino (ICD) pode ser obtido por:

$$ICD^t = \sqrt{\sum_z \left(\frac{X^t_{jz}}{X^t} \right)^2} \quad (5.2)$$

onde:

ICD^t = Índice de Concentração por País de Destino no t -ésimo período;

X_{jz} = representa o valor total das exportações brasileiras da j -ésima fruta para o z -ésimo país de destino;

($j = 1, \dots, 7$) principais frutas;

($z = 1, \dots, n$) principais países de destino das frutas.

Um elevado ICD indica que grande parte das suas exportações se concentra em um pequeno número de países. Por outro lado, um ICD baixo reflete maior diversificação nos mercados de destino das exportações.

3.3.7 Indicador de Desempenho

Esse indicador permite avaliar a evolução comercial de um país em um determinado período (t) de um setor ou produto (j) específico, ou seja, se o país reduziu ou aumentou suas exportações para o mercado (z) em determinado período. Tal indicador procura expressar o desvio entre as exportações realizadas do produto (j), no período t, de um determinado país para um outro ou zona de referência (z), e o que eles teriam sido se o país tivesse permanecido com a mesma participação no mercado registrada no período t_0 .

Gasques & Conceição (2002) e Boulhosa & Amin (2004) utilizaram este indicador para avaliar a evolução do comércio exterior da agropecuária brasileira e do abacaxi *in natura*, respectivamente, para um determinado país ou zona de referência específica.

O Indicador de Desempenho avalia o comportamento do comércio de um produto entre dois países ou regiões, e pode ser calculado por:

$$DES^t_j = X^t_{jz} - \left(X^{t_0}_{jz} * \frac{M^t_{jz}}{M^{t_0}_{jz}} \right) \quad (7)$$

onde:

DES^t_j = Indicador de Desempenho da j-ésima fruta brasileira no t-ésimo período;

X^t_{jz} = valor das exportações brasileiras da j-ésima fruta no ano (t) para o z-ésimo país;

$X^{t_0}_{jz}$ = valor das exportações brasileiras da j-ésima fruta no ano (t_0) para o z-ésimo país;

M^t_{jz} = importações totais da j-ésima fruta realizadas pelo z-ésimo país no ano t;

$M^{t_0}_{jz}$ = importações totais da j-ésima fruta realizadas pelo z-ésimo país no ano;

(j = 1,...,7) Principais frutas;

(z = 1,...,n) Principais países de destino das frutas.

Indicadores com valores positivos mostram que o Brasil aumentou sua participação no mercado do país importador, em relação ao período inicial, referente ao produto ou setor considerado. Valores negativos indicam que o país perdeu participação em relação ao período inicial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, são apresentados e discutidos os resultados apresentados no trabalho. Inicialmente, faz-se uma descrição da estrutura do comportamento do comércio brasileiro de frutas. Em seguida é realizada a análise da competitividade da fruticultura brasileira no mercado internacional a partir dos indicadores calculados conforme metodologia descrita no capítulo 3.

4.1 A Estrutura do Comércio Exterior Brasileiro de Frutas

4.1.1 Evolução do Comércio Brasileiro de Frutas

Com a abertura econômica dos mercados, o setor externo da economia passou a desempenhar um importante papel no sentido de melhorar a competitividade do País¹¹. A partir dessa perspectiva, o setor de frutas tem ocupado lugar de destaque nas discussões sobre comércio internacional, como uma alternativa de geração de divisas, emprego e renda para o Brasil.

A evolução recente tem apontado uma elevação expressiva em termos de valores transacionados no mercado internacional para o comércio brasileiro. A estrutura das exportações e importações mundiais de frutas e a participação brasileira nesse mercado é apresentada na TABELA A1 do apêndice.

Em 1990, as exportações brasileiras de frutas representavam 0,98% das exportações mundiais, a partir daí o país expande suas exportações, de tal forma que esse valor atinge 1,56%, em 2003. As vendas brasileiras de frutas cresceram mais de 117%, neste período, correspondente a uma taxa média anual de 9,04%, contra um crescimento médio de 4,77% ao ano das exportações mundiais. Por outro lado, os resultados mostram que houve redução da participação relativa das importações brasileiras nas importações mundiais, de 0,60% em 1990 para 0,28% em 2003. Isso representa no período uma redução média dessa participação de 1,97% ao ano.

¹¹Para Jank & Nassar (2000), a abertura econômica e a formação de blocos econômicos foram as principais mudanças estruturais que trouxeram a necessidade de incrementar a competitividade da fruticultura brasileira, onde a produção de frutas passa a ser realizada em moldes empresariais para satisfazer a crescente demanda doméstica e externa. A partir daí surge a necessidade do emprego de tecnologias mais modernas a fim de assegurar a competitividade do setor.

No período de 1990 a 2003, a estrutura do comércio exterior brasileiro de frutas passou por transformações bastante significativas. A Tabela 1 apresenta as exportações, importações, comércio corrente, o saldo comercial e a taxa de cobertura para o setor.

O Brasil exportou, em média, por ano, US\$ 293,368 milhões e importou US\$ 183,020 milhões. O saldo comercial brasileiro de frutas, foi positivo em quase todo o período. Entre 1990 e 1994, esse comércio apresentou superávit, com tendência decrescente a partir de 1992; em 1995 e 1996, os resultados da balança comercial do setor foram deficitários e, a partir de 1997, houve recuperação do setor com tendência crescente do superávit. Os anos de 2002 e 2003 apresentaram os maiores saldos comerciais do período, com US\$ 240,64 e 590,099 milhões, respectivamente.

TABELA 1- Brasil: Estrutura do Comércio Exterior de Frutas, 1990 a 2003.

Anos	Exportação (A) (US\$ Milhões)	Importação (B) (US\$ Milhões)	Comércio Corrente (A + B)	Saldo Comercial (A - B)	Taxa de Cobertura (A / B)
1990	170,812	133,436	304,248	37,376	1,280
1991	199,549	153,525	353,074	46,024	1,300
1992	258,260	99,543	357,802	158,717	2,594
1993	261,127	113,948	375,075	147,178	2,292
1994	251,940	175,591	427,531	76,349	1,435
1995	260,489	313,736	574,225	-53,247	0,830
1996	287,571	342,420	629,991	-54,849	0,840
1997	290,907	286,495	577,402	4,412	1,015
1998	278,703	257,619	536,322	21,084	1,082
1999	313,743	173,294	487,037	140,450	1,810
2000	359,854	151,966	511,820	207,887	2,368
2001	334,961	141,812	476,773	193,150	2,362
2002	354,333	113,693	468,026	240,640	3,117
2003	484,902	105,197	590,099	379,705	4,609
Média	293,368	183,020	476,388	110,348	1,924
TAC ^{1/}	9,044	2,373	6,005	77,317	16,638

Fonte: Elaborada com base nos dados da SECEX/MDIC.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

Em 2003, o valor das vendas externas apresentou um desempenho bastante satisfatório, com um valor exportado de US\$ 484,90 milhões. Em comparação a 2002, as exportações de 2003 cresceram 36,84% em valor e 57,78% em superávit. As taxas de cobertura foram superiores à unidade em praticamente todo o período, exceto nos anos de 1995 e 1996, em que as exportações foram menores do que as importações.

Comparando-se o valor total das importações brasileiras de frutas, do início para o final do período, percebe-se uma redução. Esse valor passou de US\$ 133,44 milhões, em 1990, para US\$ 105,20 milhões em 2003, equivalente a um decréscimo de 21,16%.

Embora o valor das importações tenha crescido entre 1994 e 1999, especialmente em 1995 e 1996 (déficit), o que motivou o desempenho da taxa média de crescimento anual de 2,37%, apresentou uma acentuada redução nos últimos anos, passando de US\$ 113,693 milhões, em 2002, para US\$ 105,197 milhões em 2003 - uma redução de US\$ 8,496 milhões.

Os valores exportados das principais frutas da pauta de exportação brasileira se encontram na Tabela A2 do apêndice. Dentre essas, a de maior representatividade, em valor, no mercado internacional, é a castanha-de-caju. Em média, ela originou em divisa, no período, US\$ 133,81 milhões, seguida pela manga e pelo melão, que venderam em média, no período, US\$ 28,537 milhões e US\$ 27,384 milhões, respectivamente. O maior crescimento das exportações no período foi o da maçã, com uma taxa média anual de 145,83, seguida da uva (40,13%) e da manga (35,20%). Por outro lado, as exportações de frutas que menos cresceram foram a da castanha-de-caju (4,82%) e a da laranja (7,33%).

A Tabela 2 apresenta a participação relativa das principais frutas no total das exportações brasileiras. Essas frutas representam, em média, 87,09% do valor das exportações no período.

TABELA 2 - Brasil: Coeficiente de Participação Relativa do Valor Exportado das Principais Frutas nas Exportações Totais (%)

Ano	Castanha	Manga	Melão	Laranja	Maçã	Banana	Uva	Total
1990	59,27	1,81	5,28	10,69	1,48	5,22	1,31	85,04
1991	55,47	2,47	7,95	10,83	0,85	9,32	3,04	89,95
1992	57,81	2,75	6,32	6,80	7,99	6,55	2,97	91,18
1993	45,92	7,66	11,68	7,75	4,52	5,86	5,58	88,97
1994	43,34	6,99	12,50	10,80	5,98	4,37	3,39	87,37
1995	56,52	8,56	6,33	11,17	2,40	1,57	3,89	90,43
1996	58,25	10,07	8,81	7,10	0,64	1,85	2,21	88,92
1997	53,94	6,94	7,19	7,94	3,88	3,42	1,68	84,10
1998	51,16	11,67	10,16	5,15	2,04	3,17	2,10	85,45
1999	45,30	10,20	9,16	6,73	9,62	3,99	2,75	87,74
2000	45,87	9,94	6,95	4,24	8,57	3,43	4,06	83,06
2001	33,51	15,17	11,73	8,22	5,42	4,79	6,45	85,29
2002	29,82	14,35	10,66	2,29	8,87	9,48	9,55	85,02
2003	29,65	15,14	12,03	2,75	7,80	6,19	12,36	85,92
Média	47,56	8,84	9,05	7,32	5,00	4,94	4,38	87,09
TAC ^{1/}	-4,32	25,61	13,32	-0,26	114,86	12,24	28,10	0,13

Fonte: Calculada com base nos dados da SECEX/MDIC.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

Analisando a participação relativa das frutas no total das exportações brasileiras, percebem-se, entre 1990 e 2003, aumentos mais expressivos de participação para as exportações de melão, manga, maçã e uva. Em 1990, essas frutas representavam, respectivamente, 5,28%, 1,81%, 1,48% e 1,31% da pauta de exportação brasileira de frutas frescas. Em 2003, essa participação aumentou para 12,03%, 15,14%, 7,80% e 12,36%, respectivamente. Observa-se que, ao longo da década de 1990, as vendas de manga, melão, maçã e uva se consolidaram no mercado externo, o que significa um salto nas exportações brasileiras de frutas *in natura*.

Por outro lado, ao longo do período observou-se uma queda contínua da participação relativa da castanha-de-caju e da laranja. Em 1990, essas frutas representavam, respectivamente, 59,27% e 10,69% do valor exportado e, em 2003, diminuíram suas participações para 29,65% e 2,75%, respectivamente.

Deve-se notar, ainda, ao longo do período, uma mudança de perfil das exportações, principalmente a partir do ano 2000, em que as demais frutas passaram a ter maior participação relativa nas exportações nacionais. Como se observa, os produtos com menores participações no comércio brasileiro foram os que apresentaram um comportamento mais favorável, como a maçã e a uva, com uma taxa de crescimento média anual de 144,86% e 28,10%, respectivamente.

Outro aspecto importante a ser notado, ao longo do período, é que praticamente o mesmo comportamento da participação relativa do valor das exportações das principais frutas (exceção do melão e laranja), em relação ao valor total das exportações brasileiras, pode ser observado também, se comparado o valor das exportações brasileiras dessas frutas com suas respectivas exportações mundiais, como mostra a Tabela 3.

Nota-se que as frutas manga, laranja, maçã e uva aumentaram suas participações relativas nas exportações mundiais. Por outro lado, vemos que as exportações de castanha-de-caju e de melão tiveram suas participações relativas reduzidas, se comparadas às exportações mundiais. No caso da banana, a participação foi praticamente a mesma em todo o período.

Considerando a participação relativa do valor exportado das principais frutas, apesar dos valores transacionados ainda serem modestos (exceção da castanha-de-caju), percebe-se um aumento extraordinário da participação dessas frutas, em relação às suas exportações mundiais, principalmente nos últimos anos do período. Basta ver o desempenho das suas taxas de crescimento anuais, que foram bastante significativas.

TABELA 3 - Brasil: Coeficiente de Participação Relativa do Valor Exportado das Principais Frutas nas Respectivas Exportações Mundiais (%)

Ano	Castanha (%)	Manga (%)	Melão (%)	Laranja (%)	Maçã (%)	Banana (%)	Uva (%)
1990	20,79	2,85	1,02	2,14	0,13	0,34	0,14
1991	19,29	2,57	1,19	3,19	0,07	0,58	0,38
1992	24,19	3,36	0,94	3,40	0,83	0,51	0,47
1993	18,26	7,58	1,20	6,23	0,56	0,44	0,88
1994	12,39	6,59	1,45	5,50	0,61	0,27	0,45
1995	18,06	7,65	1,33	2,65	0,21	0,09	0,52
1996	19,53	8,21	0,91	4,27	0,06	0,11	0,31
1997	16,74	5,63	1,14	3,10	0,40	0,20	0,22
1998	14,06	8,53	0,70	3,88	0,22	0,18	0,27
1999	10,61	8,45	1,14	4,02	1,16	0,27	0,38
2000	13,78	9,27	0,89	3,84	1,35	0,29	0,58
2001	11,84	12,24	1,48	5,82	0,75	0,38	0,87
2002	9,91	13,05	0,39	5,56	1,09	0,78	1,26
2003	12,82	13,10	0,54	6,70	1,11	0,63	1,91
Media	15,88	7,79	1,02	4,31	0,61	0,36	0,62
TAC ^{1/}	-0,82	17,28	4,87	15,50	148,27	16,69	34,15

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da FAO e SECEX/MDIC.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

A Tabela 4 mostra a evolução da participação das frutas selecionadas na pauta de importação brasileira. Entre 1995 e 1998, o valor das compras externas de frutas teve um aumento significativo. Percebe-se claramente, neste período, à exceção da maçã e da uva, uma reduzida participação relativa do valor das demais frutas nas importações totais. Vale destacar o predomínio das importações de frutas de clima temperado, como a maçã e a uva. Das frutas importadas, elas foram as que mais se destacaram, com uma média anual de 23,06% e 12,62% das importações brasileiras, no período, respectivamente. Em conjunto representaram mais de 35% das importações.

Percebe-se em relação à maçã que a participação desta fruta nas importações brasileiras vem caindo ao longo do período, passando de 33,71% em 1990, para 15,05% em 2003, uma redução de 44,61%. Os resultados da diminuição das importações de maçã estão associados a um aumento da produção, que substituiu gradativamente as importações, e ao incremento nas exportações tanto em termos de valor quanto em volume (ver apêndice, Tabelas A8 e A10). Por outro lado, a participação das importações de uvas, no mesmo período, permaneceu praticamente estável.

TABELA 4 - Brasil: Coeficiente de Participação Relativa do Valor Importado das Principais Frutas nas Importações Totais.

Ano	Castanha (%)	Manga (%)	Melão (%)	Laranja (%)	Maçã (%)	Banana (%)	Uva (%)	Total (%)
1990	0,00	0,00	0,00	0,00	33,71	0,00	15,19	48,90
1991	0,00	0,00	0,00	0,00	35,56	0,03	14,15	49,74
1992	0,00	0,00	0,00	0,00	28,80	0,06	13,75	42,61
1993	0,00	0,00	0,04	0,00	21,11	0,00	14,35	35,50
1994	1,91	0,00	0,09	0,01	27,24	0,00	13,87	43,12
1995	0,41	0,02	0,07	0,01	28,02	0,01	11,54	40,07
1996	0,00	0,00	0,12	0,01	25,72	0,00	15,22	41,07
1997	0,07	0,00	0,16	0,02	19,57	0,00	14,77	34,54
1998	0,00	0,00	0,54	0,02	21,64	0,02	15,91	38,13
1999	4,76	0,01	0,27	0,01	15,88	0,03	4,88	25,84
2000	3,25	0,00	0,24	0,01	14,03	0,01	5,97	23,51
2001	0,00	0,00	0,22	0,00	20,69	0,01	4,29	25,22
2002	0,00	0,00	0,35	0,00	15,80	0,00	15,09	31,25
2003	0,01	0,00	0,25	0,00	15,05	0,01	17,72	33,04
Média	0,74	0,00	0,17	0,01	23,06	0,01	12,62	36,61

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da FAO e SECEX/MDIC.

4.1.2 O Mercado Internacional para as Frutas Brasileiras

A crescente demanda para o consumo de frutas *in natura* tem proporcionado aumento da produção e da comercialização dos principais países produtores/exportadores. Esse comportamento aponta uma elevação expressiva dos valores transacionados no mercado internacional.

Os dados da Tabela A3, que consta no apêndice, mostram que o comércio mundial de frutas cresceu 70,79%, entre 1990 a 2003, correspondente a uma expansão média de 4,50% ao ano, com uma movimentação média anual de US\$ 51.235,819 milhões. No Brasil, esse setor cresceu 78,06% com valores médios de 6% ao ano, movimentando em média US\$ 476,388 milhões por ano.

De forma geral, o comércio internacional se caracterizou pela maior concentração dos fluxos de comerciais nos países desenvolvidos, em detrimento dos países em desenvolvimento¹². Com o setor de frutas, esse comportamento não foi diferente, pois grande parte do comércio mundial de frutas restringiu-se aos países desenvolvidos.

¹² Sobre esse assunto, ver R. Gonçalves (1999).

A Tabela 5 mostra a participação relativa dos principais destinos das exportações brasileiras. São países com maior participação os Estados Unidos, Países Baixos, Reino Unido, Argentina e Canadá¹³.

TABELA 5 - Brasil: Coeficiente de Participação Relativa do Valor Exportado das Frutas para os Principais Destinos (%)

Anos	EUA	Países Baixos	Reino Unido	Argentina	Canadá	Total (%)
1990	48,32	12,79	10,50	4,38	5,77	81,75
1991	43,63	14,94	9,55	9,68	6,72	84,55
1992	46,84	13,73	7,46	7,70	5,63	81,35
1993	40,29	19,68	10,71	8,39	4,82	83,89
1994	38,44	25,68	9,23	3,46	4,71	81,51
1995	48,02	22,24	6,53	2,64	5,45	84,88
1996	48,72	18,41	8,52	4,53	6,18	86,36
1997	45,24	19,87	6,63	4,62	4,56	80,91
1998	41,53	18,92	8,84	6,34	5,23	80,87
1999	39,24	22,43	8,96	6,39	4,76	81,77
2000	43,81	19,12	8,96	5,27	4,47	81,63
2001	33,18	25,84	11,41	5,51	3,63	79,57
2002	30,15	24,81	13,54	5,60	3,92	78,02
2003	29,36	28,66	13,20	3,27	3,61	78,10
Média	41,20	20,51	9,57	5,56	4,96	81,80
TAC ^{1/}	-3,06	8,12	4,31	6,61	-2,50	-0,31

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

Com base nos dados, percebe-se que houve ligeira redução da participação relativa do conjunto desses países nas exportações brasileiras, com uma taxa média de 0,31% ao ano, influenciada principalmente pela queda de participação dos EUA e Canadá. Por outro lado, observa-se que parte da redução da participação desses países foi compensada pelo aumento da participação dos Países Baixos e Reino Unido.

Entre 1990 e 2003, esses cinco países concentraram em média 81,80% das exportações do País, sendo que os EUA são o maior importador, com uma média anual de 41,20%, muito embora sua participação tenha diminuído ao longo do período. As exportações para os EUA representavam 48,32% do total das exportações brasileiras, em 1990, caindo para 29,36%, em 2003. Isso representou uma taxa média de redução de 3,06% ao ano.

Os Países Baixos são o segundo mercado mais importante, com a compra anual, em média, de 20,51% das frutas brasileiras. A participação desse mercado aumentou em 105% ao longo do período, correspondendo a uma taxa média de crescimento anual de 8,12%. A

¹³A abertura de mercados internacionais pelo Governo brasileiro, como a China, Japão e países árabes, é a principal base da previsão de aumento das exportações brasileiras de frutas (AGROANALYSIS, 2005).

exemplo dos Países Baixos, também aumentaram suas participações o Reino Unido e a Argentina, com taxas de crescimento médias anuais de 4,31% e 6,61%, respectivamente. Ao contrário desses países, o Canadá perdeu participação, com uma redução média anual de 2,50%.

A Tabela 6 mostra a participação relativa dos principais países de origem das importações brasileiras. Conforme observado, Argentina, Chile, EUA, Portugal e Uruguai lideram as vendas de frutas para o Brasil. No *ranking* dos cinco principais países exportadores de frutas para o Brasil, dois coincidem também entre os cinco principais países compradores das frutas brasileiras.

TABELA 6 - Brasil: Coeficiente de Participação Relativa dos Principais Países de Origem das Importações de Frutas

Ano	Argentina	Chile	EUA	Portugal	Uruguai	Total
1990	59,93	26,25	7,37	1,99	1,20	96,73
1991	61,68	27,20	4,12	1,58	0,69	95,27
1992	61,77	23,17	5,73	2,57	0,80	94,04
1993	48,03	29,85	8,90	2,50	1,54	90,82
1994	44,04	22,05	14,94	3,61	0,53	85,17
1995	45,25	28,12	10,17	2,17	0,67	86,38
1996	44,57	31,36	11,74	3,06	1,12	91,86
1997	46,64	26,06	8,55	3,16	0,89	85,30
1998	46,02	28,41	7,63	2,33	1,39	85,79
1999	39,59	23,78	6,61	2,32	0,69	72,98
2000	40,04	25,95	4,94	3,25	0,49	74,67
2001	49,75	26,46	3,25	2,95	0,39	82,79
2002	50,87	26,60	2,14	3,85	0,51	83,45
2003	46,71	28,00	5,22	3,43	0,66	84,02
Média	48,92	26,66	7,24	2,77	0,83	86,38
TAC ^{1/}	-1,34	1,79	7,76	8,62	6,85	-0,89

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

Os resultados mostram que ocorreu uma redução das importações brasileiras provenientes desse conjunto de países. Em 1990, 96,73% das compras brasileiras de frutas tinham origem nesses países, caindo para 84,02% em 2003.

As importações brasileiras de frutas têm origem essencialmente na Argentina, sendo este país o principal exportador, seguido do Chile. Em média, 48,92% das importações brasileiras vêm da Argentina, embora nos últimos anos tenha havido redução, caindo de 59,93% em 1990 para 46,71% em 2003.

Observa-se no conjunto, e para cada um dos países que, entre 1995 e 1998, houve um aumento no valor de suas vendas para o Brasil. Esse comportamento não significa

necessariamente melhoria da posição competitiva das exportações desses países no mercado brasileiro, mas que, entre outros fatores, o aumento da taxa de câmbio observada após 1994, pode ter induzido a majoração do valor das compras brasileiras.

Considerando as principais frutas, individualmente, a participação dos cinco principais mercados de destino das exportações brasileiras é bastante significativa, como segue.

No que se refere à Castanha-de-caju, a Tabela 7 mostra a participação relativa dos principais países compradores nas exportações brasileiras desse produto. Observa-se que os EUA, Canadá, Países Baixos e a França são os principais mercados de destino. Esses quatro países, entre 1990 a 2003, foram responsáveis em média por 89,90% das exportações brasileiras.

Analisando o conjunto desses mercados, verifica-se que houve uma redução da participação desses países na compra da castanha brasileira, caindo de 94,33% em 1990 para 85,64% em 2003, com uma redução média de 0,73% ao ano.

TABELA 7 - Brasil: Coeficiente de Participação Relativa dos Principais Países de Destino no Valor Exportado da Castanha-de-caju (%)

Anos	EUA	Canadá	Países Baixos	França	Total
1990	80,33	10,05	3,10	0,86	94,33
1991	78,41	12,24	1,88	1,36	93,89
1992	78,41	9,44	2,18	0,99	91,02
1993	76,78	10,29	2,48	1,23	90,78
1994	74,92	10,70	2,68	1,00	89,30
1995	76,82	9,99	3,67	1,20	91,67
1996	76,27	10,66	3,97	1,33	92,23
1997	74,96	8,13	4,68	1,59	89,35
1998	72,46	9,64	4,38	1,56	88,04
1999	77,42	8,55	2,56	1,55	90,07
2000	79,91	7,26	1,28	1,18	89,62
2001	78,31	7,21	0,40	1,07	86,99
2002	74,41	8,11	1,08	2,11	85,71
2003	74,79	7,99	1,83	1,03	85,64
Média	76,73	9,30	2,58	1,29	89,90
TAC ^{1/}	-0,50	-0,71	10,22	7,57	-0,73

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

Nota-se, de acordo com os dados apresentados, um claro predomínio dos EUA como principal mercado de destino das exportações brasileiras de castanha-de-caju, apesar do comportamento declinante da participação relativa do produto, para esse país, passando de 80,33% em 1990, para 74,79% em 2003, uma redução média de 0,50% ao ano. Esse resultado

confirma a tendência de queda da participação dos EUA nas exportações brasileiras totais de frutas, apresentado na Tabela 5, já que o grande peso da participação americana decorre da castanha-de-caju, correspondendo em média a 76,72% do valor exportado.

As exportações para o Canadá, Países Baixos e França foram, em média, 9,30%, 2,58% e 1,29%, respectivamente, bem abaixo da média americana. Os Países Baixos e a França aumentaram suas participações, apresentando um crescimento médio anual de 10,22% e 7,57%, respectivamente.

As exportações para o Canadá tiveram uma redução média de 0,73% ao ano, contribuindo para a queda de participação das compras desse país no setor como um todo, pois o Canadá representou o segundo maior mercado de destino da castanha brasileira.

Em relação à manga, os resultados apresentados na Tabela 8 mostram que, em média, 81,78% das exportações brasileiras de manga destinaram-se aos Países Baixos, EUA, Reino Unido e França¹⁴.

TABELA 8 - Brasil: Coeficiente de Participação Relativa dos Principais Países de Destino no Valor Exportado da Manga (%)

Anos	Países Baixos	EUA	Reino Unido	França	Total
1990	31,40	0,74	12,27	22,37	66,77
1991	31,67	13,24	11,26	17,83	74,00
1992	28,89	17,56	14,15	16,81	77,41
1993	43,30	34,82	6,44	3,92	88,47
1994	60,66	27,45	4,16	1,41	93,68
1995	54,16	33,30	4,38	1,25	93,09
1996	50,90	25,58	15,67	2,96	95,11
1997	43,57	24,70	9,49	5,52	83,28
1998	41,20	21,46	10,58	6,62	79,86
1999	42,25	24,43	9,86	3,11	79,65
2000	47,18	25,80	3,88	1,72	78,58
2001	43,36	29,69	5,98	0,80	79,83
2002	34,38	36,54	4,59	1,61	77,12
2003	40,32	29,85	6,30	1,59	78,06
Média	42,37	24,65	8,50	6,25	81,78
TAC ^{1/}	3,70	140,88	12,55	1,14	1,42

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

Apesar da tendência decrescente, a partir da segunda metade da década de 1990, o conjunto desses países aumentou a sua participação como importadores da manga brasileira,

¹⁴Depois de 32 anos de negociações, a partir de 2004, o Japão abriu seu mercado à manga brasileira (AGROANALYSIS, 2005).

assando de 66,77% em 1990, para 78,06% em 2003, um aumento de 16,90%, correspondente a uma taxa média de crescimento de 1,42% ao ano.

Os Países Baixos e os EUA aumentaram sua participação na compra da manga brasileira. Em 1990, a participação dos Países Baixos e dos EUA era de 31,40% e 0,74%, passando, em 2003, para 40,32% e 29,85%, respectivamente. No período, a participação dos EUA¹⁵ foi surpreendente, com uma taxa média de crescimento anual de 140,88%.

O Reino Unido e a França diminuíram suas participações. Em 1990, esses países importavam 12,27% e 22,37% e em 2003 esse valor passou para 6,30% e 1,59%, respectivamente. Em média esses países absorveram, respectivamente, 8,50% e 6,25% das exportações brasileiras.

Os resultados apresentados na Tabela 9 mostram o predomínio de poucos mercados no destino das exportações brasileiras de melão. Os principais mercados consumidores desse produto são Reino Unido, Países Baixos e Argentina, com uma participação média de 83,43%. A concentração desses mercados tende a ser maior ainda para a Europa, principalmente Reino Unido e Países Baixos, que absorveram, em média, aproximadamente, 78,09% das exportações brasileiras.

TABELA 9 - Brasil: Coeficiente de Participação Relativa dos Principais Países de Destino no Valor Exportado do Melão (%)

Anos	Reino Unido	Países Baixos	Argentina	Total
1990	51,65	15,35	2,81	69,80
1991	49,40	25,67	6,51	81,58
1992	55,67	22,97	8,34	86,99
1993	55,96	23,21	7,55	86,71
1994	43,59	39,05	3,55	86,18
1995	40,58	20,11	7,27	67,96
1996	51,84	21,51	4,88	78,23
1997	43,62	27,88	5,43	76,92
1998	47,29	29,14	6,28	82,71
1999	39,78	39,16	7,22	86,16
2000	42,03	48,06	7,95	98,04
2001	39,61	48,70	5,067	93,37
2002	37,91	51,29	0,87	90,07
2003	38,63	43,69	0,97	83,28
Média	45,54	32,56	5,33	83,43
TAC ^{1/}	-1,40	12,89	8,70	1,90

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

¹⁵A manga brasileira, para entrar no mercado americano, passa por uma longa triagem até ser embalada. A mais marcante é na lavagem, em que a fruta é mergulhada na água a uma temperatura de 46 graus durante 90 minutos (AGROANALYSIS, 2005).

Constata-se um crescimento relativo das exportações para os Países Baixos e para a Argentina, com taxas de crescimento relativo de 12,89% e 8,70% ao ano, respectivamente. Em relação ao Reino Unido, a participação relativa desse mercado reduziu-se de 51,65% em 1990 para 38,63% em 2003.

Embora tenha havido uma redução da participação relativa do Reino Unido, os resultados mostraram um aumento das exportações de melão para o conjunto desses países, com um crescimento médio anual de 1,90%.

Como pode ser visto na Tabela A2 do apêndice, as exportações brasileiras de melão evoluíram bastante, passando de aproximadamente U\$S 9,02 milhões em 1990 para U\$S 58,32 milhões em 2003, o que significa um aumento médio anual das exportações da ordem de 22,23%. Comparando-se ao faturamento de 2002, cerca de U\$S 37,78 milhões, em 2003 esse produto alavancou uma alta de 54,36%.

Apesar de as exportações brasileiras de melão terem crescido em um ritmo bastante favorável, as exportações desse produto para a Argentina não seguiram esse mesmo desempenho; a cota de participação do melão brasileiro nesse mercado praticamente não apresentou muita variação, percebendo-se, no final do período, especialmente nos anos de 2002 e 2003, uma redução da participação para menos de um por cento. No período, a Argentina comprou, em média, 5,33% do melão exportado do Brasil.

A Tabela 10 apresenta os dados referentes à participação dos principais países de destino nas exportações brasileiras de laranja. Com base nos valores apresentados, verifica-se que os principais países compradores da laranja brasileira são os Países Baixos, Emirados Árabes, Portugal e Reino Unido, que, em média, ao longo do período, responderam por 85,64%.

Os dados apresentados indicam que grande parte do comércio exterior brasileiro de laranja restringe-se à Europa. Esse mercado absorveu, em média, mais de 77% das exportações, com destaque para os Países Baixos (67,17%) e Emirados Árabes (8,59%).

Observa-se, também, que houve uma redução da participação das exportações brasileiras, para o conjunto desses países, de 2,81% ao ano, explicada principalmente pela queda da participação relativa dos Países Baixos e Emirados Árabes, que importavam, em 1990, 71,17% e 12,68% e passaram a importar, em 2003, apenas, 38,89% e 5,64%, respectivamente.

TABELA 10 - Brasil: Coeficiente de Participação Relativa dos Principais Países de Destino no Valor Exportado da Laranja (%)

Anos	Países Baixos	Emir. Árabes	Portugal	Reino Unido	Total
1990	71,17	12,68	12,00	0,00	95,85
1991	73,87	11,25	3,46	0,23	88,80
1992	83,74	11,41	2,37	0,00	97,52
1993	86,18	6,66	1,14	0,00	93,98
1994	78,46	9,47	5,27	0,00	93,20
1995	81,11	7,25	4,27	0,00	92,63
1996	75,79	6,94	3,75	4,38	90,86
1997	70,35	9,92	3,24	5,63	89,14
1998	78,82	7,82	5,36	3,09	95,09
1999	65,17	7,63	6,61	8,34	87,74
2000	54,30	6,45	1,27	10,74	72,76
2001	42,03	6,78	8,74	10,28	67,83
2002	40,54	10,32	6,61	11,83	69,30
2003	38,89	5,64	5,64	14,02	64,20
Média	67,17	8,59	4,98	4,90	85,64
TAC ^{1/}	-3,96	-1,62	55,47	898,42	-2,81

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

Enquanto as exportações para o conjunto dos países se reduziram, os índices para o Reino Unido e Portugal apresentaram comportamento diferente. Nota-se que, a partir da primeira metade dos anos 1990, o Reino Unido aumentou sua participação relativa na compra da laranja brasileira, chegando a responder por 14,02% do valor exportado da fruta em 2003. Dados para Portugal mostram que a participação desse país nas exportações brasileiras não seguiu uma forma linear, essa participação sofreu uma queda no início do período e se manteve com uma participação média, aproximando-se dos 5%.

As exportações brasileiras de laranja, embora apresentem um crescimento médio anual, ao longo do período, de 7,33%, chamam a atenção a partir de 2001(ver Tabela 8 Apêndice). As exportações passaram de 139,582 mil toneladas (US\$ 27,538 milhões) em 2001, para 40,374 mil toneladas (US\$ 8,125 milhões) em 2002, uma redução de 70,49% (71,7%). Neste mesmo período, houve um aumento da produção brasileira, passando de 16,983 mil toneladas em 2001 para 18,530 mil toneladas em 2002, ou seja, uma variação, para mais, de 9,10% (ver Apêndice, Tabela 14).

Os resultados para a laranja mostraram que as exportações brasileiras dessa fruta, principalmente nos últimos anos, perderam competitividade no mercado internacional. Neste

período, o cenário exportador para a laranja não foi favorável¹⁶. O processamento industrial se tornou mais atrativo do que o envio da fruta *in natura* para o mercado externo. As exportações de suco concentrado congelado aumentaram de US\$ 812,554 milhões em 2001 para US\$ 916,226 milhões em 2003 (MDIC, 2005). Em 2003, apenas 0,40% da produção brasileira de laranja foi exportada de forma *in natura*. Por outro lado, o País possui liderança absoluta nas vendas externas de suco de laranja concentrado.¹⁷

No que se refere aos principais mercados de destino da maçã, os dados da Tabela 11 mostram a participação dos principais mercados consumidores, no período em análise.

TABELA 11 - Brasil: Coeficiente de Participação Relativa dos Principais Países de Destino no Valor Exportado da Maçã (%)

Anos	Países Baixos	Reino Unido	EUA	Alemanha	Total
1990	73,96	7,74	0,65	15,92	98,26
1991	51,07	43,11	2,58	0,71	97,47
1992	29,61	10,26	1,62	1,83	43,32
1993	59,47	11,67	26,00	0,79	97,94
1994	74,54	4,03	19,90	1,12	99,58
1995	76,89	11,68	10,54	0,00	99,11
1996	58,80	21,46	16,76	0,00	97,01
1997	87,73	6,47	1,01	0,00	95,21
1998	61,03	37,83	0,00	0,00	98,86
1999	60,51	15,91	1,11	0,77	78,29
2000	43,50	20,53	0,82	9,64	74,48
2001	51,03	12,47	0,04	7,34	70,87
2002	37,10	12,96	0,40	9,08	59,53
2003	37,84	9,91	0,37	8,76	56,88
Média	57,36	16,14	5,84	4,00	83,34
TAC ^{1/}	1,29	71,57	180,46	84,71	1,53

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

A participação relativa dos principais mercados de destino da maçã brasileira foi, em média, 83,34%. Os dados indicam uma tendência de maior diversificação dos mercados importadores, ao longo do período. Basta observar que, em 1990, do total das exportações brasileiras de maçã, 98,26% se destinavam aos Países Baixos, Reino Unido, Estados Unidos e Alemanha; em 1994, por exemplo, praticamente toda a exportação brasileira de maçã tinha esses mercados como destino, ou seja, 99,58%. Em 2003, essa participação diminuiu para 56,88%, uma redução, comparada com o início do período, de 42,11%. Observa-se que essa

¹⁶A incidência de doenças no campo, como a pinta preta - doença que afeta folhas e fruto - fez diminuir suas exportações (AGROANALYSIS, 2005).

¹⁷Em 2003, o suco de laranja concentrado congelado ocupou a segunda posição entre os produtos comercializados no mercado internacional, ficando atrás das exportações de avião (FUNDECITRUS, 2005).

redução é mais acentuada nos últimos anos da pesquisa. Isso mostra uma tendência de diversificação dos países consumidores da maçã, principalmente a partir de 1998.

Em relação aos resultados positivos das exportações brasileiras de maçã, observa-se, com base na Tabela A15 (Apêndice), que tais resultados podem ser explicados mais pelo aumento da área cultivada do que pelo aumento da produtividade. Enquanto a produtividade passou de 24,332 t/ha em 1990, para 26,491 t/ha em 2003, a área cultivada saltou de 22,337 ha para 31.532 ha, no mesmo período. Isso correspondeu a uma taxa média anual de crescimento da área cultivada de 2,82% contra uma taxa de 2,07% para a produtividade. Simoni e Pereira (2003) entendem que os avanços tecnológicos incorporados em toda a cadeia produtiva da maçã, também foram importantes nos resultados da produção interna e na melhor aceitação da qualidade da fruta pelo consumidor.

De acordo com os dados, a produção brasileira de maçã cresceu, no período, 61,30%, correspondendo a uma taxa média de 4,72% ao ano. Com o crescimento da produção, cresceu também a possibilidade de expandir suas exportações. No período, as exportações cresceram em valor, em média, 145,82% ao ano. Em 2003, as exportações de maçã já alcançavam 76.465 mil toneladas, contra 6,293 mil toneladas em 1990 (Tabela A8 Apêndice).

Os dados relativos à participação dos principais países importadores da banana brasileira, entre 1990 e 2003, são mostrados na Tabela 12. A Argentina e o Uruguai são os principais mercados de destino desse produto. Como se percebe, a banana é caracterizada pelo comércio de vizinhança. Em média, 88,46% das exportações brasileiras desse produto, no período, foram direcionadas para esses dois países, caracterizando um mercado pouco diversificado, em termos de destino.

Entre os países importadores, a Argentina tem maior participação no consumo da banana brasileira, com uma média de 46,55% das exportações totais brasileiras no período, seguida do Uruguai, com uma média anual de 41,91%.

Nesse período, o volume exportado da fruta pelo Brasil passou de 53,221 mil toneladas em 1990, para 220,770 mil toneladas em 2003. Já o valor das exportações passou de U\$S 8,741 milhões, para U\$S 30,013 milhões, o equivalente a um incremento médio anual no período, em volume e valor, de 28,48% e 21,10%, respectivamente (Tabela A9 do Apêndice).

TABELA 12 - Brasil: Coeficiente de Participação Relativa dos Principais Países de Destino no Valor Exportado da Banana (%)

Anos	Argentina	Uruguai	Total
1990	47,56	52,43	99,98
1991	67,74	32,19	99,93
1992	58,50	41,50	100,00
1993	48,57	51,43	100,00
1994	12,50	87,51	100,00
1995	2,69	97,31	100,00
1996	58,14	40,61	98,75
1997	54,51	44,06	98,57
1998	60,84	37,11	97,95
1999	53,99	32,45	86,44
2000	44,42	25,76	70,17
2001	49,60	20,22	69,82
2002	53,72	11,71	65,43
2003	38,98	12,49	51,47
Média	46,55	41,91	88,46
TAC ^{1/}	145,36	-4,623	-4,67

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

Segundo dados da FAO (2004), o Brasil é o terceiro maior produtor de bananas do mundo, com uma produção, em 2003, de 6.774,980 mil toneladas. Apesar desse desempenho favorável na produção, a participação brasileira no comércio mundial desse produto ainda é bastante pequena. Em 2003, o Brasil exportou 220,770 mil toneladas, ou seja, apenas 3,26% da produção brasileira foi comercializada para fora do País. Em valores, neste mesmo ano, o Brasil exportou U\$S 30,013 milhões, o equivalente a 0,63% das exportações mundiais do produto (ver Tabela 2).

Para Custódio (2001), um dos principais motivos para o baixo desempenho do comércio exterior brasileiro da banana está no fato de que as variedades, predominantes na produção do país, não correspondem aos padrões do comércio internacional. Segundo ele, o incremento nas variedades “nanica” e “nanição”, que apresentam características aceitáveis no mercado internacional, pode fazer do Brasil um grande exportador de banana, com reais possibilidades de competir com os principais exportadores mundiais.

A Tabela 13 ilustra a participação dos principais países de destino, nas exportações brasileiras de uva. As exportações destinaram, principalmente para os Países Baixos, Reino Unido, Argentina e Alemanha que, juntos, no período, compraram, em média, 89,94% das exportações. Observa-se, porém, que a maior parte se restringe aos países europeus, mais especificamente aos Países Baixos e ao Reino Unido. Tal tendência se manifestou ao longo de

todo o período e, mais claramente, em 2002 e 2003, anos em que esses dois mercados compraram, respectivamente, 90,89% e 87,68%.

TABELA 13 - Brasil: Coeficiente de Participação Relativa dos Principais Países de Destino no Valor Exportado da Uva (%)

Anos	Países Baixos	Reino Unido	Argentina	Alemanha	Total
1990	22,83	47,27	0,00	6,14	76,24
1991	41,16	44,87	4,74	1,18	91,89
1992	36,18	22,35	26,33	0,63	85,49
1993	46,36	20,08	22,37	1,99	90,80
1994	42,15	19,69	20,87	7,84	90,56
1995	63,19	14,33	10,70	2,78	90,99
1996	59,56	7,17	25,25	1,87	93,85
1997	54,16	3,35	29,98	1,63	89,12
1998	49,36	3,18	36,38	0,36	89,27
1999	40,24	4,05	44,19	2,61	91,09
2000	48,37	11,98	24,18	5,62	90,15
2001	58,36	18,17	13,93	4,60	95,06
2002	57,40	33,50	0,75	2,43	94,07
2003	60,45	27,23	0,90	2,00	90,58
Média	48,55	19,80	18,61	2,98	89,94
TAC ^{1/}	10,73	10,58	32,31	65,446	1,54

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

De modo geral, verifica-se que, ao longo do período, ocorreu um aumento da participação relativa do conjunto desses países de destino das exportações brasileiras de uva. Isso mostra uma elevada concentração das exportações brasileiras dessa fruta, nesses mercados, ao contrário dos dados observados para a maçã, em que o conjunto dos principais mercados de destino daquele produto perdeu participação nas exportações brasileiras.

4.2 Indicadores de Competitividade da Fruticultura Brasileira no Mercado Internacional

4.2.1 Indicador de Participação do Saldo Comercial do Produto no PIB

Esse indicador relaciona a Participação do Saldo Comercial do setor de frutas do Brasil no PIB agrícola-lavoura. Quanto maior o valor do indicador, maior será a participação positiva ou negativa do saldo comercial da fruticultura brasileira sobre o PIB.

Os dados referentes à participação do saldo comercial da fruticultura brasileira no PIB agrícola-lavouras do País podem ser observados na Tabela 14.

TABELA 14 - Brasil: Indicador de Participação do Saldo Comercial da Fruticultura no PIB Agrícola (1990 a 2003)

Anos	Indicador	Índice (1990=100)	Variação (%)
1990	0,60	100	-
1991	0,58	97,08	-2,92
1992	1,89	317,21	226,75
1993	2,27	380,97	20,10
1994	0,23	39,27	-89,69
1995	-0,18	-30,13	-176,72
1996	-0,19	-31,89	5,85
1997	0,01	2,40	-107,52
1998	0,07	11,35	373,38
1999	0,62	103,80	814,47
2000	0,90	150,80	45,29
2001	0,83	139,40	-7,56
2002	1,14	191,27	37,21
2003	1,10	184,15	-3,73
Média	0,71		
TAC ^{1/}	87,30		

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da FAO e do MDIC.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

Observa-se que as frutas têm aumentado sua participação no total do PIB agrícola brasileiro. Em 1990, o indicador de participação do saldo comercial do setor no PIB era de 0,60, passando para 1,10, em 2003, um aumento de 84,23%, com uma taxa média anual de 87,30%. Isso indica que a importância da fruticultura para o PIB agrícola do País vem aumentando ao longo do período.

A Figura 1 ilustra melhor a evolução do indicador. Percebe-se uma evolução nos anos de 1992 e 1993 e a partir de 1998.

Entre os principais fatores, que contribuíram para melhoria do saldo comercial da fruticultura no PIB agrícola brasileiro, pode-se destacar o aumento da produção de frutas, em virtude de uma substancial melhoria da produtividade e do incentivo às exportações, principalmente a partir da abertura dos mercados. Segundo Dias e Amaral (1999), a melhoria no processo produtivo está relacionada à introdução de novas técnicas de produção. Vale mencionar o uso intensivo do fator terra, bem como o desenvolvimento tecnológico, tanto de novas variedades de plantas adaptadas às regiões, quanto aos tratamentos culturais dessas novas variedades.

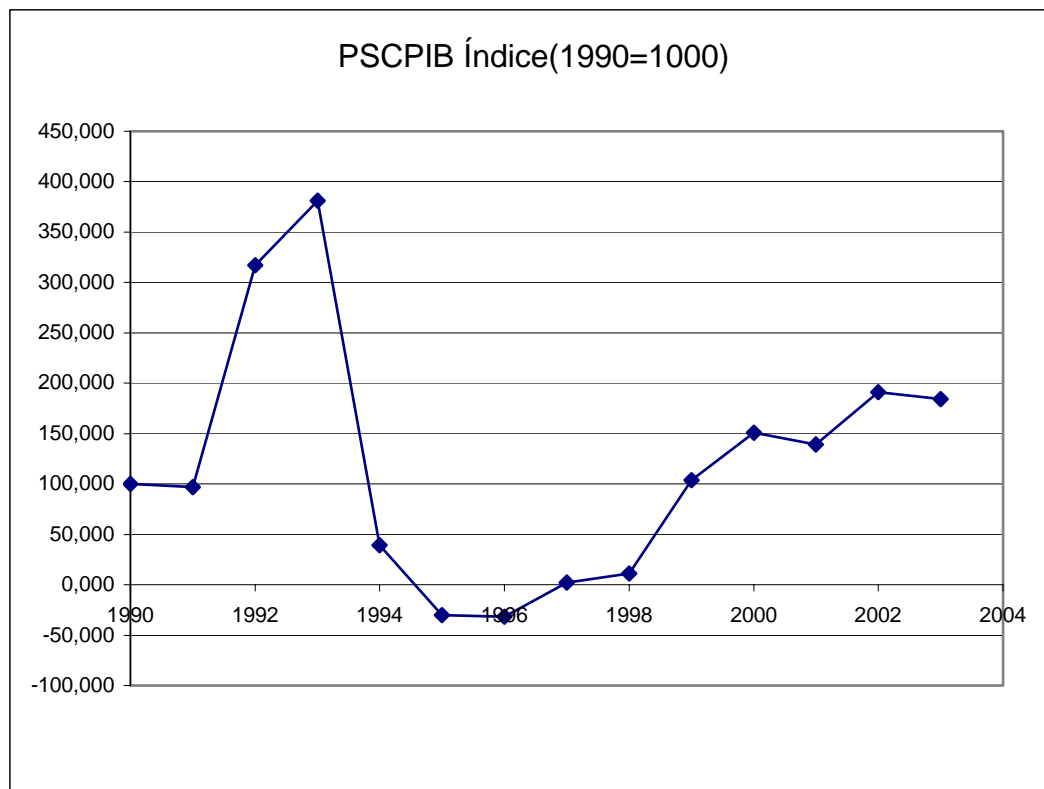


FIGURA 1 - Brasil: evolução da participação do saldo comercial do setor de frutas no PIB agrícola (1990 a 2003).

Fonte: Calculada pelo autor a partir de dados da FAO e do MDIC.

No período, o valor das exportações brasileiras de frutas passou de, aproximadamente, US\$ 171 milhões para US\$ 485 milhões de dólares, um aumento de 183,30%. Os números referentes às importações de frutas, neste mesmo período, mostram que o valor das importações caiu de aproximadamente US\$ 133 milhões de dólares em 1990 para US\$ 105 milhões de dólares em 2003, o equivalente a uma redução de 21,16% no valor total das importações.

Tal redução pode ser explicada, principalmente, pela diminuição das importações da maçã e da uva. As compras de maçã caíram de US\$ 44,98 milhões em 1990, para US\$ 15,82 milhões em 2003, uma variação, para menos, de 64,81%. Já em relação à uva, neste mesmo período, as compras diminuíram de US\$ 20,26 milhões para US\$ 18,63, uma redução de 8,04% (MDIC, 2004). Uma das principais causas da redução das importações dessas frutas foi o incremento e incentivo à sua produção no Brasil, especialmente nos últimos anos do período, como pode ser visto nas Tabelas 15 e 17 (Apêndice), que passaram, respectivamente, de 543,515 mil toneladas e 804,774 mil toneladas em 1990 para 835,322 mil toneladas e 1065,420 mil toneladas em 2003.

Os indicadores de participação do saldo comercial no PIB, embora apresentem tendência de crescimento, chamam a atenção, principalmente, pela forte queda relativa que apresentaram entre 1994 e 1998, com resultados negativos em 1995 e 1996. Esse comportamento pode ser atribuído a fatores intra-firma e conjunturais. Do ponto de vista das firmas ou setor de fruticultura esse comportamento pode ser atribuído ao fato de que os mercados externos não constituíram, neste período, uma prioridade para o setor de frutas brasileiro ou o referido setor não possuía capacidade competitiva suficiente para participar com êxito ou, ainda, porque o mercado brasileiro produziu poucos excedentes para a exportação.

Sob o aspecto conjuntural ou macroeconômico, tem-se que uma das possíveis explicações, e que coincide com a época do baixo desempenho do indicador, foi a instituição do Plano Real, vigente desde julho de 1994, que promoveu forte sobrevalorização da moeda brasileira frente ao dólar, aspecto que estimulou as importações e produziu um impacto negativo no setor exportador, ao diminuir a rentabilidade, em moeda doméstica, das exportações, além do estímulo ao retorno do consumo interno, provocado principalmente pela estabilização da economia. Tal fato, Para Fioravanzo (2000), aumentou o poder de compra da população, aquecendo a demanda, em decorrência do aumento real da renda. Segundo ele, a partir de 1999, percebe-se uma recuperação com a presença de saltos significativos nos indicadores, conseqüentes, principalmente, da desvalorização cambial.

4.2.2 Indicador de Posição Relativa no Mercado Mundial (POS)

O objetivo desse indicador é calcular a posição relativa do saldo comercial da fruticultura brasileira em relação ao comércio mundial do referido setor em um determinado período. O valor do indicador positivo significa que o país é um exportador líquido de frutas e o valor do indicador negativo caracteriza o país como importador líquido do produto.

Os valores e a evolução do indicador de posição relativa da fruticultura no mercado mundial (POS) estão apresentados na Tabela 15 e Figura 2. Os resultados mostram um crescimento médio no indicador, de 74,58% ao ano, ao longo do período. No período inicial, os resultados apresentaram uma seqüência de ganhos de posição relativa. A partir de 1993, o País começou a apresentar resultados decrescentes no indicador, e, nos de 1995 e 1996, exibiu resultados negativos, caracterizando o País como importador líquido de frutas.

TABELA 15 – Brasil: Indicador de Participação Relativa da Fruticultura no Mercado Mundial - 1990-2003

Anos	Indicador	Índice (1990=100)	Variação (%)
1990	0,10	100	
1991	0,11	113,27	13,27
1992	0,36	377,16	232,97
1993	0,36	374,58	-0,69
1994	0,16	165,04	-55,94
1995	-0,10	-105,07	-163,66
1996	-0,10	-101,60	-3,31
1997	0,01	8,43	-108,30
1998	0,04	41,27	389,46
1999	0,26	277,51	572,51
2000	0,41	430,25	55,04
2001	0,37	389,63	-9,44
2002	0,43	453,09	16,27
2003	0,56	594,81	31,28
Média	0,21		
TAC ^{1/}	74,58		

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.
1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

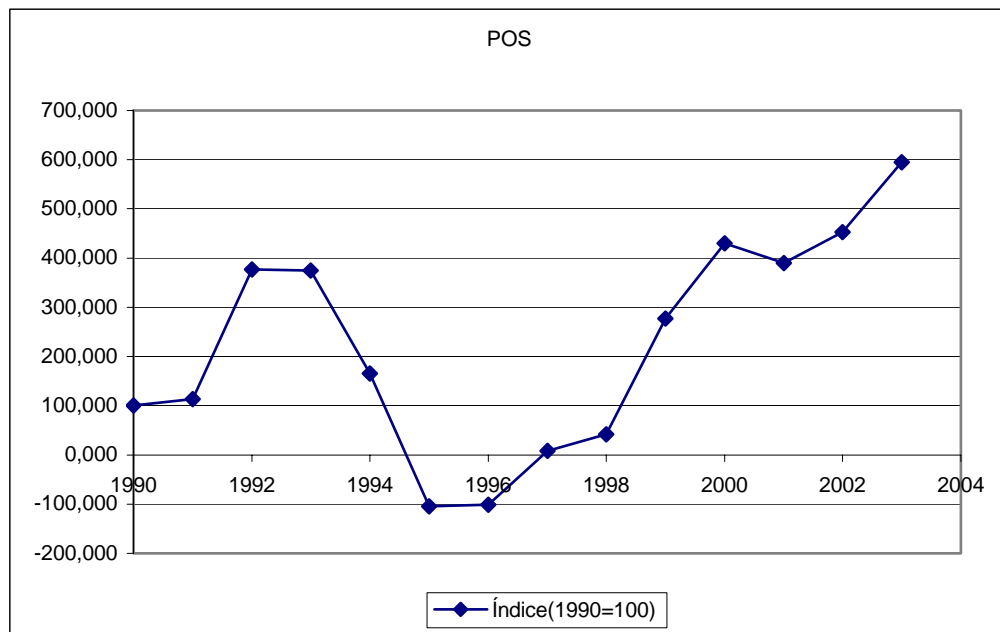


FIGURA 2 - Brasil: evolução do indicador de posição relativa do setor de frutas no mercado mundial (1990 a 2003).

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

O fato de o indicador ter apresentado resultado negativo, neste intervalo, não garante que houve uma queda nas exportações de frutas, nesses anos, mas sim que estas não

cresceram nas mesmas proporções do comércio mundial. De fato, percebe-se, no período, que as exportações brasileiras cresceram 13,78%, enquanto o comércio mundial atingiu 18,97%.

A partir de 1996, o indicador apresenta sinal de recuperação, demonstrando o seu melhor resultado em 2003, com 0,56, ou seja, uma variação de 498% em relação ao seu valor inicial (0,094). A tendência crescente deste indicador a partir de 1997 mostra que, ao longo do período analisado, as exportações brasileiras de frutas cresceram a taxas superiores à do comércio mundial deste produto.

Os resultados encontrados mostram uma predominância de valores positivos em quase todo o período. Entre 1990 e 2003, o Brasil foi em média um exportador líquido de frutas. Isso pode ser visto pelo valor médio do POS de 0,21. Nesse período, esse indicador cresceu 494,81%, com uma média de 74,58% ao ano (ver Figura 2). Tais resultados comprovam importante evolução do setor de frutas brasileiro no mercado internacional.

No que se refere aos anos de 1995 e 1996, observa-se que, mesmo com valores exportados, nestes dois anos, superiores a anos anteriores, as importações brasileiras de frutas foram superiores às exportações. Um forte motivo para o déficit na balança comercial do setor neste período foi, principalmente, a forte participação das importações de maçã e uva nas importações brasileiras (Tabela 4). Neste sentido, Gayet (1999) chama a atenção para um fator denominado “mercado de contra-estação”, onde são comercializados frutos de clima temperado, produzidos em regiões fora do hemisfério norte. Em 1995 e 1996, o Brasil exportou, de maçã, U\$S 6,238 e U\$S 1,842 milhões e importou U\$S 87,910 e U\$S 88,062 milhões, respectivamente.

Outra razão para o valor negativo do indicador em 1995 e 1996 pode ser explicada pelo desempenho da política cambial do Governo brasileiro no período, pois, a partir de 1999, quando ocorreu uma queda do valor da moeda brasileira frente ao dólar, houve um salto da posição relativa do Brasil no mercado mundial. Além da desvalorização cambial, tal recuperação decorreu, também, do forte incremento na produção e incentivo às exportações brasileiras, que passaram de U\$S 170,81 milhões, exportados em 1990, para U\$S 489,90 milhões em 2003.

Esse desempenho revela que o País tem melhorado a participação do saldo comercial da fruticultura frente ao comércio mundial do setor, durante o período analisado. O aumento do posicionamento relativo do setor de frutas no mercado mundial significa dizer que o Brasil apresentou um saldo significativo em relação as suas exportações/importações, comparando-se com o comércio mundial, ou seja, que o País apresentou crescimento de sua participação no saldo comercial global no setor de frutas.

4.2.3 Indicador de Vantagem Comparativa Revelada, de Balassa (VCRB)

Para evitar eventuais distorções na medida de vantagem comparativa revelada, provocada pela dificuldade de encontrar dados desagregados das exportações mundiais de frutas, o cálculo do indicador foi feito com base nos sete principais produtos que compõem a pauta de exportação brasileira de frutas, os quais responderam por aproximadamente, em média, 83% do valor das exportações desse setor, no período do estudo.

Valor do indicador maior que a unidade indica VCR para o produto; valor menor que 1 significa desvantagem comparativa revelada. Quanto maior o índice, maior a vantagem comparativa do país.

Os dados mostraram vantagem comparativa revelada para castanha-de-caju, manga e melão. Por sua vez, a laranja apresentou oscilações no indicador, apresentando em alguns anos vantagem comparativa; a maçã, a banana e a uva (exceção do ano de 2003) apresentaram desvantagem comparativa em todo o período.

Os produtos que revelaram índices mais elevados foram a castanha-de-caju, a manga e o melão, com média no período de 21%, 6,16% e 3,44%, respectivamente.

Castanha-de-caju - apesar de ter uma importante participação no mercado internacional, com índices relativamente elevados, houve queda na competitividade internacional das exportações brasileiras desse produto, que pode ser visto na Tabela 16 e Figura 3. Entre 1990 e 2003, a vantagem comparativa revelada da castanha-de-caju brasileira no mercado internacional decresceu 62,51%. Isso correspondeu a uma taxa média de redução de 4,80% ao ano.

No período de 1992/2003, têm-se verificado oscilações abaixo e acima da média no volume exportado de castanha-de-caju, com baixas consideráveis nos anos de 1991 (24,121 mil toneladas), 1994 (23,079 mil toneladas) e 1999 (24,101 mil toneladas). O maior volume exportado no período foi constatado em 1992 (38,097 mil toneladas), e em 2003 (41,569 mil toneladas), correspondentes a US\$ 149,295 milhões e a US\$ 143,760 milhões, respectivamente (Tabela A4 do Apêndice). Esse período também correspondeu a um crescimento na produção brasileira de castanha-de-caju de 65,70%, com o ano de 2003 superando as 178 mil toneladas. Observa-se que esse aumento foi em decorrência muito mais da produtividade do que da área colhida (Tabela A11 do Apêndice).

TABELA 16 - Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) da Castanha-de-caju

Ano	Indicador	Índice (1990 = 100)	Varição (%)
1990	21,23	100,00	-
1991	18,47	87,02	-12,98
1992	18,29	86,18	-0,97
1993	13,47	63,47	-26,35
1994	10,87	51,20	-19,33
1995	17,14	80,77	57,74
1996	17,98	84,70	4,87
1997	14,75	69,52	-17,93
1998	12,71	59,87	-13,88
1999	8,29	39,07	-34,74
2000	8,98	42,32	8,31
2001	8,53	40,17	-5,08
2002	7,35	34,63	-13,78
2003	8,20	38,65	11,59
Média	13,30		
TAC ^{1/}	-4,81		

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.
1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

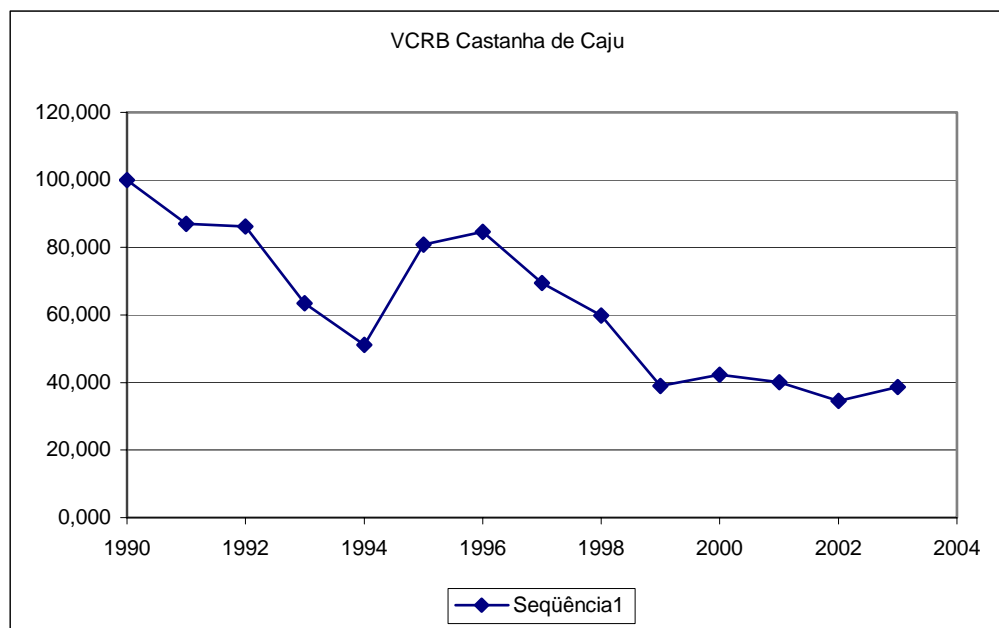


FIGURA 3 – Brasil: Evolução do indicador de Vantagem Comparativa Revelada para a Castanha de Caju (1990 a 2003).

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

Contrariamente, esse período também coincide com a redução da participação relativa das exportações brasileiras de castanha de caju no total das exportações mundiais

desse produto. Em 1990, as exportações brasileiras representavam 20,78% das exportações mundiais; em 2003 esse valor passou para 12,81%, ou seja, houve diminuição de 38,34%.

Essa queda na competitividade da castanha-de-caju brasileira no mercado internacional decorreu da entrada de outros países como importantes concorrentes brasileiros no mercado mundial. No segmento exportador, principalmente nos últimos anos do período, vários países se consolidaram como fortes competidores brasileiros. Em termos de volume, as exportações brasileiras podem ser comparadas com as quantidades exportadas pelos principais concorrentes brasileiros desse produto, como mostra a Tabela 17. No período analisado, as exportações brasileiras cresceram a uma taxa média anual de 6,59%, enquanto as exportações de Moçambique, Guiné-Bissau, Indonésia, Tanzânia, Vietnã e da Índia, cresceram 65,88; 55,10%; 45,75%; 44,24%; 20,55%; e 6,59%, respectivamente.

TABELA 17 - Volume Exportado da Castanha-de-caju pelos Principais Concorrentes Brasileiros, 1990 a 2003 (mil toneladas)

Anos	Brasil	Moçambique	Guiné-Bissau	Indonésia	Tanzânia	Vietnã	Índia
1990	27,062	4,300	16,409	3,218	4,197	42,749	49,812
1991	24,121	3,800	18,250	14,602	19,000	30,700	47,908
1992	38,097	5,500	3,650	19,278	29,300	51,700	58,399
1993	31,170	2,300	16,990	18,156	32,200	47,700	69,832
1994	23,079	5,000	46,460	38,620	65,000	81,300	76,897
1995	31,887	2,000	29,280	28,105	75,560	19,800	70,068
1996	36,222	3,600	15,000	28,166	118,36	16,500	68,663
1997	36,349	4,100	58,080	16,303	81,721	33,299	76,538
1998	31,882	4,700	38,800	30,287	102,515	25,700	76,942
1999	24,101	4,700	64,050	34,520	159,168	18,400	96,662
2000	33,588	4,700	73,210	27,619	102,89	40,734	89,146
2001	29,356	4,700	78,597	41,088	97,303	43,672	98,197
2002	30,114	39,078	72,866	51,690	75,744	62,235	129,437
2003	41,569	32,880	71,694	60,428	73,257	83,900	99,676
TAC ^{1/}	6,59	65,88	55,10	45,75	44,24	20,55	6,60

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da FAO.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

Dos países analisados¹⁸, apenas a Índia teve um crescimento praticamente igual ao observado para o Brasil. Nota-se, ainda, que, a partir da segunda metade da década de 1990, esses países intensificaram suas exportações, enquanto que o volume exportado pelo Brasil praticamente não se alterou. O destaque é para Moçambique e Guiné-Bissau, que exportavam

¹⁸ A Índia e o Vietnã são os principais concorrentes do Brasil. A maior parte das exportações de castanha-de-caju desses dois países vai para o mercado europeu (FAO, 2005).

4,300 mil toneladas e 16,409 mil toneladas em 1990 e passaram a exportar, em 2003, 32,88 mil toneladas e 71,694 mil toneladas, respectivamente.

As frutas que apresentaram vantagem comparativa revelada e expressaram valores crescentes em seus indicadores, ao longo do período, foram a manga e o melão, com taxas médias anuais de crescimento de 13,94% e 11,83%, respectivamente, as quais caracterizaram uma tendência de aumento na competitividade internacional durante o período.

Manga - os resultados do indicador de Vantagem Comparativa Revelada para a manga apresentaram crescimento em todo o período, como pode ser visto na Tabela 18. Esse comportamento evidencia maior competitividade relativa do comércio dessa fruta no mercado internacional.

TABELA 18 - Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) da Manga, 1990 a 2003.

Ano	Indicador	Índice (1990 = 100)	Variação (%)
1990	2,91	100,00	
1991	2,46	84,59	-15,41
1992	2,54	87,23	3,13
1993	5,59	191,95	120,04
1994	5,78	198,27	3,29
1995	7,27	249,44	25,81
1996	7,56	259,51	4,04
1997	4,96	170,37	-34,35
1998	7,71	264,64	55,33
1999	6,60	226,71	-14,33
2000	6,04	207,48	-8,49
2001	8,81	302,49	45,80
2002	9,68	332,35	9,87
2003	8,38	287,82	-13,40
Média	6,16		
TAC ^{1/}	13,95		

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

Esse comportamento favorável provavelmente está relacionado com a ampliação do comércio exterior brasileiro desse produto. Como mostra a Tabela A5 (Apêndice), de janeiro a dezembro de 2003, foram exportadas 133,33 mil toneladas de manga, correspondente, em termos de valores, a US\$ 73,394 milhões, contra 103,598 mil toneladas do mesmo produto em 2002, correspondente a US\$ 50,849 milhões - uma variação de 2002 para 2003, em termos de quantidade e valor de 28,70% e 44,34%, respectivamente.

O crescimento das exportações de manga, do período inicial para o final da pesquisa, foi surpreendente. Em termos de valores e volume, as exportações brasileiras de manga aumentaram 2.375,67% e 2.718,74%, respectivamente. Esse comportamento reflete-se no bom desempenho do indicador de VCR para esse produto. Tomando-se por base o ano de 1990, o indicador para essa fruta aumentou quase duas vezes, ou seja, 187,82%, correspondente a uma taxa média anual de crescimento de 13,95%.

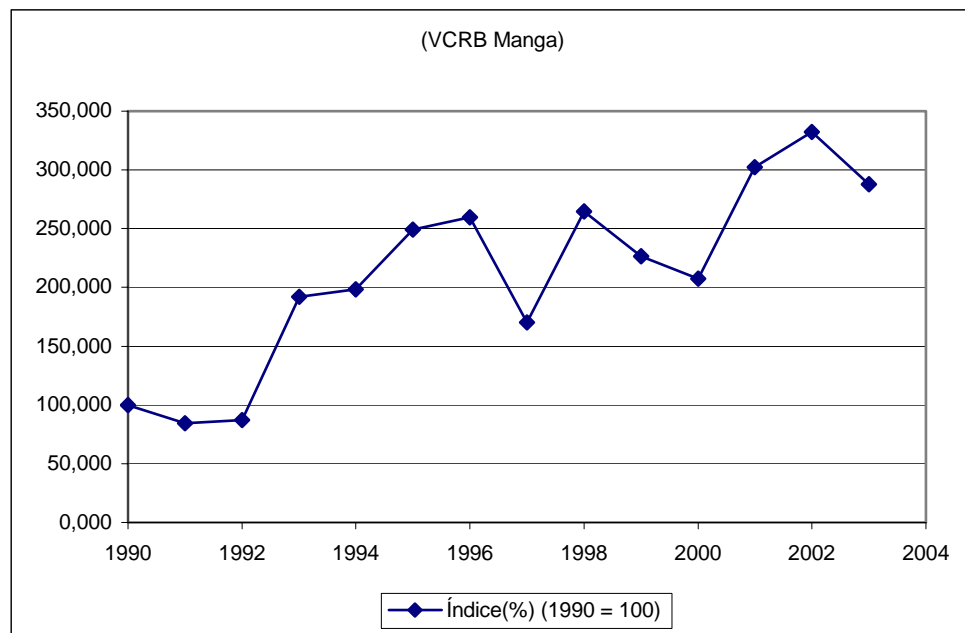


FIGURA 4 – Brasil: Evolução do indicador de Vantagem Comparativa Revelada para a Manga (1990 a 2003).
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

Um fato interessante no comércio exterior brasileiro da manga é que, mesmo com uma produção brasileira, em 1998, inferior à safra de 1995, em virtude da redução de 15% no rendimento médio por hectare (PIMENTEL, 2000), esse decréscimo não afetou as exportações, que no ano de 1998 foram superiores em 28 mil toneladas às de 1995 (MIDC, 2004). Isso demonstra o grande potencial de mercado para esse produto.

Segundo Pimentel (2000), o bom desempenho dessa fruta pode estar associado a um aumento da área plantada, principalmente na região Nordeste, nos pólos de Petrolina/Juazeiro, nos Estados de Pernambuco e Bahia, e Assu/Mossoró, no Rio Grande do Norte. Um outro ponto importante, também, para a tendência crescente dos indicadores, está associado à substituição da área plantada com mangas nativas por variedades destinadas ao mercado externo, além da adoção de tecnologias modernas no âmbito das fases de produção e pós-colheita, em função do amplo mercado internacional.

Melão – a Tabela 19 apresenta o desempenho do indicador. Esse produto apresentou vantagem comparativa no comércio mundial em todo o período, com um indicador médio anual de 3,45. No período, o indicador para o melão cresceu 96,03%, com uma taxa média de crescimento de 11,83% ao ano.

TABELA 19 - Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) do Melão, 1990 a 2003.

Ano	Indicador	Índice (1990 = 100)	Variação (%)
1990	2,19	100	-
1991	3,06	139,69	39,69
1992	2,57	117,48	-15,90
1993	4,60	210,17	78,90
1994	4,91	224,54	6,84
1995	2,52	115,13	-48,73
1996	3,93	179,86	56,23
1997	2,73	125,03	-30,49
1998	3,51	160,24	28,16
1999	3,14	143,41	-10,51
2000	2,50	114,33	-20,28
2001	4,19	191,38	67,40
2002	4,13	188,68	-1,41
2003	4,29	196,03	3,89
Média	3,45		
TAC ^{1/}	11,83		

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

O indicador de VCRB para o melão passou de um índice 100 em 1990 para um índice igual a 196 em 2003. Tais resultados da evolução do indicador podem ser melhor visualizados na Figura 5.

Esse resultado é comprovado pelos números do comércio exterior brasileiro do produto. As exportações de melão saltaram US\$ 9,023 milhões (22,315 mil toneladas) em 1990, para US\$ 58,316 milhões (149,758 mil toneladas) _ uma variação de 546,28% em valor (226,39% em volume).

Segundo CEPEA (2004), o melão brasileiro tem a vantagem porque entra no mercado internacional entre os meses de setembro e março, período coincidente com a entressafra da Espanha, principal exportador mundial. Outra vantagem para o produto brasileiro é que ele compete com Costa Rica, Honduras e Panamá (grandes exportadores), somente a partir de janeiro.

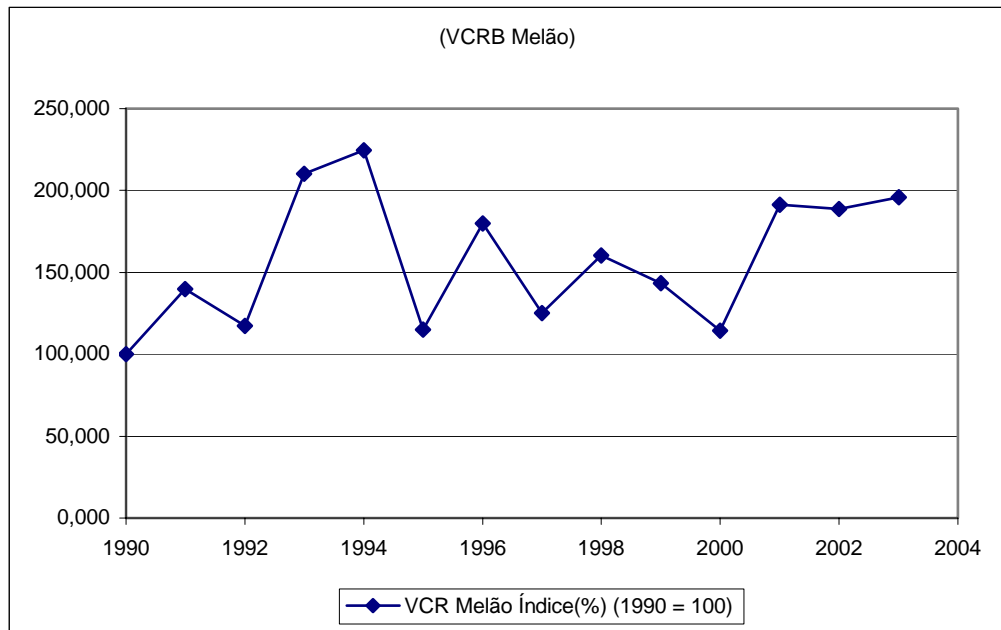


FIGURA 5 – Brasil: Evolução do indicador de Vantagem Comparativa Revelada para o Melão (1990 a 2003).
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secex/MDIC e da FAO.

Laranja – o Brasil é o maior produtor mundial de laranja, com 2% da área cultivada coberta por laranjais. O País responde por um terço da produção da fruta e por 47% do suco fabricado em todo o mundo. Da produção brasileira, entretanto, 71% se destinam ao processamento industrial, 28,4% vão para o consumo interno e apenas 0,6% à exportação *in natura* (GONÇALVES et. al., 1995).

O valor do indicador de vantagem comparativa revelada para essa fruta, apresentou oscilações acima e abaixo da unidade, mostrando que ao longo do período, esta apresentou vantagem e desvantagem comparativa, como mostra a Tabela 20.

A laranja apresentou Vantagem Comparativa Revelada apenas em alguns anos. Percebe-se, com efeito, uma certa irregularidade nesse indicador para esta fruta. De uma maneira geral, há predominância de desvantagem comparativa com a conseqüente redução do grau de competitividade no cenário internacional, principalmente nos últimos anos. A Figura 6 mostra a evolução do indicador ao longo do período.

Essas mudanças de posicionamento do indicador da laranja podem estar relacionadas com o comportamento do mercado, tanto interno, quanto externo para esse produto, principalmente na década de 1990. Segundo Homem de Melo (1999), a queda do preço internacional e a valorização da taxa de câmbio brasileira foram as principais variáveis responsáveis pelo fraco desempenho desse produto no mercado internacional. Para o autor, o

grande aumento da produção de laranja, em alguns anos dessa década, na Flórida e em São Paulo, contribuiu para a queda do preço externo da fruta.

TABELA 20 - Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) da Laranja, 1990 a 2003

Ano	Indicador	Índice (1990 = 100)	Variação (%)
1990	1,04	100	-
1991	1,14	109,89	9,89
1992	0,71	68,69	-37,49
1993	0,88	84,94	23,65
1994	1,27	122,39	44,09
1995	1,26	121,77	-0,507
1996	0,83	80,37	-33,99
1997	1,01	96,80	20,44
1998	0,63	60,86	-37,13
1999	0,89	85,99	41,31
2000	0,58	55,91	-34,99
2001	1,07	102,82	83,91
2002	0,29	28,06	-72,71
2003	0,35	33,32	18,76
Média	0,85		
TAC ^{1/}	1,94		

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

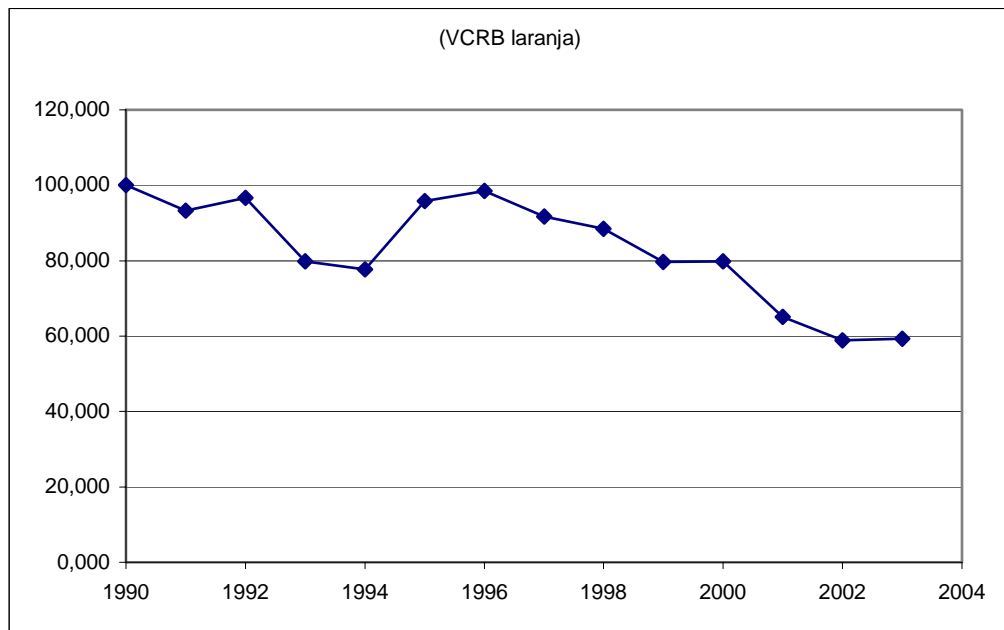


FIGURA 6 – Brasil: Evolução do indicador de Vantagem Comparativa Revelada, de Balassa para a Laranja (1990 a 2003).

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

Outras dificuldades para as exportações brasileiras são a existência de variadas barreiras, tarifárias e não tarifárias, pelos países importadores, e a proximidade dos países concorrentes produtores/exportadores com os principais mercados consumidores dificultam o acesso do produto brasileiro a esses mercados, consoante diz Naschreiner (2003), a Espanha domina o mercado europeu de cítrico de novembro a maio, reduzindo as oportunidades brasileiras para a laranja, que se concentram somente na entressafra espanhola.

Os dados do MDIC/SECEX (2004) mostram que, de 1990 para 2003, houve diminuição nas exportações brasileiras de laranja de 26,86% em termos de valor, de 11,80% em quantidade e 17,07% no preço. Tais resultados demonstrados são refletidos no fraco desempenho do indicador de vantagem comparativa do produto.

Maçã, uva e banana apresentaram desvantagem comparativa revelada. O indicador médio dessas frutas ao longo do período foi de 0,45 e 0,46 e 0,29, respectivamente. Há, no entanto, tendência de crescimento, com taxas médias anuais, respectivamente, de 120,38%, 28,31% e 12,37%. Chama a atenção o desempenho da uva, apresentando vantagem comparativa revelada no período mais recente, ou seja, no ano de 2003.

Maçã – o indicador para essa fruta mostrou resultados menores do que a unidade em todo o período, mostrando desvantagem comparativa revelada, porém, o indicador mostrou valores crescentes, indicando uma tendência promissora no médio e longo prazos, como pode ser observado na Tabela 21.

TABELA 21 - Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) da Maçã, 1990 a 2003.

Ano	Indicador	Índice (1990 = 100)	Variação (%)
1990	0,13	100	-
1991	0,07	50,27	-49,74
1992	0,63	481,82	858,55
1993	0,42	319,70	-33,65
1994	0,54	412,41	28,99
1995	0,20	150,60	-63,48
1996	0,05	39,91	-73,50
1997	0,35	272,13	581,89
1998	0,19	149,27	-45,15
1999	0,90	693,61	364,67
2000	0,88	676,54	-2,46
2001	0,54	414,59	-38,72
2002	0,81	620,91	49,77
2003	0,71	544,69	-12,28
Média	0,46		
TAC ^{1/}	120,38		

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

As exportações brasileiras de maçã somente atingiram um volume mais significativo a partir de 1990, porém os anos de 1991 e 1996 foram marcados pelas retrações mais significativas, quando o valor do indicador passou de um índice de 100 em 1990 caindo para um índice igual a 50,27% em 1991 e para 39,10% em 1996. De uma forma geral, a evolução do indicador de VCR para a maçã apresentou resultados crescentes. Tomando-se como referência o ano-base, verifica-se que o indicador cresceu 444,69%, como pode ser visualizado na Figura 7.

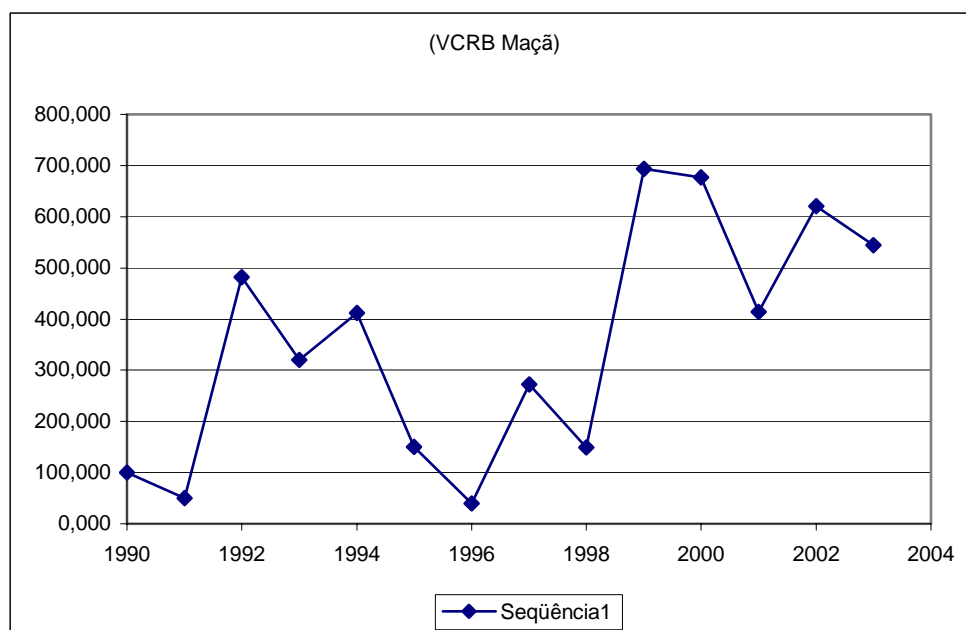


FIGURA 7 – Brasil: Evolução do indicador de vantagem comparativa revelada para a maçã (1990 a 2003).
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

No ano de 1990, as exportações brasileiras de maçã representaram 0,12% das exportações mundiais desse produto. Em 2003, elas passaram a representar 1,10%, uma variação para mais de 816,66%. Um dado interessante é que, enquanto as exportações mundiais de maçã cresceram, no período, 72,58%, as exportações brasileiras cresceram 1.399,57%.

Banana – a Tabela 22 mostra o desempenho do indicador de vantagem comparativa revelada para essa fruta. Apesar de o Brasil ter sido o terceiro maior produtor mundial de banana, com 6.774,980 mil toneladas, em 2003 (FAO, 2004), esse produto ainda apresenta um fraco desempenho competitivo no mercado mundial, o que pode ser refletido nos resultados do indicador, que apresentou desvantagem comparativa ao longo do período.

TABELA 22 - Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) da Banana, 1990 a 2003

Ano	Indicador	Índice (1990 = 100)	Variação (%)
1990	0,33	100	-
1991	0,55	167,34	67,34
1992	0,39	116,96	-30,11
1993	0,33	98,90	-15,44
1994	0,24	72,37	-26,83
1995	0,08	25,17	-65,22
1996	0,10	30,59	21,51
1997	0,17	52,51	71,67
1998	0,16	48,86	-6,94
1999	0,21	62,76	28,44
2000	0,19	57,42	-8,50
2001	0,28	82,96	44,48
2002	0,58	175,33	111,34
2003	0,40	121,23	-30,86
Média	0,29		
TAC ^{1/}	12,38		

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

1/ Taxa Média Anual de Crescimento.

Conforme pode ser visto na Figura 8, evolução do indicador, de 1993 a 2001, o valor do índice ficou abaixo de 100 (valor do ano base), embora com uma pequena recuperação em 2002 e 2003.

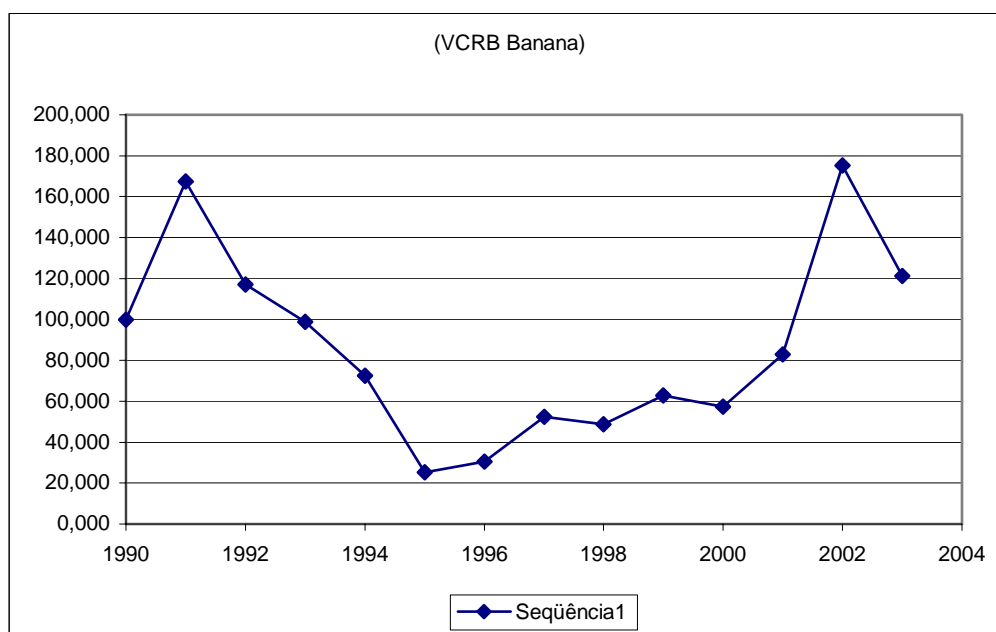


FIGURA 8 – Brasil: Evolução do indicador de Vantagem Comparativa Revelada para a banana (1990 a 2003).
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

Malgrado a enorme potencialidade do Brasil na produção de banana, a inserção dessa fruta no mercado mundial ainda é pouco expressiva, em média, apenas 1,53% da produção nacional ao longo do período foi exportada. Esses resultados revelam que a grande maioria da produção brasileira de banana é consumida internamente.

Uva – o comércio exterior brasileiro de uva apresentou desvantagem comparativa em quase todos os anos do período, à exceção de 2003, que demonstrou VCR. Os resultados são apresentados na Tabela 23.

TABELA 23 - Indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) da Uva, 1990 a 2003.

Ano	Indicador	Índice (1990 = 100)	Variação (%)
1990	0,14	100	-
1991	0,36	255,69	155,69
1992	0,36	250,79	-1,92
1993	0,65	454,76	81,33
1994	0,40	280,11	-38,41
1995	0,49	346,58	23,73
1996	0,28	198,61	-42,70
1997	0,19	133,63	-32,72
1998	0,24	169,78	27,05
1999	0,29	206,15	21,43
2000	0,38	267,91	29,96
2001	0,62	438,85	63,81
2002	0,93	655,98	49,48
2003	1,22	861,64	31,36
Média	0,47		
TAC ^{1/}	28,31		

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

1/ Taxa média anual de crescimento.

O comércio exterior brasileiro de uva revelou expansão extraordinária no período em estudo. Em 1990, as exportações representavam, em valores, apenas 0,13% das exportações mundiais. Em 2003, esse resultado passou a representar 1,91%, valor ainda pequeno, considerando o tamanho do mercado mundial da uva como um todo, mas um desempenho bastante favorável; ou seja, no período, a participação das exportações brasileiras de uva nas exportações mundiais desse produto cresceu 1.275,54%. Neste mesmo período, o crescimento das exportações mundiais de uva foi de 94,43%, contra um aumento de 2.572,53% das exportações brasileiras.

É importante destacar que, ao longo do período, os valores do indicador apresentaram resultados crescentes. Observa-se que, de 1990 a 2003, o indicador evoluiu 761,64%, (ver Figura 9).

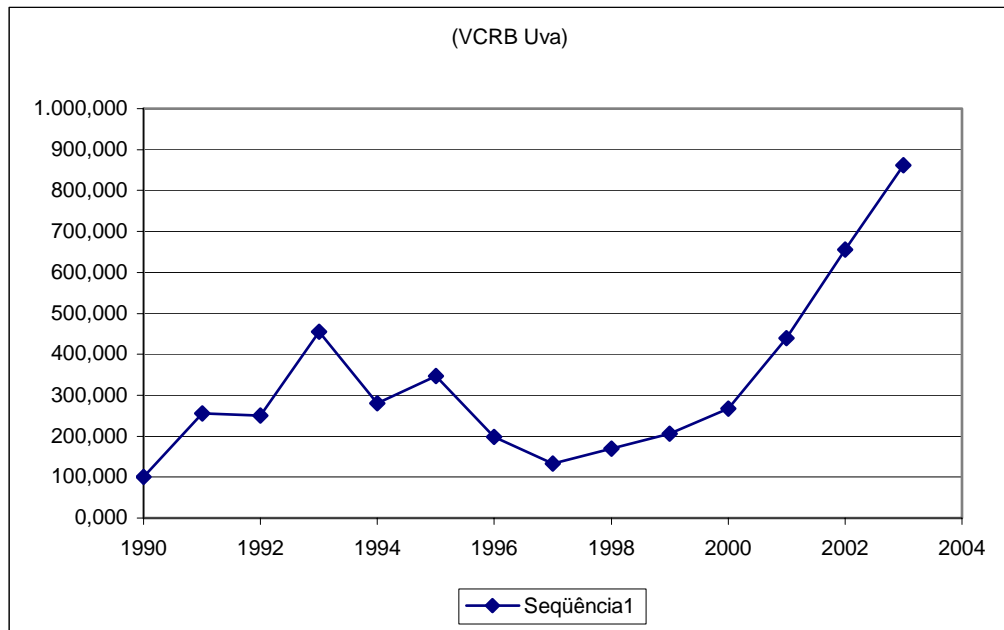


FIGURA 9 – Brasil: Evolução do indicador de Vantagem Comparativa Revelada para a uva (1990 a 2003).
Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

4.2.4 Indicador de Taxa de Cobertura (TC)

A Taxa de Cobertura (TC) para o setor de frutas do Brasil é obtida pela relação entre as exportações/importações de frutas do País. Valor da TC maior do que a unidade identifica uma vantagem comparativa em termos de cobertura das importações, ou seja, as exportações de frutas têm uma dimensão maior do que as importações do mesmo produto.

Seguindo os critérios adotados por Gutman & Miotti (1996) apud Hidalgo (1998), o cálculo da TC neste estudo (associado ao indicador de Vantagem Comparativa Revelada) tem o objetivo de identificar as frutas que constituem “pontos fortes” para o setor. Segundo esses autores, os produtos que apresentarem simultaneamente indicador de Vantagem Comparativa Revelada (VCR) e Taxa de Cobertura (TC) maior do que a unidade serão considerados “pontos fortes” da economia, ou seja, produtos que têm sólidas oportunidades de inserção comercial.

A Tabela 24 apresenta a Taxa de Cobertura para as principais frutas da pauta de exportação.

Como pode ser observado no período analisado, a grande maioria das frutas apresenta vantagem comparativa em termos de cobertura de suas exportações. As exceções foram a maçã e a uva, que apresentaram, em alguns anos, TC menor do que a unidade. Os resultados do indicador de TC menor do que um para a maçã e a uva demonstram que as exportações brasileiras dessas frutas ainda foram reduzidas.

TABELA 24 - Brasil: Indicador de Taxa de Cobertura das Principais Frutas, (1990 a 2003)

Ano	Castanha-de-caju	Manga	Melão	Laranja	Maças	Bananas	Uvas
1990	-	-	0,00	480289,46	0,06	32376,98	0,11
1991	-	1694,14	8119,51	-	0,03	449,69	0,28
1992	37323749,50	283517,76	0,00	-	0,72	279,03	0,56
1993	163589,67	148248,75	627,27	-	0,49	711670,48	0,89
1994	32,62	125774,98	191,93	2078,20	0,32	1922,10	0,35
1995	113,99	307,94	77,31	1085,21	0,07	256,40	0,28
1996	86210,82	2981,79	59,53	1179,98	0,02	1773,99	0,12
1997	786,66	9257,93	45,22	496,29	0,20	13158,99	0,12
1998	5940639,17	15484,48	20,27	260,61	0,10	258,42	0,14
1999	17,23	2593,69	61,59	902,07	1,10	249,16	1,02
2000	33,46	-	67,72	1245,72	1,45	679,52	1,61
2001	-	-	123,78	172113,06	0,62	917,25	3,55
2002	-	-	94,08	2206,12	1,75	11747,36	1,97
2003	14990,61	-	219,54	-	2,39	1884,91	3,22

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC.

(-) Não houve importação do produto no ano considerado.

Analisando-se conjuntamente a Taxa de Cobertura e o indicador de Vantagem Comparativa Revelada, podem-se identificar como “pontos fortes” castanha-de-caju, manga e melão, para os quais os valores desses indicadores foram superiores à unidade, confirmando a elevada competitividade¹⁹ desses produtos, com sólidas oportunidades de inserção e expansão comercial.

Para a laranja foram verificados em todo o período valores TC maiores do que um, mostrando vantagem comparativa de suas exportações em termos de cobertura. Os valores do indicador de Vantagem Comparativa Revelada, porém, não apresentaram o mesmo comportamento, sendo que apenas nos anos de 1990 e 1991, 1994 e 1995, 1997 e em 2001, a laranja brasileira constituiu “ponto forte”.

A banana apesar de apresentar valor do indicador de TC maior do que a unidade em todo o período, não constituiu “ponto forte” do comércio brasileiro por ter apresentado baixo valor para o indicador de VCR.

Em relação à maçã e à uva, observa-se que esses produtos também não constituíram “pontos fortes” do setor para o País, com valores dos indicadores menores do que um (exceção no ano de 2003, para a uva, cujo valor foi superior), porém, essas frutas apresentaram evolução em seus indicadores com reais possibilidades de se tornarem num curto prazo “pontos fortes” do comércio brasileiro de frutas.

¹⁹Gonçalves (1987), Haguenuer (1989), Horta (1993), Medeiros e Fontes (1994) e Gasques e Conceição (2002) consideram que a competitividade de um produto ou setor se refere ao desempenho de suas exportações, sendo, então, competitivos os produtos que ampliaram sua participação na oferta internacional de um determinado produto.

4.2.5 Índice de Concentração das Exportações: Coeficiente de Gini-Hirschman.

Este indicador é comumente utilizado para mensurar a concentração das exportações, tanto com relação a produtos, quanto com relação a mercados de destino, Índice de Concentração por Produto (ICP) e Índice de Concentração por país de Destino (ICD).

O coeficiente de concentração de Gini-Hirschman é determinado por fatores estruturais de oferta e demanda das exportações do país. Seu objetivo é verificar em que condições acontecem as exportações do seu setor de frutas. O ICP revela alguns pontos importantes sobre a pauta de exportação da fruticultura brasileira. Uma pauta de exportação mais diversificada pode significar também termos de trocas mais estáveis. Há diversos fatores que podem influenciar no índice de concentração por produto. Cabe destacar o nível de desenvolvimento econômico do País, a proximidade deste com um pólo comercial e, por fim, o tamanho da economia doméstica.

No primeiro caso, há uma tendência de maior diversificação das exportações do País. Supõe-se uma estrutura produtiva mais complexa, excluindo-se a possibilidade da especialização do País na produção de bens intensivos no fator abundante.

No segundo caso, vale destacar que a concentração das exportações por produto é influenciada negativamente na medida em que o exportador mais próximo estiver do pólo comercial; ou seja, quanto mais próximo estiver o País exportador do destino dos produtos, maior a tendência de diversificação destes.

Por último, em relação ao tamanho da economia, quanto menor ela for, maior será o ICP, pois terá menos possibilidade de produzir em grande escala uma diversidade maior de produtos.

4.2.5.1 Índice de Concentração por Produto (ICP)

O objetivo deste índice é saber se as exportações estão concentradas em poucos produtos. O ICP está definido no intervalo de 0 a 1. Uma nação que apresente índice elevado significa que esta tem suas exportações concentradas em poucos produtos.

Os dados da Tabela 25 mostram que na maior parte do período a pauta de exportações brasileiras de frutas esteve pouco diversificada, configurando uma concentração em poucos produtos. Por outro lado, apesar do índice médio de concentração por produto ser considerado alto (0,51), a participação das exportações brasileiras de frutas apresenta maior

diversificação por produtos, principalmente nos últimos anos. Isso pode ser observado pela tendência decrescente do indicador, com uma taxa média anual de redução de 4,86%.

TABELA 25 - Brasil: Indicador de Concentração por Produto do Setor de Frutas – 1990 a 2003

Anos	Indicador	Índice (1990 =100)	Variação (%)
1990	0,61	100	-
1991	0,57	93,29	-6,71
1992	0,59	96,58	3,53
1993	0,49	79,77	-17,40
1994	0,48	77,71	-2,59
1995	0,59	95,86	23,36
1996	0,61	98,53	2,78
1997	0,56	91,73	-6,91
1998	0,54	88,44	-3,58
1999	0,49	79,67	-9,92
2000	0,49	79,86	0,24
2001	0,40	65,16	-18,41
2002	0,36	58,87	-9,65
2003	0,36	59,34	0,80
Média	0,51		
TAC ^{1/}	-4,86		

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

1/ Taxa média anual de crescimento.

Depois de uma tímida redução, seguida de um sinal de recuperação, atingindo 0,605 em 1996, o indicador passou a partir desse ano a apresentar redução continuada. O ICP passou de 0,614 em 1990 para 0,364 em 2003, uma variação para menos de 40,65%, como pode ser visto na Figura 10.

Neste sentido, o desempenho deste indicador mostra alterações, ao longo do período, na comercialização destes produtos, no sentido de maior diversificação na pauta de exportação das frutas brasileiras. Isso reflete que o sistema de produção vem se tornando mais complexo e diversificado na sua estrutura produtiva, como mostram as projeções de tendência de redução do indicador, principalmente nos últimos anos.

Considerando-se todo o setor de frutas, os dados revelam que, no início do período, a concentração das exportações por produtos era maior. Para o fim, observou-se uma tendência decrescente do ICP. Assim, percebe-se que as exportações brasileiras estão concentradas em poucos produtos, porém com tendência a diversificação.

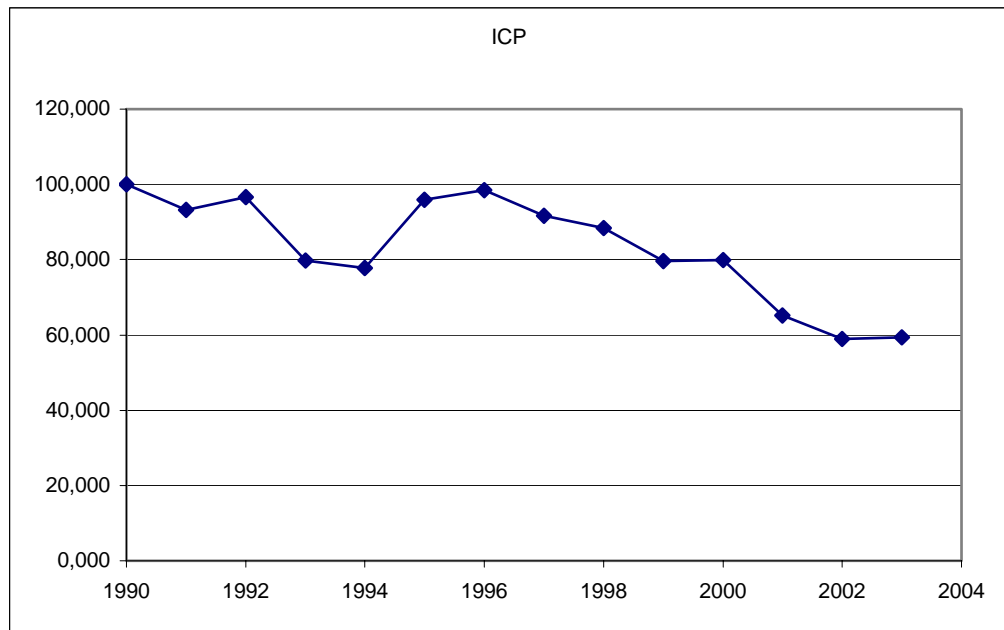


FIGURA 10 – Brasil: Evolução do Índice de Concentração por Produto (ICP) das exportações de frutas (1990 a 2003).

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC

Supõe-se que, ao longo do período, algumas frutas diminuíram sua participação. Por outro lado, outras ampliaram a fatia de mercado ocupada pela fruticultura brasileira no cenário internacional.

Com base nisso, faz-se necessário elaborar o índice de concentração para as principais frutas da pauta de exportação para que se possa verificar em quais frutas as exportações estão mais concentradas. Os resultados são apresentados na Tabela 26.

Como pode ser observado, as exportações são concentradas em sua maior parte na castanha-de-caju (47,56%). Por outro lado, há tendência declinante da concentração das exportações neste produto ao longo do período, passando de cerca de 0,59 em 1990 para aproximadamente 0,30 em 2003, com uma diminuição de aproximadamente 50% no índice de concentração, com reduções médias de 4,32% ao ano.

O melão apresentou o segundo maior índice médio de concentração do setor (0,09). Este índice, ao contrário ao da castanha-de-caju, mostrou-se crescente ao longo do período, passando de 0,05 em 1990 para 0,12 em 2003.

A manga apresentou um índice médio no período de 0,08, com crescimento ao longo do período, estabilizando-se em torno de 0,15 entre os anos de 2001 e 2003. Esse comportamento evidenciou uma tendência de aumento do produto nas exportações brasileiras.

TABELA 26 - Brasil: Índice de Concentração por Frutas, 1990 a 2003

Anos	Castanha de Caju	Manga	Melão	Laranja	Maçã	Banana	Uva
1990	0,59	0,02	0,05	0,11	0,02	0,05	0,01
1991	0,56	0,03	0,08	0,11	0,01	0,09	0,03
1992	0,58	0,03	0,06	0,07	0,08	0,07	0,03
1993	0,46	0,08	0,12	0,08	0,05	0,06	0,06
1994	0,43	0,07	0,13	0,11	0,06	0,04	0,03
1995	0,57	0,09	0,06	0,11	0,02	0,02	0,04
1996	0,58	0,10	0,09	0,07	0,01	0,02	0,02
1997	0,54	0,07	0,07	0,08	0,04	0,03	0,02
1998	0,51	0,12	0,10	0,05	0,02	0,03	0,02
1999	0,45	0,13	0,09	0,07	0,10	0,04	0,03
2000	0,46	0,10	0,07	0,04	0,09	0,03	0,04
2001	0,34	0,15	0,12	0,08	0,05	0,05	0,06
2002	0,30	0,14	0,11	0,02	0,09	0,10	0,10
2003	0,29	0,15	0,12	0,03	0,08	0,06	0,12
Média	0,48	0,09	0,09	0,07	0,05	0,05	0,04

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

Para a laranja, percebe-se uma tendência de redução do índice, tornando as exportações do setor menos concentradas nesta fruta. À exceção dos anos de 1991, 1994 e 1995, o ICP para a laranja apresentou resultados decrescentes ao longo do período, passando de 0,11 em 1990 para 0,03 em 2003.

A maçã apresentou um índice médio em torno de 0,05. À exceção dos anos de 1991 e 1996, o ICP para essa fruta não apresentou muitas oscilações ao longo do período. Nesses anos, as exportações brasileiras de maçã foram objeto de elevada redução, que pode ser observada na Tabela A3 do Anexo. Tais resultados por si justificam a redução do ICP nestes anos. Adicionalmente, os resultados do índice apresentaram, ao longo do período, uma tendência ascendente, com crescimento superior a 428%.

Em relação à banana, observa-se que o índice apresentou grandes oscilações ao longo do tempo analisado. Tem-se que os anos de 1991 a 1995 foram de redução do índice, com quedas mais significativas a partir de 1993. Tal redução decorreu do comportamento da oferta brasileira dessa fruta. Como pode ser visto na Tabela A9 (Apêndice), as exportações de banana tiveram uma redução bastante significativa nestes anos. A partir de 1996, o índice aumenta, atingindo no final do período um valor 18% acima do inicial. Em 2002, o ICP apresentou o maior resultado, 0,10, explicado pelo aumento das exportações da banana, que atingiram neste ano US\$ 33,574 milhões, ou seja, o maior desempenho do período. A média do índice de 0,05 no período indica baixa concentração das exportações nesta fruta.

O ICP para a uva, apesar de apresentar o menor valor médio das frutas analisadas, 0,04, apresentou, à exceção dos anos entre 1996 e 1998, uma evolução no período. De 1990 a 2003, o ICP aumentou 841,43%, com uma taxa média anual de crescimento em torno de 28%. Isso indica uma tendência de maior participação da uva nas exportações brasileiras de frutas.

Produtos tradicionais da pauta de exportação brasileira reduziram sua participação nas exportações de frutas do País. A castanha-de-caju e a laranja, por exemplo, que em 1990 representavam 59,27% e 10,69% das exportações brasileiras de frutas, passaram em 2003 a representar, apenas, 29,65% e 2,75%, respectivamente (Tabela 4).

Por outro lado, outros produtos passaram a incorporar a variedade e a melhorar o desempenho das exportações brasileiras. Merecem destaque culturas que antes não tinham muita importância na pauta de exportação brasileira de frutas, como a maçã, a banana e a uva, mas que no período apresentaram considerável taxa de crescimento das exportações.

4.2.5.2 Índice de Concentração por País de Destino (ICD).

Esse índice mede o grau de dispersão das exportações entre os países de destino. O ICD também é definido no intervalo entre 0 e 1. Para valor elevado do ICD (próximo de 1) significa que as exportações do País estão concentradas em poucos países importadores e para valor baixo (próximo de 0) significa que os destinos das exportações do País são mais diversificados. Assim, quanto mais elevado o índice, maior a concentração dos destinos das exportações e quanto menor o ICD, menos concentrados são os mercados compradores.

Relativamente à concentração por país de destino, o indicador (ICD) para as exportações de frutas brasileiras também é alto, apresentando média de 0,51. Este indica a existência de concentração em poucos mercados importadores, entretanto, observou-se uma redução do indicador, principalmente nos últimos anos.

Considerando todo o período, observa-se que houve variação negativa, na evolução do índice, de 20,73%, que corresponde a uma redução média de 1,59% ao ano.

O alto valor do indicador na maior parte do período confirma o argumento da sujeição das exportações de frutas brasileiras às circunstâncias de um mercado importador ainda bastante restrito. Dessa maneira, o mercado externo brasileiro de frutas encontra-se bastante vulnerável às oscilações de demanda dos países importadores. Cabe destacar, ainda, que um choque de demanda por parte do mercado importador pode ser rapidamente sentido pelo mercado exportador brasileiro, com reflexos negativos sobre a atividade do setor (Farias,

2000). Isso implica dizer que uma deterioração do quadro macroeconômico, com uma conseqüente redução da demanda externa de frutas, implicará sérias dificuldades para o setor.

TABELA 27 - Brasil: Indicador de Concentração por País de Destino do Setor de Frutas, 1990 a 2003

Anos	Indicador	Índice (1990=100)	Varição (%)
1990	0,57	100	-
1991	0,52	91,20	-8,80
1992	0,53	92,91	1,88
1993	0,50	87,06	-6,30
1994	0,51	88,81	2,01
1995	0,57	100,00	13,16
1996	0,55	96,51	-3,97
1997	0,52	91,35	-5,35
1998	0,50	87,17	-4,57
1999	0,49	84,79	-2,73
2000	0,50	88,50	4,36
2001	0,46	80,05	-9,54
2002	0,44	76,64	-4,27
2003	0,45	79,22	3,38
Média	0,51		
TAC ^{1/}	-1,60		

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC.

1/ Taxa média anual de crescimento.

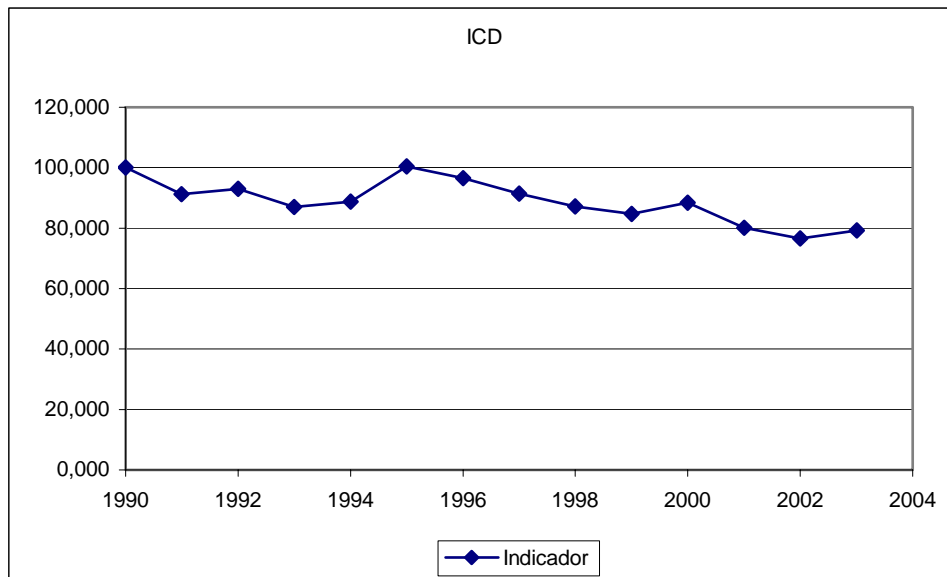


FIGURA 11 – Brasil: Evolução do Índice de Concentração por País de Destino (ICD) das exportações de frutas (1990 a 2003).

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC

A Tabela 28 mostra os resultados do índice de concentração das exportações para os cinco principais mercados de destino das exportações brasileiras de frutas.

TABELA 28- Brasil: Índice de Concentração para os Principais Destinos, 1990 a 2003

Anos	EUA	Países Baixos	Reino Unido	Argentina	Canadá
1990	0,53	0,14	0,12	0,05	0,06
1991	0,47	0,16	0,10	0,10	0,07
1992	0,49	0,14	0,08	0,08	0,06
1993	0,42	0,21	0,11	0,09	0,05
1994	0,41	0,27	0,10	0,04	0,05
1995	0,51	0,24	0,07	0,03	0,06
1996	0,50	0,19	0,09	0,05	0,06
1997	0,47	0,21	0,07	0,05	0,05
1998	0,44	0,20	0,09	0,07	0,06
1999	0,41	0,23	0,09	0,07	0,05
2000	0,45	0,20	0,09	0,05	0,05
2001	0,35	0,27	0,12	0,06	0,04
2002	0,31	0,26	0,14	0,06	0,04
2003	0,31	0,30	0,14	0,03	0,04
Média	0,43	0,22	0,10	0,06	0,05

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

Com base nos resultados, observa-se que em média as exportações estão concentradas principalmente para os EUA (43%). Esse alto índice de concentração pode ser explicado pela participação da castanha-de-caju, que tem esse mercado como principal destino.

Apesar de os EUA serem o principal mercado de destino para os produtos brasileiros, seu índice de concentração diminuiu de 0,53 para 0,31, a uma taxa média anual de 3,52%. Esse resultado pode ser atribuído, principalmente, ao fraco desempenho da castanha-de-caju no período, cuja participação nas exportações brasileiras foi reduzida de 59,27% em 1990 para 29,65% em 2003, com a conseqüente redução para o mercado americano, principal consumidor do produto, que, entre 1990 e 2003, comprou em média 76,72% da castanha brasileira.

Os Países Baixos são o segundo principal mercado de destino das frutas brasileiras. Os resultados mostram que, ao longo do período, houve maior concentração das exportações de frutas para esse mercado. Em média 21,49% da concentração do setor está neste destino. Em 1990, a participação relativa deste grupo de países nas exportações brasileiras era de 12,79%, em 2003 essa participação passou para 28,66%, um crescimento médio anual de 8,12% (Tabela 5).

O Reino Unido é o terceiro principal destino das exportações brasileiras (10,05%), porém, observou-se, ao longo do período, maior tendência de concentração para esses países, crescendo em média 3,87% ao ano. Esses resultados são confirmados pelo aumento da participação relativa desse grupo de países no destino das exportações brasileiras de frutas.

Em relação à Argentina, os resultados apresentaram oscilações ao longo do tempo e significativa redução no último ano. Em 1990, o índice era 0,05, caindo para 0,03, em 2003, o que representa uma redução de mais de 40%.

Os dados apresentados na Tabela indicam que, entre os principais países de destino das exportações brasileiras de frutas, o Canadá é o país em que as exportações estão menos concentradas, com uma média de 5,21%, com tendência decrescente do índice ao longo do período, em razão, principalmente, da diminuição das vendas de castanha-de-caju para esse país.

Por sua vez, Países Baixos e Reino Unido aumentaram suas participações no total das exportações brasileiras. Por outro lado, Argentina e Canadá tiveram pequena redução nessa participação. Esses resultados mostram que, praticamente, todo o comércio exterior brasileiro de frutas é direcionado para esses cinco mercados e, as compras feitas por esses países, no período, ficaram feitas de 80%²⁰.

4.2.6 Indicador de Desempenho (DES)

O objetivo deste indicador é avaliar o desempenho do comércio de frutas do Brasil com seus principais parceiros comerciais. Indicador com valor positivo aponta que o Brasil ganhou espaço no mercado do país importador, em relação ao período inicial, além de contribuir para aprofundar a análise sobre a evolução do produto brasileiro, no comércio mundial de frutas.

Com base nesse indicador, verificou-se o desempenho individual das sete principais frutas da pauta de exportação do País, para os respectivos parceiros comerciais. O procedimento de escolha dos países constituiu em detectar os principais parceiros comerciais do Brasil no setor específico, a fim de averiguar o desempenho comercial brasileiro com esses países, ao longo do período. Nesta pesquisa, o ano tomado como referência foi o de 1990, tendo sido calculado o valor do indicador para os anos situados entre 1991 e 2003. Para

²⁰ Uma ação do Governo brasileiro para ampliar as vendas e diversificar a pauta e os destinos das exportações é o programa Brazilian Fruit Festival, direcionado à divulgação da fruta produzida no País, por meio da participação em feiras mundiais do setor. Esse programa é organizado pela Apex Brasil, em parceria com o IBRAF e o grupo Carrefour (AGROANALYSIS, 2005).

os casos em que não houve exportação, para determinado mercado de destino, no ano-base, o ano tomado como referência foi o posterior.

O indicador de desempenho para cada uma das frutas permite evidenciar melhor a evolução do comércio brasileiro dessas frutas com os seus principais parceiros comerciais.

Os resultados do desempenho comercial da castanha-de-caju brasileira com os EUA, Canadá, Países Baixos e França são apresentados na Tabela 29 e Figura 12.

TABELA 29 - Brasil: Indicador de Desempenho da Castanha-de-caju para os Principais Mercados de Destino - (1990 a 2003)

Anos	EUA	Canadá	Países Baixos	França
1990	0,00	0,00	0,00	0,00
1991	-0,47	1,52	-1,89	0,33
1992	24,25	3,74	-2,44	0,23
1993	4,74	-0,07	-3,86	0,10
1994	-15,63	-0,47	-7,85	-0,68
1995	26,02	3,98	-8,04	-0,50
1996	-18,91	4,75	-9,75	-0,82
1997	9,01	1,50	-8,42	-0,89
1998	-5,04	1,52	-9,29	-2,43
1999	-40,89	-1,35	-17,10	-1,37
2000	-24,85	-2,47	-17,45	-1,81
2001	-38,16	-5,69	-14,05	-2,63
2002	-46,04	-6,10	-12,79	-1,00
2003	-31,47	-6,68	-14,68	-1,61

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da FAO e do MDIC.

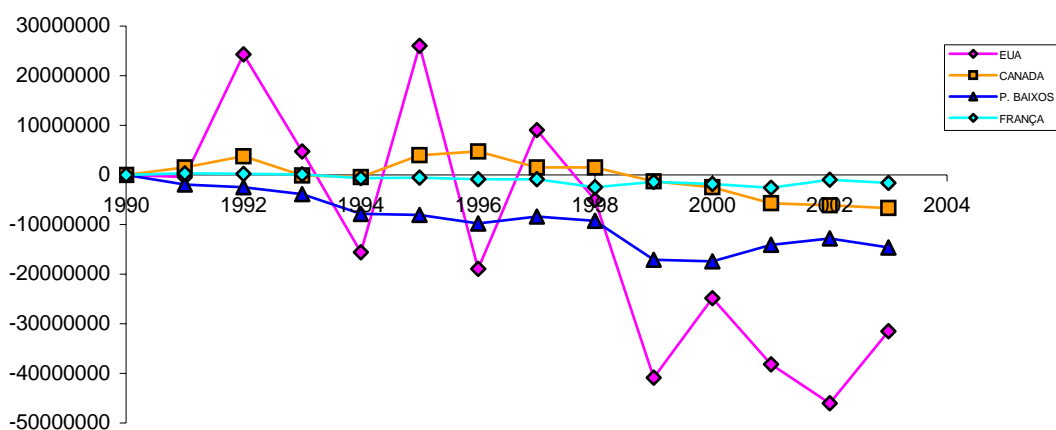


FIGURA 12 – Brasil: Evolução do Desempenho Comercial da Castanha-de-caju nos Principais Mercados Consumidores do Produto (1990 a 2003).

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

Pode-se verificar, pelo valor negativo do indicador, que o Brasil perdeu participação em todos os principais países importadores deste produto. Durante o período, a castanha-de-caju ganhou participação, no mercado americano, apenas nos anos de 1992, 1993, 1995 e 1997. Nos demais, a evolução do desempenho das exportações brasileiras foi negativa. Esse comportamento de queda no desempenho da participação da castanha brasileira no mercado americano também ocorreu no Canadá, Países Baixos e na França.

Em 1990, 34,41% das importações americanas de castanha-de-caju (principal mercado para o produto brasileiro) eram originados do Brasil, reduzindo-se para 26,62% em 2003, mostrando clara tendência de redução da importância da castanha-de-caju brasileira, nos principais mercados importadores desse produto.

O principal motivo para o baixo desempenho da castanha brasileira nos principais mercados consumidores está associado a um aumento da participação dos principais países produtores/exportadores, no comércio mundial desse produto. Tanzânia e Indonésia, por exemplo, que em 1990 exportavam 4,197 e 3,218 mil toneladas de castanha-de-caju, respectivamente, passaram a exportar 71,448 e 7,087 mil toneladas em 2003 (FAO).

Em relação ao indicador de desempenho comercial para a manga brasileira, pode-se verificar, na Tabela 30 e Figura 13, que o Brasil ganhou participação de mercado, na maioria dos países importadores considerados. A exceção ocorreu no comércio com a França, em que os resultados mostraram um desempenho negativo do comércio brasileiro de manga naquele país, a partir de 1994. Isso mostra, ao contrário do observado em relação aos outros países, que o Brasil, a partir desse ano, não aumentou sua participação comercial no mercado da França, se comparado a anos anteriores.

Observando-se os dados, constata-se que o elevado desempenho das exportações brasileiras de manga, verificado a partir de 1993 (aumentou 182,36% em relação ao ano anterior) não teve o mercado francês como destino, o que justifica a perda de espaço da manga brasileira naquele país. Outro ponto a merecer destaque é o fato de que esse aumento das exportações da manga foi absorvido pelos Países Baixos, EUA e pelo Reino Unido, reforçando o desempenho comercial desse produto nesses mercados, além de reforçar a concentração do produto em poucos mercados de destino (ver Tabela 8).

TABELA 30 - Brasil: Indicador de Desempenho da Manga para os Principais Mercados de Destino - (1990 a 2003)

Anos	Países Baixos	EUA	Reino Unido	França
1990	0,00	0,00	0,00	0,00
1991	0,58	0,63	0,12	0,06
1992	0,67	1,22	0,60	0,38
1993	7,14	6,94	0,97	0,04
1994	8,61	4,80	0,37	-0,62
1995	9,36	7,38	0,54	-0,91
1996	12,70	7,37	4,11	-0,19
1997	6,49	4,94	1,49	-0,04
1998	10,78	6,93	2,96	0,98
1999	9,62	7,77	2,65	-0,32
2000	12,91	9,17	0,88	-0,60
2001	17,98	15,03	2,45	-1,04
2002	13,30	18,53	1,83	-0,43
2003	22,95	21,84	3,85	-1,20

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da FAO e do MDIC.

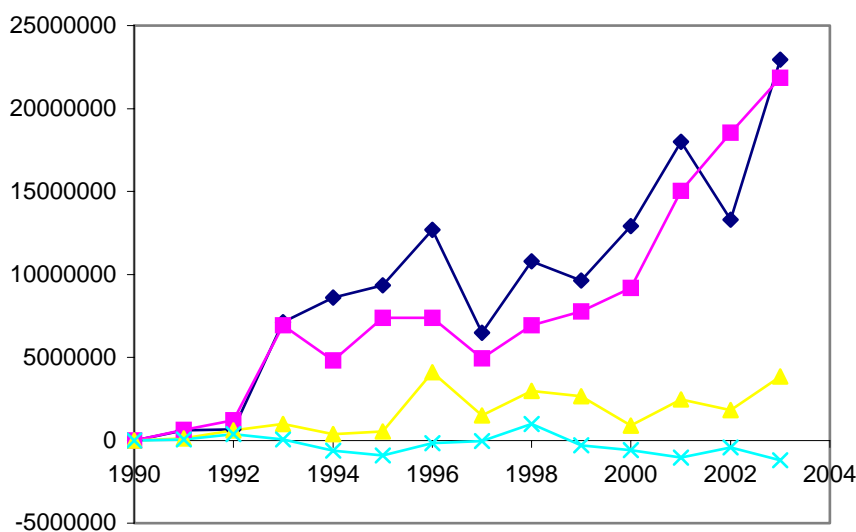


FIGURA 13 – Brasil: Evolução do Desempenho Comercial da Manga nos Principais Mercados Consumidores do Produto (1990 a 2003).

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

Por outro lado, o desempenho do indicador mostra que o comércio exterior da manga local ganhou espaço nos mercados dos Países Baixos, EUA e Reino Unido. Os EUA podem ser uma boa referência para o potencial que essa fruta tem em ganhar espaço no mercado externo. Estudos mostraram que apenas 30% dos consumidores norte-americanos já experimentaram manga (Pimentel, 2000). Isso pode ser um bom sinal para melhorar ainda mais o desempenho comercial da manga brasileira naquele país.

Esse comportamento pode ser explicado principalmente pelo incremento e incentivo da produção dessa fruta nos últimos anos, como a expansão da área plantada, associada ao uso de tecnologias com modernos métodos de irrigação e pós-colheita (Pimentel, 2000). Em 1990, o Brasil exportava um volume de 4,64 mil toneladas de manga, quantidade que passou em 2003 para 133,32 mil toneladas (MDIC, 2004), ou seja, registrou um aumento no volume exportado, de 1990 para 2003, de 126,68 mil toneladas.

Os resultados apresentados na Tabela 31 mostram que, para o Reino Unido e Países Baixos, o indicador de desempenho do melão brasileiro foi positivo em todo o período, caracterizando maior inserção nesses dois mercados.

TABELA 31 - Brasil: Indicador de Desempenho Comercial do Melão para os Principais Mercados de Destino - (1990 a 2003)

Anos	Reino Unido	Países Baixos	Argentina
1990	0,00	0,00	0,00
1991	2,65	2,62	0,06
1992	3,38	1,92	-0,57
1993	12,90	5,50	-0,32
1994	8,77	10,15	-0,42
1995	1,30	0,80	-0,87
1996	6,56	3,10	-0,12
1997	2,44	3,67	-0,00
1998	6,82	6,42	-0,01
1999	5,41	8,66	0,07
2000	5,77	10,24	-0,05
2001	10,24	17,09	-0,06
2002	7,90	17,13	-0,03
2003	15,44	22,21	-0,04

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da FAO e do MDIC.

Por outro lado, na Argentina, exceto em 1991 e 1999, os valores do indicador de desempenho apresentaram-se negativos, representando uma perda de desempenho. Observa-se, entretanto, que a redução do indicador de desempenho do melão para esse país foi compensada pelo ganho de mercado dessa fruta nos países europeus, especialmente nos Países Baixos e Reino Unido.

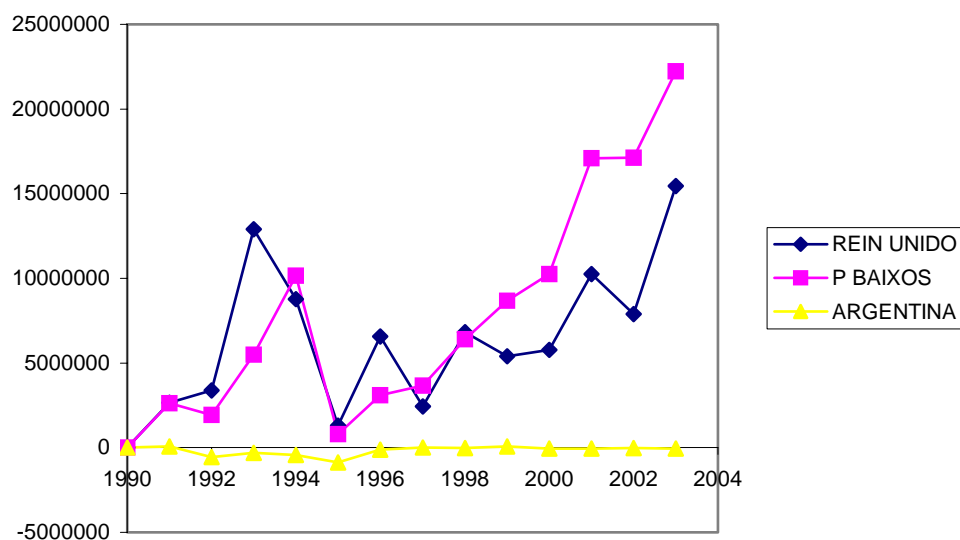


FIGURA 14 – Brasil: Evolução do Desempenho Comercial do Melão nos Principais Mercados Consumidores do Produto (1990 a 2003).

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

A evolução do desempenho comercial da laranja nos Países Baixos, Reino Unido, Emirados Árabes e Portugal pode ser visualizada na Tabela 32. O indicador de desempenho foi positivo para os Países Baixos e Reino Unido, porém negativo para os Emirados Árabes e Portugal.

TABELA 32 - Brasil: Indicador de Desempenho Comercial da Laranja para os Principais Mercados de Destino - (1990 a 2003)

Anos	Países Baixos	Emirados Árabes	Portugal	Reino Unido
1990	0,00	0,00	0,00	0,00
1991	3,71	0,45	-0,71	0,05
1992	2,76	0,04	-0,95	0,00
1993	7,15	-0,42	-0,75	0,00
1994	9,15	0,23	-0,10	0,00
1995	11,51	-1,17	-0,26	0,00
1996	5,32	-1,69	-1,04	0,89
1997	4,92	-0,41	-0,93	1,30
1998	1,44	-0,42	-1,08	0,44
1999	1,58	-0,22	-0,75	1,76
2000	0,03	-0,34	-0,84	1,64
2001	-0,42	0,02	-0,52	2,83
2002	-6,78	-2,84	-0,73	0,96
2003	-8,64	-0,96	-0,70	1,87

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da FAO e do MDIC.

Observa-se que, para os Países Baixos, houve evolução do comércio brasileiro de laranja entre 1991 e 2000 (indicador positivo) e uma redução do indicador nos últimos anos (resultados negativos). Já para Reino Unido, o comportamento do indicador apresentou resultados contrários, ou seja, no início do período, houve perda de mercado da laranja brasileira no País, com recuperação nos últimos anos (valores positivos do indicador). Por outro lado, para os mercados dos Emirados Árabes e de Portugal, o indicador mostrou-se negativo durante todo o período, indicando perda de espaço da laranja brasileira nesses mercados (Figura 15).

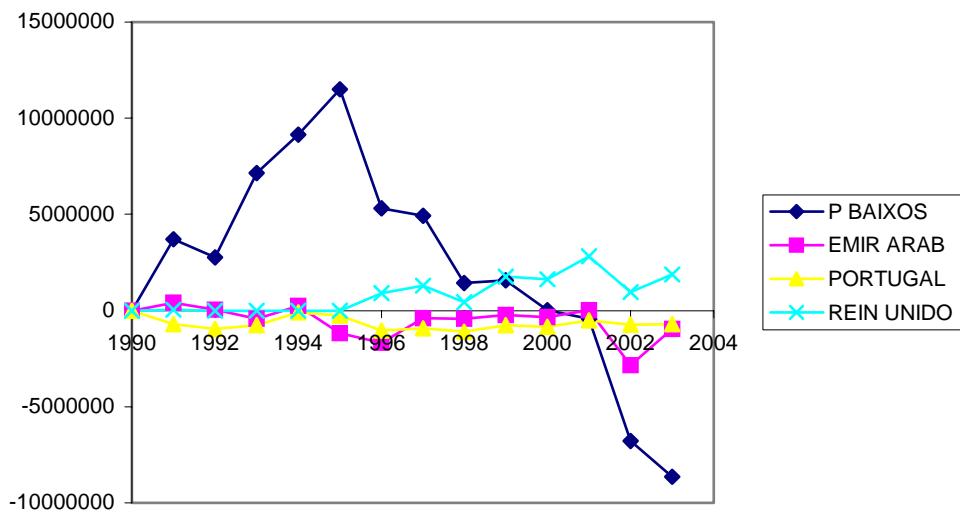


FIGURA 15 – Brasil: Evolução do Desempenho Comercial da Laranja nos Principais Mercados Consumidores do Produto (1990 a 2003).

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

Com base na Tabela 33 e na Figura 16, observa-se que, embora os dados tenham mostrado uma deterioração do indicador nos anos de 1991 e 1996 para os Países Baixos, 1998 e 2001 para os EUA e entre 1991 e 1999 para a Alemanha, com recuperação de participação nesse mercado, a partir de 1999, em geral, houve melhora substancial no desempenho comercial da maçã brasileira no conjunto desses parceiros comerciais, com maiores destaques para os Países Baixos e o Reino Unido.

A Europa se mostrou o mercado mais dinâmico para as exportações brasileiras de maçã. No período, esse continente consumiu, em média, 77,50% das exportações brasileiras. A maior parcela se destina aos Países Baixos, com uma participação de 57,36% (Tabela 11).

TABELA 33 - Brasil: Indicador de Desempenho Comercial da Maçã para os Principais Mercados de Destino - (1990 a 2003)

Anos	Países Baixos	Reino Unido	EUA	Alemanha
1990	0,00	0,00	0,00	0,00
1991	-1,33	0,53	0,03	-0,59
1992	3,71	1,91	0,31	-0,19
1993	5,75	1,24	3,04	-0,21
1994	9,62	0,44	2,97	-0,26
1995	3,00	0,55	0,62	-0,47
1996	-0,89	0,19	0,27	-0,57
1997	8,31	0,53	0,08	-0,42
1998	1,71	1,95	-0,03	-0,40
1999	15,94	4,61	0,29	-0,10
2000	11,98	6,17	0,22	2,69
2001	7,46	2,08	-0,03	1,01
2002	9,47	3,88	0,09	2,46
2003	11,15	3,58	0,09	2,79

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da FAO e do MDIC.

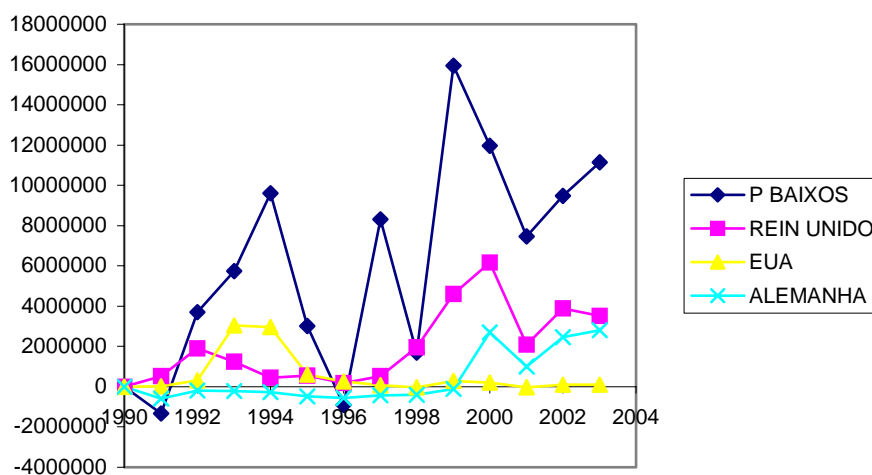


FIGURA 16 – Brasil: Evolução do Desempenho Comercial da Maçã nos Principais Mercados Consumidores do Produto (1990 a 2003).

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

A Tabela 34 e a Figura 17 mostram que o desempenho da banana brasileira foi pouco favorável nos seus principais mercados de destino. No mercado Argentino, a banana brasileira ganhou posição até 1992, pois, entre 1993 e 2001, foram anos seguidos de perdas de espaço da fruta brasileira nesse mercado, recuperando-se novamente nos últimos anos do período, ou seja, em 2002 e 2003.

TABELA 34 - Brasil: Desempenho Comercial da Banana para os Principais Mercados de Destino - (1990 a 2003)

Anos	Argentina	Uruguai
1990	0,00	0,00
1991	6,55	-0,25
1992	1,17	-0,19
1993	-4,82	1,54
1994	-12,97	-0,59
1995	-12,64	-8,25
1996	-12,87	-11,30
1997	-13,22	-10,95
1998	-10,23	-7,90
1999	-10,79	-6,50
2000	-13,93	-7,05
2001	-12,59	-6,87
2002	9,22	-1,34
2003	1,12	-0,23

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da FAO e do MDIC.

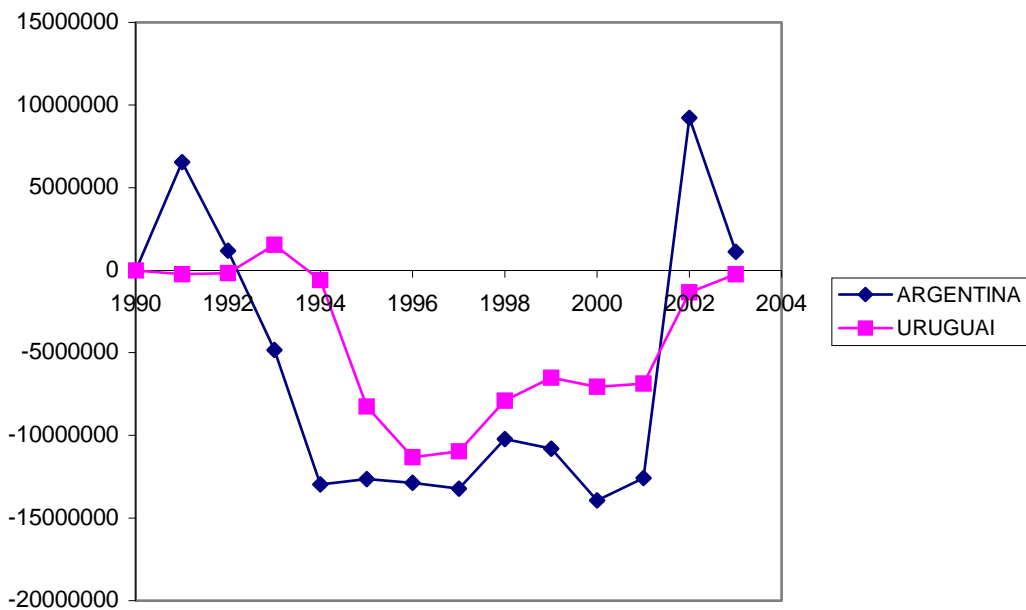


FIGURA 17 – Brasil: Evolução do Desempenho Comercial da Banana nos Principais Mercados Consumidores do Produto (1990 a 2003).

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

O baixo desempenho dessa fruta no mercado argentino, praticamente em toda a década de 1990, esteve associado ao fraco desempenho das exportações brasileiras do produto neste período. Observa-se que, com a recuperação das exportações a partir de 2001, houve, também, a recuperação do indicador de desempenho da banana para esse mercado.

O desempenho para o Uruguai ainda foi menos favorável. À exceção do ano de 1993, os resultados do indicador mostraram que a banana brasileira perdeu espaços nesse mercado em todo o período.

A uva apresentou resultados semelhantes ao da maçã. A evolução do indicador para os Países Baixos e Argentina apresentou maior participação nesses mercados. No Reino Unido e Alemanha, houve algumas oscilações, apesar de apresentar valores positivos, na maioria dos anos do período. O comércio de uva perdeu espaço no mercado do Reino Unido entre 1996 e 1999, mas teve uma recuperação surpreendente, a partir do ano 2000. Em relação à Alemanha, o indicador de desempenho apresentou resultados negativo para os anos de 1991 e 1992, tornou-se positivo entre 1993 e 1995 e retornou a cair de 1996 a 1998. A partir de 1999, houve uma recuperação e o produto brasileiro passou a ganhar espaço nesse mercado.

No conjunto dos países, o desempenho comercial da uva brasileira foi positivo (como mostra o indicador), mostrando, assim, a conquista de espaço comercial dessa fruta no mercado desses países.

A exemplo da maçã, a Europa consome grande parte das exportações brasileiras de uva. A participação das exportações brasileira para esse mercado, todavia, é muito pequena quando comparada à África do Sul, por exemplo. Segundo Nachreiner et. al. (2004), enquanto o Brasil exportou cerca de 2,5 milhões de caixas de 4,5 km em 2001, a África do Sul exportou para a Europa cerca de 40 milhões de caixas com o mesmo peso.

TABELA 35 - Brasil: Indicador de Desempenho Comercial da Uva para os Principais Mercados de Destino - (1990 a 2003)

Anos	Países Baixos	Reino Unido	Argentina	Alemanha
1990	0,00	0,00	0,00	0,00
1991	1,95	1,62	0,29	-0,09
1992	2,21	0,58	2,02	-0,16
1993	6,24	1,99	3,26	0,16
1994	3,01	0,56	1,79	0,52
1995	5,78	0,28	1,08	0,14
1996	3,30	-0,81	1,60	-0,04
1997	2,01	-1,13	1,47	-0,07
1998	2,23	-1,43	2,13	-0,13
1999	2,70	-1,16	3,81	0,09
2000	6,39	0,30	3,53	0,70
2001	11,86	2,28	3,01	0,87
2002	18,54	9,40	0,25	0,70
2003	34,88	14,20	0,54	1,04

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da FAO e do MDIC.

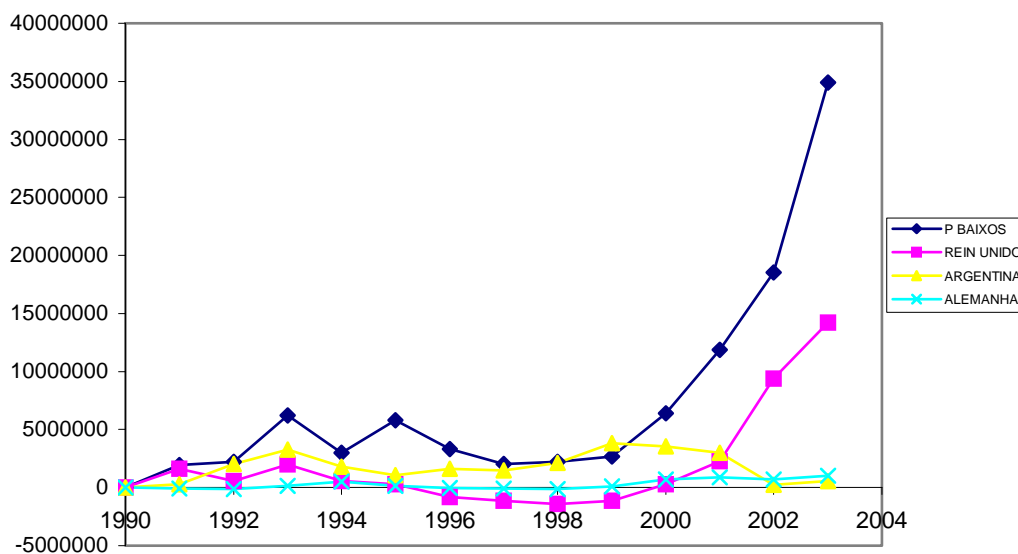


FIGURA 18 – Brasil: Evolução do Desempenho Comercial da Uva nos Principais Mercados Consumidores do Produto (1990 a 2003).

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da SECEX/MDIC e da FAO.

Deve-se ressaltar que a influência de alguns mercados, tanto consumidores com barreiras legislativas e sanitárias - quanto produtores/exportadores, podem ter influenciado no desempenho negativo de algumas frutas em determinados mercados.

De modo geral, os resultados apresentados mostraram que, em mais da metade das frutas analisadas, o desempenho foi favorável, ou seja, o comércio exterior dessas frutas ganhou espaço nos principais mercados importadores de cada produto.

5 CONCLUSÕES

A análise inicial da estrutura do comércio internacional de frutas evidenciou que o Brasil tem forte potencial na produção de frutas, mas grande dificuldade no escoamento dessa produção para outros países. Isso pôde ser observado pela reduzida participação do País no comércio internacional desse setor, com uma presença marginal nas exportações na maioria das frutas comercializadas. Nesse sentido, percebe-se, quando da análise dos resultados, que o comércio brasileiro de frutas, apesar do aumento significativo das exportações, ainda é bastante voltado para o mercado interno.

Com respeito à participação do saldo comercial do setor de frutas para o PIB agrícola brasileiro, observou-se que a contribuição desse setor foi bastante expressiva e com uma trajetória crescente na maior parte do período. Os resultados mostraram que a participação do saldo comercial da fruticultura para o PIB agrícola evoluiu de 1990 a 2003 mais de 84%, com variações do indicador de 0,597 para 1,099.

De forma semelhante para a análise da posição relativa da fruticultura brasileira em relação ao mercado mundial de frutas, os resultados evidenciaram que o Brasil ganhou posição nesse mercado, com crescimento médio anual entre 1990 a 2003 de 74,57%. Esses resultados confirmaram a evolução da participação do Brasil no comércio mundial desse setor.

Os resultados para o indicador de vantagem comparativa revelada mostraram vantagem comparativa, ao longo do período, para castanha-de-caju, manga e melão, com redução da competitividade das exportações da castanha-de-caju, ao mesmo tempo em que houve aumento da competitividade nas exportações de manga e melão. Por outro lado, os resultados apontaram desvantagem comparativa revelada para maçã, banana e uva (à exceção do ano de 2003, que apresentou VCR). Tais frutas evidenciaram crescimento nos indicadores ao longo do período. Os resultados para a laranja mostraram oscilações do indicador acima e abaixo da unidade. Nos anos de 1990, 1991, 1994, 1995, 1997 e 2001 essa fruta apresentou Vantagem Comparativa Revelada para o País, exprimindo desvantagem nos demais anos do período.

A análise da Taxa de Cobertura para as principais frutas da pauta de exportação brasileira mostrou que castanha-de-caju, manga, melão, laranja e banana exibiram vantagem comparativa em termos de cobertura de suas exportações. Com base na comparação dos indicadores de Vantagem Comparativa Revelada e de Taxa de Cobertura, foram identificadas,

entre as frutas analisadas, a castanha-de-caju, a manga e o melão como os “pontos fortes” do setor de frutas do País no comércio exterior.

Relativamente à concentração das exportações, verificou-se, com base no coeficiente de Gini-Hirschman, que as exportações brasileiras de frutas, embora tenham evoluído, ainda são bastante concentradas tanto em relação a produtos, quanto a países de destino. Em média, 87% dessas exportações estiveram concentrados em apenas sete produtos. Em relação ao destino das exportações, o quadro não é diferente, pois se constata pelos resultados que apenas cinco países compraram ao longo do período, em média, 81,79% das vendas brasileiras. Desse total, a maior parte foi direcionada para os Estado Unidos, que consumiram, em média, 41,19% das exportações. O problema da concentração das exportações em poucos países de destino é potencialmente perigoso, na medida em que o país exportador fica vulnerável às crises financeiras internacionais e às conseqüentes reduções da demanda por parte dos mercados consumidores.

Especialmente em relação ao indicador de desempenho, os resultados apontaram que a maioria das frutas analisadas ganhou espaço no mercado internacional, com destaque no mercado europeu, especialmente nos Países Baixos e Reino Unido.

Considerando as limitações da análise, atribuídas principalmente ao nível de agregação das informações utilizadas, os resultados apresentados e as análises desenvolvidas no decorrer do estudo evidenciaram, no período considerado, uma inserção relativamente maior da fruticultura brasileira no mercado internacional, com aumento da competitividade do Brasil em favor das exportações nacionais de frutas. Dentre os fatores condicionantes à expansão de determinado setor na atual conjuntura econômica mundial, destaca-se a sua capacidade de competir no mercado internacional. No caso específico da fruticultura brasileira, o sucesso de sua inserção no mercado mundial pode ser observada pelo incremento de suas exportações, em 183,88%, no período de 1990 a 2003.

Os números demonstraram um crescimento relativamente considerável do comércio exterior brasileiro de frutas. Esses resultados otimistas apresentados, no entanto, também revelaram uma preocupação. Apesar de o Brasil ser considerado um grande produtor mundial de frutas, sua participação nesse mercado ainda é irrisória. De 1990 a 2003, do total produzido das principais frutas analisadas, apenas 1,30% em média foi exportado, ou seja, de um volume médio de 27.854,075 mil toneladas produzidas, somente 364,212 mil toneladas foram destinadas ao mercado externo.

O forte potencial brasileiro para a produção de frutas, conjugado com a abertura econômica dos mercados, pode estabelecer em um futuro próximo um diferencial de

competitividade em favor da fruticultura brasileira. Uma condição fundamental para o crescimento do setor é juntar os esforços para identificar e eliminar os obstáculos à competitividade; obstáculos que, segundo Fioravanço (2000), são muitos e estão relacionados à própria política econômica do Governo, funcionamento do mercado, políticas de crédito e assistência técnica, sistema de informação e meios de transportes, serviços portuários, qualidade da fruticultura nacional etc.

Em termos gerais, os resultados do trabalho sugerem que uma inserção maior no mercado internacional de frutas exige a superação dos obstáculos mencionados, no sentido de melhorar a qualidade e a produtividade do setor e desenvolver uma estratégia comercial mais eficiente voltada para exportação, que ofereça às empresas a possibilidade de se adaptarem às novas condições vigentes nos mercados internacionais e a superarem as práticas tradicionais. Tais fatores criam condições necessárias para transformar nossas vantagens naturais em competitivas e, portanto, melhorar a competitividade da fruticultura brasileira no mercado externo.

Neste sentido, o aprofundamento do estudo da competitividade da fruticultura brasileira torna-se essencial para uma melhor definição de estratégias de políticas comerciais e de planejamento do setor, em um cenário internacional caracterizado por grandes blocos econômicos, onde é crescente o fluxo de comércio entre os países. Com base nisso, uma sugestão de trabalhos futuros é no sentido de investigar os obstáculos e fatores determinantes da competitividade da fruticultura brasileira no âmbito das negociações internacionais.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGROANALYSIS. Revista de agronegócio da Fundação Getúlio Vargas. Vol 25, n. 3, mar. 2005 p.20-29.

ARBACHE, J. S. **Comércio internacional, competitividade e políticas públicas no Brasil**. Texto para Discussão n° 903, IPEA, Rio de Janeiro: Ago. 2003.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas 2004.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Indicadores econômicos. Disponível em: <<http://bcb.gov.br> - vários acessos.

BOULHOSA, R. L. de M.; AMIN, M. M. Uma análise da posição competitiva do Brasil no mercado internacional de abacaxi in natura. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá-MT, Jul.2004.

BRASIL. MDIC/SECEX. Barreiras às exportações brasileiras para Estados Unidos, Japão e União Européia 2001 – Brasília, DF. CNI, 2002, 188p.

CABRAL, J. E. O. et. al. Evolução do desempenho do Agronegócio brasileiro Amêndoa de Castanha de Caju. In: IV Congresso internacional de economia e gestão de negócios (networks) agroalimentares. Ribeirão Preto, 2003. **Anais...** Ribeirão Preto, SP: FEARP/USP, PENSA/USP, FUNDACE, 2003.

CEPEA/ESALQ. Indicadores de preço. Fruticultura. Disponível em <<http://www.cepea.esalq.usp.br/indicador/frutas>> Vários acessos.

CERVO, A. L. Metodologia científica. 2.ed. São Paulo: Mcgraw-Hill, 1983. 144p.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO. **Exportação de frutas brasileiras**. Brasília: CODEVASF, 1989. 352p.

Conheça o mercado nacional de frutas. **Revista Frutifatos**, Brasília, v.31, n.6, set.2004.

COUTINHO, L. G.; FERRAZ, J. C. **Estudos da competitividade da indústria brasileira** - Sistema de indicadores da competitividade. Campinas: UNICAMP / UFRJ / PDC / FUNCEX, 1993.

CUELLAR, O. H. A. **Avaliação da competitividade potencial do setor de fiação cearense**. Dissertação. (Mestrado em negócios internacionais). UNIFOR, Fortaleza, 2004.

CUSTÓDIO, J. A. L. **Cadeia produtiva da banana “in natura” no estado do Ceará**. Dissertação (mestrado em Economia Rural). DEA/UFC, Fortaleza, 2001.

DENCKER, A. de F. M; VIÁ S.C da. **Pesquisa empírica em ciências humanas** (com ênfase em comunicação). São Paulo: Editora Futura, 2001. 190p.

FARIAS, J. J. **Exportações do Rio Grande do Norte: crescimento, vantagens comparativas reveladas e o problema da concentração.** 2000. Dissertação. (Mestrado em Economia). Recife: PIMES/UFPE, 2000.

FIORAVANÇO, J. C. **O mercado comunitário de frutas: participação e perspectivas para o Brasil.** São Paulo: Informações Econômicas, SP, v.30, nº3, p.17, mar.2000.

GALVÃO, O. J. A.; VERGOLINO, J. R. O. **O comércio e a inserção competitiva do Nordeste no exterior e no Brasil.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S.A, 2004.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J.C. P. R. **Crescimento e produtividade da agricultura brasileira.** Texto para Discussão nº 502, IPEA: Brasília, Jul. 1997.

GASQUES, J. G., CONCEIÇÃO, J. C. P. R.(Orgs). **Transformações da agricultura e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2001.

_____. **Indicadores de competitividade e de comércio exterior da agropecuária brasileira.** Texto para Discussão nº 908, Brasília: IPEA, Set. 2002.

GONÇALVES, J. S. et.al. Competitividade e complementaridade dos complexos de frutas e hortaliças dos países do Cone Sul: Discussão sob a ótica da inserção brasileira. In: **Agricultura em São Paulo**, SP, p. 1-52, 1995.

GONÇALVES, R. **Ô abre-alas: a nova inserção do Brasil na economia mundial.** 2ª ed. Rio de Janeiro, Editora Relume-Dumará, 1999, 197p.

HAGUENAUER, L. **Competitividade: conceitos e medidas.** Uma resenha da bibliografia recente com ênfase no caso brasileiro. UFRJ. Instituto de Economia Industrial. Rio de Janeiro, 1989.

HIDALGO, A. B. Especialização e competitividade do Nordeste no mercado internacional. In: **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza, v. 29, p.491-515, Jun. 1998. Número especial.

HIDALGO, A. B.; MATA, D. F. P. G. Exportações do Estado de Pernambuco: concentração, mudanças na estrutura e perspectivas. In: **Revista Econômica do Nordeste,** Fortaleza, v.35, n.2 p.264-283, Abr-jun. 2004.

HOMEM DE MELO. Recuperação da rentabilidade da fruticultura brasileira. In **Revista preços agrícolas**, ano XIII, n. 148, fev. 1999, p.12-13. Disponível em <http://www.pa.esalq.usp.br/>> Acesso em dez. 2004.

HORTA, M. H.; SOUZA, C. F. B. de. **A inserção das exportações brasileiras: análise setorial no período de 1980/1996.** Texto para Discussão nº 736, Rio de Janeiro: IPEA, Jun. 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FRUTAS (IBRAF). Informativos. Disponível em <http://www.ibraf.com.br>> Vários acessos.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE) – Pesquisa agropecuária. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> vários acessos.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEADATA. Indicadores econômicos. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br> - vários acessos.

JANK, M. S; NASSAR, A. M. Competitividade e globalização. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000. p.137-158.

KOSOKI, A. R.; ANDRIGUETO J. R. Ferramenta para aumentar a competitividade. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 27-28, dez. 2003.

_____. O Sucesso da produção integrada. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, p. 22-24, jan. 2004.

KRUGMAN, P. R.; OBSTFELD, M. **Economia internacional**. São Paulo: Makron Books, 2001.

MAIA, J. de M. **Economia internacional e comércio exterior**. 7ed. São Paulo: Atlas, 2001.

MASSEL, B. F. Export concentration and fluctuations in export earnings: a cross-section analysis. *The American Economic Review*. Vol. 54, n. 2, 1964.

MEGIDO, J. L. T. & XAVIER, C., **Marketing & Agribusiness**. 4 ed.- São Paulo: Atlas, 2003.

MICHAELY, M. Concentration in international trade. Amsterdam: NorthHolland, 1962.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO INTEGRAÇÃO E COMÉRCIO EXTERIOR-MDIC – Secretaria de Comércio Exterior -SECEX. **Exportações**. Disponível em < <http://www.mdic.gov.br>> Vários acessos.

_____. Secretaria de Comércio exterior. Evolução do comércio exterior brasileiro, 1950 a 2004. Brasília: MDIC/SECEX/DEPLAN, Disponível em www.desenvolvimento.gov.br/indicadores/dos/EvoluçãoCEbrasileiro.xls. Vários acessos.

NACHREINER, M. et. al. **Sistema agroindustrial do melão**: Mossoró *versus* Juazeiro. Disponível em <<http://www.cepea.esalq.usp.br/indicador/hort/>>. Acesso em 08.02.2005.

OLIVEIRA, V. H. de. **Curso de capacitação em Produção Integrada de Frutas (PIF)**: conceitos básicos. In: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento/MARA-EMBRAPA, Fortaleza-CE, 2002.

PIMENTEL, C. R. Evolução recente e tendências da fruticultura nordestina. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.31, n.1 p.84-95, jan-mar. 2000.

PIMENTEL, C. R. Oportunidades e barreiras à expansão do comércio internacional para a manga. In: **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.31, n.2 p.166-176, abr-jun. 2000

PORTER, M. E. **Estratégia competitiva: técnicas para análise de indústrias e da concorrência**. 7edição. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 31ed. Petrópolis: Vozes, 2003. 144p.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** – 22ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, V. da. et.al. Indicadores de competitividade internacional de produtos agrícolas e agroindustriais brasileiros, 1986- 1998. In: **Revista agricultura**. São Paulo, SP, p. 69-87, 2001.

SILVEIRA, L. T.; BURNQUIST, H. L. Uma análise da competitividade brasileira no mercado internacional de açúcar. In: XLII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER), 2004, Cuiabá. **Anais...** Cuiabá-MT, Jul.2004.

SOUZA, N. de J. de. **Desenvolvimento econômico**. 4ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SPERS, E. E. Qualidade e segurança em alimentos. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária, distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000. p.283-315.

TACHINARDI, M. H. **Domínio no campo**: paralisia nas negociações internacionais dificulta maior expansão das exportações. Foco, maio, 2004.

VASCONCELOS, C. R. F. O comércio Brasil-Mercosul na década de 90: uma análise pela ótica do comércio intra-indústria. In: **Revista brasileira de economia**. Rio de Janeiro, v.57 n.1 p. 283-313, Jan/mar 2003.

WAQUIL, P. D. et. al. Vantagens comparativas reveladas e orientação regional das exportações agrícolas brasileiras para a União Européia. In: **Revista de Economia e Agronegócio**. v.2, n° 2/ UFV/Departamento de Economia Rural: Viçosa, 2003.

APÊNDICE

Tabela A1- Exportação e Importação de Frutas do Brasil e do Mundo (1990 a 2003)

Anos	X Brasil (A)	X Mundo (B)	Participação (A/B)	M Brasil (C)	M Mundo (D)	Participação (C/D)
1990	170,812	17440,468	0,979	133,436	22033,241	0,606
1991	199,549	19110,647	1,044	153,525	23800,684	0,645
1992	258,260	19531,448	1,322	99,543	24911,691	0,400
1993	261,127	19265,549	1,355	113,948	22231,397	0,513
1994	251,940	22095,746	1,140	175,591	26761,968	0,656
1995	260,489	24731,093	1,053	313,736	28791,991	1,090
1996	287,571	26474,668	1,086	342,420	30544,275	1,121
1997	290,907	25644,929	1,134	286,495	29626,765	0,967
1998	278,703	25190,423	1,106	257,619	28770,047	0,895
1999	313,743	24517,216	1,280	173,294	28932,817	0,599
2000	359,854	23464,383	1,534	151,966	27565,105	0,551
2001	334,961	24115,802	1,389	141,812	28238,527	0,502
2002	354,333	26277,323	1,348	113,693	29814,694	0,381
2003	484,902	31036,135	1,562	105,197	36382,435	0,289
Média	293,368	23492,559	1,238	183,020	27743,260	0,658
TCA	9,044	4,774	4,336	2,373	4,306	-1,974

Fonte: Elaborada com base nos dados da FAO e Secex/MDIC.

Tabela A2 - Brasil: Exportação das principais frutas (US\$ milhões FOB)

Ano	Castanha de Caju	Manga	Melão	Laranja	Maças	Bananas	Uvas	Total
1990	101,237	3,089	9,023	18,251	2,523	8,897	2,243	145,264
1991	110,685	4,933	15,866	21,602	1,686	18,592	6,063	179,427
1992	149,295	7,088	16,331	17,570	20,626	16,905	7,662	235,477
1993	119,911	20,014	30,501	20,234	11,797	15,291	14,569	232,317
1994	109,200	17,608	31,492	27,208	15,069	10,996	8,543	220,117
1995	147,236	22,305	16,475	29,092	6,238	4,083	10,123	235,553
1996	167,508	28,953	25,327	20,410	1,842	5,331	6,345	255,716
1997	156,917	20,182	20,913	23,092	11,299	9,961	4,892	247,256
1998	142,575	32,517	28,323	14,359	5,674	8,837	5,856	238,142
1999	142,124	32,011	28,733	21,108	30,177	12,518	8,615	275,287
2000	165,059	35,763	25,005	15,248	30,837	12,359	14,608	298,878
2001	112,251	50,814	39,297	27,538	18,161	16,036	21,588	285,685
2002	105,648	50,849	37,778	8,125	31,424	33,574	33,843	301,242
2003	143,760	73,394	58,316	13,348	37,839	30,013	59,939	416,609
Média	133,815	28,537	27,384	19,799	16,085	14,528	14,635	254,784
Variação	62,758	457,662	288,961	95,356	1895,784	274,400	521,805	120,237
TAC	4,828	35,205	22,228	7,335	145,830	21,108	40,139	9,249

Fonte: Elaborada com base nos dados da Secex/MDIC.

Tabela A3 - Evolução do Comércio Mundial e brasileiro de frutas, 1990 a 2003 (ano base 1990 = 1000).

Anos	Mundo (US\$ Milhões)	Índice (%)	Variação (%)	Brasil (US\$ milhões)	Índice (%)	Variação (%)
1990	39473,709	100,000		304,248	100,000	
1991	42911,331	108,709	8,709	353,074	116,048	16,04803
1992	44443,139	112,589	3,570	357,802	117,602	1,339087
1993	41496,946	105,126	-6,629	375,075	123,279	4,82751
1994	48857,714	123,773	17,738	427,531	140,520	13,98542
1995	53523,084	135,592	9,549	574,225	188,736	34,31198
1996	57018,943	144,448	6,531	629,991	207,065	9,711523
1997	55271,694	140,022	-3,064	577,402	189,780	-8,34767
1998	53960,470	136,700	-2,372	536,322	176,278	-7,1146
1999	53450,033	135,407	-0,946	487,037	160,079	-9,18939
2000	51029,488	129,275	-4,529	511,820	168,224	5,088513
2001	52354,329	132,631	2,596	476,773	156,705	-6,84744
2002	56092,017	142,100	7,139	468,026	153,830	-1,83465
2003	67418,570	170,794	20,193	590,099	193,953	26,08251
Média	51235,819			476,388		
Variação TAC	58,485 4,499			78,061 6,005		

Fonte: Elaborada com base nos dados da FAO e Secex/MDIC.

Tabela A4 - Brasil: Evolução do Valor e da Quantidade Exportada da Castanha de Caju, 1990 a 2003 (Ano base, 1990 =100)

Anos	Valor (US\$ Milhões)	Índice (%)	Variação (%)	Volume (mil toneladas)	Índice (%)	Variação (%)
1990	101,237	100,000		27,062	100,000	
1991	110,685	109,332	9,332	24,121	89,132	-10,868
1992	149,295	147,471	34,883	38,097	140,777	57,943
1993	119,911	118,446	-19,682	31,170	115,182	-18,181
1994	109,200	107,866	-8,932	23,079	85,284	-25,957
1995	147,236	145,437	34,831	31,887	117,832	38,163
1996	167,508	165,461	13,768	36,222	133,852	13,596
1997	156,917	155,000	-6,322	36,349	134,319	0,349
1998	142,575	140,833	-9,140	31,882	117,812	-12,289
1999	142,124	140,387	-0,317	24,101	89,059	-24,406
2000	165,059	163,042	16,137	33,588	124,116	39,364
2001	112,251	110,880	-31,993	29,356	108,480	-12,598
2002	105,648	104,357	-5,882	30,114	111,280	2,582
2003	143,760	142,003	36,074	41,569	153,608	38,037
Média	133,815		62,758	31,328		85,734
TAC			4,828			6,595

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secex/MDIC

Tabela A5 - Brasil: Evolução do Valor e da Quantidade Exportada da Manga, 1990 a 2003 (1990=100)

Anos	Valor (US\$ Milhões)	Índice (%)	Variação (%)	Volume (mil toneladas)	Índice (%)	Variação (%)
1990	3,089	100,000		4,904	100,000	
1991	4,933	159,686	59,686	7,815	159,366	59,366
1992	7,088	229,427	43,674	9,255	188,711	18,414
1993	20,014	647,813	182,361	18,391	375,021	98,727
1994	17,608	569,963	-12,017	13,285	270,894	-27,766
1995	22,305	721,983	26,672	12,951	264,080	-2,515
1996	28,953	937,176	29,806	24,336	496,231	87,909
1997	20,182	653,273	-30,293	23,370	476,536	-3,969
1998	32,517	1052,545	61,119	39,186	799,045	67,678
1999	32,011	1036,162	-1,556	53,765	1096,331	37,205
2000	35,763	1157,589	11,719	67,169	1369,664	24,932
2001	50,814	1644,771	42,086	94,291	1922,714	40,379
2002	50,849	1645,916	0,070	103,598	2112,485	9,870
2003	73,394	2375,678	44,338	133,330	2718,749	28,699
Média	28,537		457,662	43,260		438,929
TAC			35,205			33,764

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secex/MDIC

Tabela A6 - Brasil: Evolução do Valor e da Quantidade Exportada do Melão, 1990 a 2003 (1990=100)

Anos	Valor (US\$ Milhões)	Índice (%)	Variação (%)	Volume (mil toneladas)	Índice (%)	Variação (%)
1990	9,023	100,000		22,315	100,000	
1991	15,866	175,832	75,832	38,399	172,076	72,076
1992	16,331	180,986	2,932	38,070	170,600	-0,857
1993	30,501	338,031	86,772	67,075	300,579	76,189
1994	31,492	349,020	3,251	69,797	312,774	4,057
1995	16,475	182,587	-47,686	36,766	164,757	-47,324
1996	25,327	280,688	53,728	50,720	227,286	37,952
1997	20,913	231,772	-17,427	45,729	204,923	-9,839
1998	28,323	313,899	35,434	65,005	291,300	42,151
1999	28,733	318,442	1,447	65,453	293,310	0,690
2000	25,005	277,121	-12,976	60,904	272,925	-6,950
2001	39,297	435,514	57,157	99,434	445,587	63,263
2002	37,778	418,680	-3,865	98,690	442,250	-0,749
2003	58,316	646,290	54,364	149,758	671,099	51,747
Média	27,384		288,961	64,866		282,405
TAC			22,228			21,723

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secex/MDIC

Tabela A7 - Brasil: Evolução do Valor e da Quantidade Exportada da Laranja, 1990 a 2003 (1990=100)

Anos	Valor (US\$ Milhões)	Índice (%)	Variação (%)	Volume (mil toneladas)	Índice (%)	Variação (%)
1990	18,251	100,000		77,120	100,000	
1991	21,602	118,360	18,360	109,497	141,981	41,981
1992	17,570	96,267	-18,666	82,527	107,010	-24,631
1993	20,234	110,865	15,165	89,888	116,555	8,919
1994	27,208	149,075	34,465	140,276	181,892	56,057
1995	29,092	159,401	6,926	114,061	147,899	-18,688
1996	20,410	111,830	-29,843	99,662	129,229	-12,624
1997	23,092	126,523	13,138	91,662	118,855	-8,027
1998	14,359	78,674	-37,818	65,614	85,080	-28,417
1999	21,108	115,656	47,008	103,086	133,669	57,110
2000	15,248	83,544	-27,765	75,345	97,697	-26,911
2001	27,538	150,885	80,606	139,582	180,992	85,258
2002	8,125	44,519	-70,495	40,374	52,351	-71,075
2003	13,348	73,134	64,276	68,016	88,194	68,465
Média	19,799		95,356	92,622		127,417
TAC			7,335			9,801

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secex/MDIC

Tabela A8 - Brasil: Evolução do Valor e da Quantidade Exportada da Maçã, 1990 a 2003 (1990=100)

Anos	Valor (US\$ Milhões)	Índice (%)	Variação (%)	Volume (mil toneladas)	Índice (%)	Variação (%)
1990	2,523	100,000		6,293	100,000	
1991	1,686	66,826	-33,174	3,306	52,540	-47,460
1992	20,626	817,423	1123,213	32,550	517,235	884,460
1993	11,797	467,529	-42,805	24,170	384,072	-25,745
1994	15,069	597,171	27,729	30,146	479,037	24,726
1995	6,238	247,217	-58,602	12,085	192,037	-59,912
1996	1,842	73,014	-70,466	3,309	52,575	-72,622
1997	11,299	447,764	513,255	20,725	329,334	526,405
1998	5,674	224,847	-49,784	10,706	170,128	-48,342
1999	30,177	1195,941	431,890	57,438	912,726	436,494
2000	30,837	1222,086	2,186	64,480	1024,627	12,260
2001	18,161	719,707	-41,108	35,786	568,661	-44,501
2002	31,424	1245,350	73,036	65,927	1047,622	84,226
2003	37,839	1499,573	20,414	76,466	1215,086	15,985
Média	16,085		1895,784	31,671		1685,973
TAC			145,830			129,690

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secex/MDIC

Tabela A9 - Brasil: Evolução do Valor e da Quantidade Exportada da Banana, 1990 a 2003 (1990=100)

Anos	Valor (US\$ Milhões)	Índice (%)	Variação (%)	Volume (mil toneladas)	Índice (%)	Variação (%)
1990	8,742	100,000		53,221	100,000	
1991	18,332	209,700	109,700	91,142	171,250	71,250
1992	16,689	190,914	-8,958	91,974	172,814	0,914
1993	14,937	170,864	-10,502	89,646	168,440	-2,531
1994	10,702	122,427	-28,348	51,792	97,315	-42,226
1995	3,907	44,694	-63,493	12,493	23,473	-75,880
1996	6,227	71,229	59,371	29,957	56,287	139,796
1997	8,382	95,887	34,618	40,071	75,291	33,762
1998	11,629	133,026	38,731	68,555	128,812	71,086
1999	12,518	143,197	7,646	81,227	152,620	18,483
2000	12,359	141,380	-1,269	71,812	134,932	-11,590
2001	16,036	183,444	29,753	105,112	197,499	46,370
2002	33,574	384,063	109,363	241,038	452,897	129,316
2003	30,013	343,332	-10,605	220,771	414,816	-8,408
Média	14,575		266,004	89,201		370,342
TAC			20,462			28,488

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secex/MDIC

Tabela A10 - Brasil: Evolução do Valor e da Quantidade Exportada da Uva, 1990 a 2003 (1990=100)

Anos	Valor (US\$ Milhões)	Índice (%)	Variação (%)	Volume (mil toneladas)	Índice (%)	Variação (%)
1990	2,243	100,000		1,845	100,000	
1991	6,063	270,347	170,347	2,882	156,208	56,208
1992	7,662	341,649	26,374	6,881	372,876	138,704
1993	14,569	649,580	90,131	12,553	680,273	82,440
1994	8,543	380,915	-41,360	7,092	384,354	-43,500
1995	10,123	451,364	18,495	6,786	367,774	-4,314
1996	6,345	282,905	-37,322	4,516	244,751	-33,451
1997	4,892	218,129	-22,897	3,705	200,779	-17,966
1998	5,856	261,125	19,711	4,405	238,744	18,909
1999	8,615	384,116	47,101	8,083	438,012	83,465
2000	14,608	651,326	69,565	14,344	777,309	77,463
2001	21,588	962,545	47,782	20,660	1119,637	44,040
2002	33,843	1508,990	56,771	26,357	1428,351	27,573
2003	59,939	2672,537	77,108	37,601	2037,674	42,659
Média	14,635		521,805	11,265		472,230
TAC			40,139			36,325

Fonte: Elaborada pelo autor a partir de dados da Secex/MDIC

Tabela 11A - Evolução da Produção, área colhida e produtividade da castanha de caju, 1990 a 2003(1990=100)

Anos	Produção (mil toneladas)	Índice (%)	Varição (%)	Área Colhida (mil hectare)	Índice (%)	Varição (%)	Produtividade (ton/ha)	Índice (%)	Varição (%)
1990	107,664	100,000		582,818	100,000		0,185	100,000	
1991	185,965	172,727	72,727	644,608	110,602	10,602	0,288	156,170	56,170
1992	107,955	100,270	-41,949	695,483	119,331	7,892	0,155	84,027	-46,195
1993	77,098	71,610	-28,583	726,140	124,591	4,408	0,106	57,476	-31,598
1994	149,804	139,140	94,303	680,615	116,780	-6,269	0,220	119,147	107,300
1995	185,229	172,044	23,648	699,936	120,095	2,839	0,265	143,256	20,234
1996	167,211	155,308	-9,727	547,720	93,978	-21,747	0,305	165,260	15,360
1997	125,397	116,471	-25,007	582,210	99,896	6,297	0,215	116,592	-29,449
1998	54,124	50,271	-56,838	621,419	106,623	6,735	0,087	47,148	-59,561
1999	145,437	135,084	168,711	612,735	105,133	-1,397	0,237	128,489	172,519
2000	138,608	128,741	-4,696	651,169	111,728	6,273	0,213	115,228	-10,321
2001	124,073	115,241	-10,486	638,556	109,564	-1,937	0,194	105,182	-8,718
2002	164,539	152,826	32,615	665,014	114,103	4,143	0,247	133,937	27,339
2003	178,396	165,697	8,422	682,503	117,104	2,630	0,261	141,496	5,643
Média	136,536			645,066			0,213		
Varição			223,139			20,467			218,722
TAC			17,165			1,574			16,825

Fonte: FAO

Tabela 12A - Evolução da Produção, área colhida e produtividade da Manga, 1990 a 2003(1990=100)

Anos	Produção (mil toneladas)	Índice (%)	Variação (%)	Área Colhida (mil hectare)	Índice (%)	Variação (%)	Produtividade (ton/ha)	Índice (%)	Variação (%)
1990	545,156	100,000		45,303	100,000		12,034	100,000	
1991	550,053	100,898	0,898	47,025	103,801	3,801	11,697	97,203	-2,797
1992	551,433	101,151	0,251	48,022	106,002	2,120	11,483	95,424	-1,830
1993	563,511	103,367	2,190	53,107	117,226	10,589	10,611	88,177	-7,594
1994	604,906	110,960	7,346	55,444	122,385	4,401	10,910	90,665	2,821
1995	638,371	117,099	5,532	56,502	124,720	1,908	11,298	93,889	3,556
1996	593,423	108,854	-7,041	62,146	137,179	9,989	9,549	79,352	-15,483
1997	508,350	93,249	-14,336	64,726	142,874	4,152	7,854	65,266	-17,751
1998	468,593	85,956	-7,821	66,838	147,535	3,263	7,011	58,261	-10,734
1999	456,465	83,731	-2,588	61,213	135,119	-8,416	7,457	61,968	6,363
2000	538,301	98,743	17,928	67,590	149,195	10,418	7,964	66,183	6,802
2001	782,308	143,502	45,329	67,234	148,410	-0,527	11,636	96,693	46,099
2002	842,349	154,515	7,675	66,676	147,178	-0,830	12,633	104,985	8,576
2003	845,000	155,002	0,315	68,136	150,401	2,190	12,402	103,059	-1,835
Média	606,301			59,283			10,324		
Variação			55,679			43,057			16,193
TAC			4,283			3,312			1,246

Fonte: FAO

Tabela 13A - Evolução da produção, área colhida e produtividade do Melão, 1990 a 2003(1990=100)

Anos	Produção (mil toneladas)	Índice (%)	Variação (%)	Área Colhida (mil hectare)	Índice (%)	Variação (%)	Produtividade (ton/ha)	Índice (%)	Variação (%)
1990	47,488	100,000		7,842	100,000		6,056	100,000	
1991	64,136	135,057	35,057	9,629	122,788	22,788	6,661	109,993	9,993
1992	71,898	151,402	12,102	9,687	123,527	0,602	7,422	122,566	11,431
1993	91,219	192,089	26,873	11,730	149,579	21,090	7,777	128,419	4,776
1994	86,866	182,922	-4,772	11,506	146,723	-1,910	7,550	124,672	-2,918
1995	127,414	268,308	46,679	13,294	169,523	15,540	9,584	158,272	26,951
1996	119,985	252,664	-5,831	13,926	177,582	4,754	8,616	142,280	-10,104
1997	118,530	249,600	-1,213	13,594	173,349	-2,384	8,719	143,987	1,200
1998	142,237	299,522	20,001	13,855	176,677	1,920	10,266	169,531	17,740
1999	139,093	292,901	-2,210	11,453	146,047	-17,337	12,145	200,553	18,299
2000	139,768	294,323	0,485	11,399	145,358	-0,471	12,261	202,481	0,961
2001	150,000	315,869	7,321	14,198	181,051	24,555	10,565	174,464	-13,837
2002	155,000	326,398	3,333	16,875	215,187	18,855	9,185	151,681	-13,059
2003	155,000	326,398	0,000	16,266	207,422	-3,609	9,529	157,360	3,744
Média	114,902			12,518			9,024		
Variação			137,826			84,393			55,177
TAC			10,602			6,492			4,244

Fonte: FAO

Tabela 14A - Evolução da Produção, área colhida e produtividade da laranja, 1990 a 2003(1990=100)

Anos	Produção (mil toneladas)	Índice (%)	Variação (%)	Área Colhida (mil hectare)	Índice (%)	Variação (%)	Produtividade (ton/ha)	Índice (%)	Variação (%)
1990	17520,520	100,000		912,996	100,000		19,190	100,000	
1991	18936,344	108,081	8,081	983,407	107,712	7,712	19,256	100,342	0,342
1992	19682,292	112,339	3,939	988,704	108,292	0,539	19,907	103,736	3,382
1993	18797,188	107,287	-4,497	800,505	87,679	-19,035	23,482	122,363	17,956
1994	17445,968	99,574	-7,188	897,985	98,356	12,177	19,428	101,239	-17,263
1995	19837,212	113,223	13,707	856,419	93,803	-4,629	23,163	120,702	19,225
1996	21079,044	120,311	6,260	964,373	105,627	12,605	21,858	113,901	-5,635
1997	23046,800	131,542	9,335	985,521	107,944	2,193	23,385	121,862	6,989
1998	20850,504	119,006	-9,530	1018,576	111,564	3,354	20,470	106,671	-12,466
1999	22893,312	130,666	9,797	1027,079	112,495	0,835	22,290	116,152	8,888
2000	21330,258	121,744	-6,828	856,422	93,803	-16,616	24,906	129,787	11,739
2001	16983,248	96,933	-20,380	824,693	90,328	-3,705	20,593	107,313	-17,316
2002	18530,624	105,765	9,111	828,843	90,783	0,503	22,357	116,504	8,565
2003	16902,600	96,473	-8,786	836,041	91,571	0,868	20,217	105,353	-9,571
Média	19559,708			912,969			21,465		
Variação			3,023			-3,198			14,836
TAC			0,233			-0,246			1,141

Fonte: FAO

Tabela 15A - Evolução da Produção, área colhida e produtividade da Maçã, 1990 a 2003(1990=100)

Anos	Produção (mil toneladas)	Índice (%)	Variação (%)	Área Colhida (mil hectare)	Índice (%)	Variação (%)	Produtividade (ton/ha)	Índice (%)	Variação (%)
1990	543,515	100,000		22,337	100,000		24,332	100,000	
1991	526,904	96,944	-3,056	25,630	114,742	14,742	20,558	84,488	-15,512
1992	599,841	110,363	13,843	24,181	108,255	-5,654	24,806	101,947	20,664
1993	698,765	128,564	16,492	25,652	114,841	6,083	27,240	111,950	9,812
1994	699,935	128,779	0,167	27,112	121,377	5,692	25,816	106,099	-5,227
1995	686,373	126,284	-1,938	26,704	119,551	-1,505	25,703	105,632	-0,439
1996	700,777	128,934	2,099	25,326	113,381	-5,160	27,670	113,717	7,654
1997	793,585	146,010	13,244	26,418	118,270	4,312	30,040	123,454	8,563
1998	791,437	145,615	-0,271	26,318	117,822	-0,379	30,072	123,588	0,108
1999	937,715	172,528	18,483	28,555	127,837	8,500	32,839	134,959	9,201
2000	1153,269	212,187	22,987	30,043	134,499	5,211	38,387	157,761	16,896
2001	716,030	131,741	-37,913	30,938	138,506	2,979	23,144	95,116	-39,709
2002	857,388	157,749	19,742	31,519	141,107	1,878	27,202	111,794	17,535
2003	835,322	153,689	-2,574	31,532	141,165	0,041	26,491	108,872	-2,614
Média	752,918			27,305			27,450		
Variação			61,304			36,741			26,931
TAC			4,716			2,826			2,072

Fonte: FAO

Tabela 16A - Evolução da Produção, área colhida e produtividade da Banana, 1990 a 2003(1990=100)

Anos	Produção (mil toneladas)	Índice (%)	Variação (%)	Área Colhida (mil hectare)	Índice (%)	Variação (%)	Produtividade (ton/ha)	Índice (%)	Variação (%)
1990	5725,830	100,000		487,883	100,000		11,736	100,000	
1991	5762,141	100,634	0,634	490,617	100,560	0,560	11,745	100,073	0,073
1992	5848,523	102,143	1,499	515,844	105,731	5,142	11,338	96,606	-3,465
1993	5802,992	101,348	-0,779	520,014	106,586	0,808	11,159	95,085	-1,574
1994	5955,238	104,007	2,624	516,087	105,781	-0,755	11,539	98,323	3,404
1995	5801,110	101,315	-2,588	509,365	104,403	-1,302	11,389	97,042	-1,303
1996	5160,178	90,121	-11,048	496,593	101,785	-2,507	10,391	88,540	-8,761
1997	5414,360	94,560	4,926	532,745	109,195	7,280	10,163	86,597	-2,194
1998	5322,200	92,951	-1,702	518,433	106,262	-2,686	10,266	87,473	1,011
1999	5478,350	95,678	2,934	518,587	106,293	0,030	10,564	90,013	2,903
2000	5663,360	98,909	3,377	524,750	107,557	1,188	10,792	91,960	2,163
2001	6176,960	107,879	9,069	510,313	104,597	-2,751	12,104	103,137	12,154
2002	6422,860	112,173	3,981	502,939	103,086	-1,445	12,771	108,815	5,505
2003	6774,980	118,323	5,482	509,588	104,449	1,322	13,295	113,283	4,106
Média	5807,792			510,983			11,375		
Variação			18,409			4,883			14,025
TAC			1,416			0,376			1,079

Fonte: FAO

Tabela 17A - Evolução da Produção, área colhida e produtividade da uva, 1990 a 2003(1990=100)

Anos	Produção (mil toneladas)	Índice (%)	Variação (%)	Área Colhida (mil hectare)	Índice (%)	Variação (%)	Produtividade (ton/ha)	Índice (%)	Variação (%)
1990	804,774	100,000		58,663	100,000		13,719	100,000	
1991	648,026	80,523	-19,477	58,913	100,426	0,426	11,000	80,181	-19,819
1992	800,112	99,421	23,469	59,888	102,088	1,655	13,360	97,387	21,459
1993	787,363	97,837	-1,593	60,200	102,620	0,521	13,079	95,339	-2,103
1994	807,520	100,341	2,560	60,251	102,707	0,085	13,403	97,697	2,473
1995	836,545	103,948	3,594	60,810	103,660	0,928	13,757	100,278	2,642
1996	684,902	85,105	-18,127	55,916	95,317	-8,048	12,249	89,286	-10,961
1997	890,708	110,678	30,049	56,682	96,623	1,370	15,714	114,546	28,291
1998	774,352	96,220	-13,063	60,721	103,508	7,126	12,753	92,959	-18,846
1999	931,500	115,747	20,294	59,379	101,221	-2,210	15,687	114,351	23,013
2000	1024,482	127,301	9,982	59,788	101,918	0,689	17,135	124,905	9,230
2001	1058,490	131,526	3,320	63,288	107,884	5,854	16,725	121,915	-2,394
2002	1148,650	142,730	8,518	66,300	113,018	4,759	17,325	126,289	3,588
2003	1065,420	132,387	-7,246	68,432	116,653	3,216	15,569	113,489	-10,136
Média	875,917			60,659			14,391		
Variação			42,279			16,370			26,436
TAC			3,252			1,259			2,034

Fonte: FAO